

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FERNANDO ROSA DO AMARAL

**O Lúter humano:
Militância católica, mendicância e a Cidade Ozanam
Belo Horizonte: 1900-1938**

Belo Horizonte

2017

FERNANDO ROSA DO AMARAL

O “Línter Humano”:

Militância católica, mendicância e a Cidade Ozanam.

Belo Horizonte: 1900 - 1938

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História

Orientadora: Regina Horta Duarte

Belo Horizonte

Setembro de 2017

981

A4851 Amaral , Fernando Rosa do

2017 O línter humano [manuscrito] : militância católica,
mendicância e a Cidade Ozanam Belo Horizonte : 1900-1938
/ Fernando Rosa do Amaral . - 2017.

164 f.

Orientadora: Regina Horta Duarte.

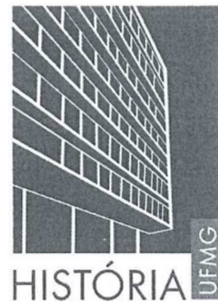
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Brasil – Historia - Estado Novo,
1937-1945. 3.Mendicância - Teses. 4.Brasil – História -
Teses. I. Duarte, Regina Horta, 1963- . II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"O Linter humano: militância Católica, mendicância e a Cidade Ozanam. Belo Horizonte: 1900-1938"

Fernando Rosa do Amaral

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Profª. Dra. Regina Horta Duarte - Orientadora
UFMG


Profª. Dra. Ivana Denise Parrela
UFMG


Profª. Dra. Françoise Jean de Oliveira Souza
IPHAN MG IEPHA 

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2017.

Agradecimentos

Definitivamente, essa dissertação e todo o intenso trabalho de pesquisa realizado, não teria sido possível sem o amor, o carinho e o companheirismo de Tamires Mascarenhas. A ela dedico todo o sucesso desse trabalho. De maneira igual, dedico também cada linha dessa dissertação à professora Regina Horta Duarte, pela brilhante orientação, pelos valiosos conselhos e, sobretudo, por ter sido tão presente em todas as etapas cumpridas ao longo da pesquisa e escrita dessa dissertação de mestrado.

Agradeço aos meus queridos pais, minha querida avó, a minha irmã Janaina e aos meus sobrinhos Beijamim e Bento, a Elaine e Tetê, a Cássia e a todos os meus familiares por todo carinho e por estarem sempre por perto, em todas as horas; ao Thiago César, pelo apoio dado muitos anos antes ao meu ingresso na UFMG; a todos meus professores do ensino público, desde a Escola Estadual “Divina Providência” e “João Paulo I”, até a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG; a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM”, pelo meu primeiro emprego; ao Professor William Menez por ter me inspirado tanto; aos meus amigos e colegas da Escola Estadual Pedro II, em especial ao Ênio, Leila, Mayara, Vinicius Fittipaldi e a Virgínia, bem como a todos os meus queridos alunos, que sempre foram um apoio mais que valioso nessa etapa e em todos os cenários da minha vida profissional e pessoal; aos meus grandes e sempre presentes amigos da época da graduação em História da UFMG: Brauller, Tati, Edgar, Fábio e muitos outros; ao meu amigo Prof. Pablo Lima e a todo os colegas do PIBID/FaE-UFMG.

Agradeço também às professoras Ivana e Françoise por toda a confiança depositada nesse trabalho e pelas valiosas leituras, comentários e sugestões que foram tão relevantes e caras ao desenvolvimento dessa dissertação.

Por fim, agradeço a todos aqueles que dedicaram a sua vida a lutar por uma educação pública, de qualidade para todos. Se não fossem por essas pessoas, este pesquisador que muito orgulho tem de sua origem humilde, por ser filho de pai pedreiro, mãe faxineira e vó benzedeira, fatalmente não teria chegado até aqui. Multiplico com todos eles os meus sonhos, o meu trabalho, a minha luta e todo o meu lugar no mundo.

Índice de imagens

Figura 1. Mapa atual da Cidade Ozanam	23
Figura 2: Joaquim Furtado de Menezes.....	101
Figura 3. Assinatura do termo de doação do terreno.....	115
Figura 4. Serviço de terraplanagem e abertura de ruas.....	118
Figura 5. Instalação da rede de esgoto.....	118
Figura 6. Primeiro vagão: doação de ferros.....	119
Figura 7. Exposição da maquete da Cidade Ozanam.	121
Figura 8. Casa doada pelo dr. Joaquim Furtado de Menezes.	122
Figura 9. Benção das Casas	122
Figura 10. Dom Cabral e Odete Valares colocam as primeiras pás de cimento.....	124
Figura 11. Trem trazendo pessoas para a festa de inauguração.....	125
Figura 12. Visita de Getúlio Vargas.	126
Figura 13. Vista da Cidade Ozanam.....	131
Figura 14. Serviço médico.....	133
Figura 15. Refeitório das crianças..	134
Figura 16. Levando marmitas.....	134
Figura 17. Cozinha.	135
Figura 18. Passanderia.....	136
Figura 19. Padaria.....	136
Figura 20. Corte e Costura.....	137
Figura 21. Oficina de Cartonagem.	138
Figura 22. Vassouraria.....	139
Figura 23. Fábrica de móveis.	140
Figura 24. Casa de Residência.....	142

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: A Igreja Católica na República.....	24
“Daí a César o que é de César”: a dessacralização da política.....	24
Reação da Igreja: o nacionalismo católico.....	31
A Carta de Dom Leme, 1916	36
O Centro “Dom Vital” e a Revista “A Ordem”	39
Dom Cabral e o Catolicismo Militante em Belo Horizonte	42
A Igreja Católica na Era Vargas: a Republica Cristã	48
A “Refundação” da República.....	54
O Estado Novo e a “Sacralização da Política”	58
Capítulo 2: A questão da mendicância na Nova Capital	63
Mendigos: questões históricas e conceituais	64
Belo Horizonte higienista: a Lei de Mendigos.....	72
A Caridade como solução	81
Capítulo 3: A Cidade Ozanam e o fim da mendicância em Belo Horizonte	87
Militância Católica e a Caridade	93
Furtado de Menezes	99
Os pobres e o crescimento urbano em Belo Horizonte	102
Uma Cidade para os Pobres	108
O “fim da mendicância” em Belo Horizonte.....	115
O líter humano e a fábrica de “transformar mendigos em gente”	130
Considerações finais.....	145
Fontes e Arquivos.....	147
Arquivos da Cidade Ozanam.....	147
Periódicos:.....	147
O HORIZONTE:.....	147
O DIÁRIO:.....	147
MINAS GERAIS:	148
Publicações:.....	148
Legislações:.....	148
Relatórios dos prefeitos:.....	148
Decretos-Lei:.....	150
Documentos da Igreja.....	151
Bibliografia	152
Anexos.....	160

Resumo

A presente dissertação de mestrado tem o objetivo de analisar as ações empreendidas sobre a questão da mendicância pela prefeitura de Belo Horizonte e pelo movimento de leigos católicos, no período de 1900 a 1938. Esse recorte temporal foi marcado pela reação da Igreja Católica contra o processo de secularização que marcou o início da República no Brasil. Afim de reconquistar uma posição de destaque no cenário religioso e político nacional, o episcopado incentivou a formação de uma militância católica centrada no objetivo de defender os preceitos da Igreja nos espaços públicos e debates políticos. A partir dos anos 1920, o discurso católico ganhou maior repercussão, sendo apropriado por várias lideranças políticas em todo o país. Porém, foi mais precisamente na Era Vargas (1930-1945) que a Igreja Católica conquistou uma posição de forte aliada com o Estado. Em Minas Gerais, a aproximação entre as autoridades políticas e eclesiásticas, no entanto, foi consolidada nos anos 1920, sobretudo durante o governo de Antônio Carlos (1926-1930). A presença de Dom Cabral em Belo Horizonte foi decisiva para a aproximação da Igreja Católica com os políticos mineiros. O bispo belorizontino fundou uma imprensa católica, organizou congressos e arregimentou a militância dos leigos, dando maior visibilidade às ações empreendidas por líderes católicos, como o confrade vicentino Furtado de Menezes. Dentre a grande diversidade de agremiações católicas que atuaram na cidade, tiveram destaque as associações que visavam prestar assistência caritativa aos pobres. Desde 1900, a prefeitura de Belo Horizonte vinha buscando dar solução à questão da mendicância na cidade. No entanto, os objetivos constituídos pelas autoridades municipais para regulamentar a presença dos mendigos na área urbana, no período entre 1900 e 1930, não foram eficientes. Com o crescimento do discurso católico na cidade, a Prefeitura e o governo do Estado, fortemente influenciados por Dom Cabral, passaram a dar incentivos financeiros e materiais às obras de benemerência existentes na capital. É nesse contexto, marcado por um forte crescimento populacional e por uma grande expansão urbana, que surgiu o projeto da Cidade Ozanam, com o fim de erguer uma cidade “a parte” para os mendigos, onde eles receberiam abrigo, alimentação, higiene e seriam moralizados a partir da sua conversão em força de trabalho. A criação da Cidade Ozanam e o seu formato de assistência aos pobres foi, dessa maneira, um resultado direto da aproximação entre católicos e políticos, o que contribuiu decisivamente para que Belo Horizonte fosse, dessa maneira, visualizada como uma cidade moderna e católica.

Abstract

This Master's thesis aims to analyze the actions undertaken by the government of the city of Belo Horizonte and the movement of lay Catholics from the period 1900 to 1938 on the question of the beggars of the city. This temporal cut marks the reaction of the Catholic Church against the Process of secularization that marked the beginning of the Brazilian Republic. In order to restore a prominent position at the scenario religious and political, the episcopate encouraged the formation of a Catholic militancy centered with the objective of defending the precepts of the Church in public spaces and political debates of the country. From the 1920s, Catholic discourse gained greater repercussion, being appropriated by various political leaders throughout the country. However, it was more precisely in the Vargas Era (1930-1945) that the Catholic Church achieved a stronger alliance with the State. On the other hand, in Minas Gerais, an approximation between political and ecclesiastical authorities was already consolidated in the 1920s, especially during the government of Antônio Carlos (1926-1930). The presence of Dom Cabral in Belo Horizonte was decisive for an approach of the Catholic Church with the politicians of Minas Gerais. The bishop of the capital founded the Catholic press, organized congresses and organized the militancy of the laity, giving greater visibility to the actions undertaken by Catholic leaders, such as the confrere vicentino Furtado de Menezes. Among a great diversity of associations that acted in the city, the associations that aimed to provide assistance to the poor stood out. From 1900, the city hall of Belo Horizonte was seeking the solution to the question of the beggars of the city. However, the measures implemented by the municipal authorities to regulate the presence of beggars in the urban area between 1900 and 1930 were not efficient. From the growth of the Catholic discourse in the city, the City Hall and the State Government, strongly influenced by Dom Cabral, began to give financial and material incentives to the welfare works existing in the capital. At this context, marked by a strong population growth and a great urban expansion, was developed the project of the Ozanam City, with the purpose of erecting a city "apart" the city for the beggars, where they would receive shelter, food, hygiene and would be moralized by their conversion into labor power. The creation of the Ozanam City and its format of assistance to the poor were a direct result of the rapprochement between Catholics and politicians, which contributed decisively to the fact that Belo Horizonte was thus viewed as a modern and Catholic city.

Introdução

Em artigo publicado no “Minas Gerais”, no dia 25 de janeiro de 1938, Monteiro Lobato dirigiu um forte elogio à construção da “Cidade Ozanam”, inaugurada em Belo Horizonte naquele mesmo ano. De acordo com suas palavras, essa instituição tinha um projeto promissor: solucionar de forma determinante e inteligente a questão da mendicância. Nesse texto, o escritor apontou que os mendigos, com sua incômoda presença nos grandes centros urbanos, possuíam um caráter residual: “*Todas as cidades dão de si resíduos. Dão o lixo comum, resíduo das casas, e dão a mendicalha, resíduo demográfico*”. Para Monteiro Lobato, essa categorização dos mendigos como seres residuais indicava a possibilidade de conversão desses personagens urbanos em sujeitos úteis para a sociedade. E para buscar essa realização, a vida idealizada na Cidade Ozanam teria, dessa maneira, tomado como inspiração a modernidade do mundo das fábricas.

O sistema fabril, visto em muitas ocasiões como um símbolo do progresso humano, contribui em sua funcionalidade, de modo essencial, para que tudo possa ser reaproveitado e transformado em um produto útil para a sociedade. Para Monteiro Lobato, o exemplo dado pelas tecelagens, tão comuns no período industrial brasileiro, com o línter – sobra do algodão –, parecia casar bem com a proposta vinda dos vicentinos mineiros de criação da Cidade Ozanam. Na sua visão, essa obra de benemerência seria uma verdadeira fábrica de transformar mendigos – *o línter humano* – em gente, fazendo assim desse empreendimento dos mineiros um exemplo para todas as cidades do mundo que enfrentavam igualmente a presença dos pobres mendicantes, pessoas então vistas como *indesejáveis e residuais*:

“O línter humano será retirado da cidade e localizado na verdadeira usina de transformar mendigos em gente, que é cidadinha Ozanam. Lá será lavado, desinfetado, descarçado, purgado, desverminado, higienizado, mercerizado, melhorado no possível e por fim humanizado. Humanizar o mendigo! Transformar o mendigo em gente! Positivamente a ideia é nova”¹

Os termos utilizados pelo escritor como definição para a questão da mendicância apontam ainda, de certo modo, para um ideal de organização, de “limpeza” do espaço urbano e, portanto, da necessidade apontada pela modernidade de regular as presenças

¹ LOBATO, Monteiro. “Ozanam, a cidade dos pobres”. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 25 jan. 1938. p.4.

das coisas e dos seres. A situação de pobreza extrema vivida pelos mendigos, que os colocam na exigência de ter que pedir para sobreviver, junto com o seu consequente deslocamento para as áreas “nobres”, foi um fator responsável pela classificação desses personagens como seres desviantes e contagiosos. Por isso, o controle e a restrição sobre a sua presença nos centros urbanos deveriam também vir acompanhada pela moralização e normalização desses sujeitos, afim de ajustá-los às necessidades da sociedade burguesa. Com isso, a livre circulação de pedintes e maltrapilhos na área central de Belo Horizonte, cidade que nasceu para ser símbolo da modernidade republicana no Brasil, apareceu para as elites mineiras como uma ameaça direta aos seus ideais de progresso e de civilização. Nesse sentido, a construção da Cidade Ozanam logrou preencher esses anseios constituídos tanto pelas autoridades municipais e o seu desejo de dar fim à questão da mendicidade no centro da capital, quanto pelo movimento católico leigo, que desejava afirmar-se dentre as disputas simbólicas pelo espaço urbano, fazendo de Belo Horizonte um território católico.

A presente dissertação de mestrado tem o objetivo de analisar o entrelaçamento realizado entre o poder público e as instituições católicas que deu origem à Cidade Ozanam, para a condução do objetivo comum entre as duas partes: eliminar a miséria mendicante do espaço urbano, tomando como norte a moralização desses sujeitos pela religião católica. Objetiva também identificar a ambientação dessa instituição vicentina entre disputas e avanços conquistados pela militância dos católicos leigos em seu projeto de defender a fé católica contra o laicismo e a presença de outras denominações religiosas, bem como de sua estratégia de influenciar decisivamente na condução política do país. Dentre as visões encarnadas como missão pelas obras de beneficência católica, teve lugar especial o seu papel delineado em converter esses seres “ociosos” e supostamente “ameaçadores” em cidadãos “ordeiros, higiênicos e trabalhadores”². Esse contexto revela, além do conluio entre o projeto de modernidade empreendido pelos políticos mineiros e a chamada reação católica, uma visão sobre os pobres muito própria do período.

Historicamente, os mendigos podem ser vistos como uma paisagem comum na história das grandes cidades. Os pobres sempre existiram, mas a percepção da pobreza, bem como os temores surgidos em torno da sua presença, sofreu alterações

² Para mais informações, ver o capítulo “**A Virtude do esforço**” em DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 293-335

consideráveis ao longo dos séculos. Autores clássicos como Michel Mollat (1989) e Bronislaw Geremek (1995), tomando por recorte temporal, respectivamente, a Idade Média e a passagem para a Idade Moderna, demonstram como a pobreza sofreu uma variação semântica ao longo da passagem dos séculos. De acordo com esses dois autores, os mendigos foram tomados por uma percepção dúbia por aquelas sociedades, vistos tanto como receptáculos importantes para as manifestações de caridade dos cristãos, quanto como sujeitos acusados de vadiagem e portadores de doenças, dentre outras ameaças. No entanto, com a disseminação das indústrias no século XIX em alguns países europeus, como a França e a Inglaterra, e, conseqüentemente, com o avanço do pauperismo, os mendigos foram realocados de modo mais permanente na definição de sujeitos perigosos. Para Foucault (1989) a onda de violência durante a Revolução Francesa em 1789 e o surto de cólera na França, em 1831, foram elementos responsáveis por disseminar um verdadeiro pânico entre as classes enriquecidas em relação aos miseráveis³. É esse sentimento de temor e repulsa aos pobres que originou a reformulação urbana de Paris no início do século XIX. Essa implementação de um novo modelo urbano para a capital francesa resultou em acentuada hierarquização social do espaço, com a introdução de um cordão sanitário e higienista entre ricos e pobres. O modelo de urbanismo parisiense tornou-se um exemplo para as autoridades brasileira, diante do seu desejo centralizado em modernizar o Brasil, principalmente com o advento da República em 1889. Sidney Chaloub (1996) analisou a demolição dos cortiços no Rio de Janeiro e da conseqüente definição dos pobres como classes perigosas⁴, dadas então pelas autoridades públicas. A implementação da ideologia liberal na organização política, social e econômica da república brasileira, vista pelas classes políticas e empresariais do país como algo essencial ao pleno desenvolvimento do capitalismo no país, apresentou em seu conjunto a necessidade de disciplinar os pobres, transformando-os em classes produtoras, como uma engrenagem essencial ao ordenamento econômico e político da sociedade. Os mendigos e sua prática de ganhar a vida pelas esmolas e não pelo trabalho assalariado passaram a representar uma afronta a esse sistema. O combate à vadiagem acabou por se tornar um ponto comum entre os discursos políticos no contexto da modernização industrial no Brasil. Somando-se a isso, com o crescimento do discurso católico, sobretudo no período que vai dos anos 1920 até a Era Vargas (1930-

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.94

⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.21

1945), as visões sobre o ordenamento da sociedade e dos pobres, principalmente no que tange ao combate ao comunismo e ao protestantismo, receberam a influência dos preceitos da *Doutrina Social da Igreja*⁵ para as discussões e na formulação das políticas sociais.

Entre os objetivos direcionados nesta pesquisa, tomamos como recorte temporal e espacial as ações empreendidas em Belo Horizonte, pelos agentes políticos e religiosos, no período entre 1900 e 1938. Esse espaço de tempo está delimitado pela formulação da “Lei de mendigos” de 1900 pelo governo do Estado de Minas Gerais e de sua estratégia de estabelecer um controle sobre os mendigos “estacionados” dentro da área urbana da Nova Capital e a inauguração da Cidade Ozanam em 1938, entidade localizada nos espaços antes destinados à zona agrícola, e que contribuiu tanto como um símbolo de força para o movimento católico mineiro, quanto para o desejo da Prefeitura em fixar os mendigos em um espaço afastado do centro da cidade. Buscamos assim compreender como o ideal de eliminação e controle da mendicância em Belo Horizonte esteve associado ao próprio projeto de modernidade encarnado pela cidade desde a sua idealização. Outro ponto importante a ser analisado é papel desempenhado pela militância católica, liderada por Dom Cabral, pelo protagonismo de Furtado de Menezes e pela Sociedade São Vicente de Paulo, no objetivo travado pelos católicos de defender e estruturar a hegemonia do catolicismo nos planos mentais da cidade. Essas características intrínsecas à construção da Cidade Ozanam também emitem uma forte proximidade com o discurso legitimador do Estado Novo, que tomou por base a necessidade da construção de uma unidade nacional baseada na solidificação de um povo forte e soberano, que deveria ser atento às “verdadeiras” tradições cristãs. A imagem do catolicismo como grande referencial histórico da formação do povo brasileiro, conjugado com o projeto intelectual encarnado pelos doutrinadores estadonovistas, acabou por formatar a imagem dos mendigos como sujeitos perigosos, rebeldes à disciplina e, portanto, como ameaça à ordem. Assim, ao passo em que era posto como afronta à modernidade e símbolo do atraso, o mendigo também impunha a necessidade da assistência social, devendo essa ser realizada por uma instituição que os

⁵ Com a edição da encíclica *Rerum Novarum*, pelo Papa Leão XIII em 1891, a Igreja Católica tomou posição firme contra a onda secularizante tanto do liberalismo, quanto das ideologias de esquerda, criticando a condição de pobreza enfrentada pelos trabalhadores e defendendo por seu turno uma “harmonia e cooperação entre as classes”, colocando a caridade e o assistencialismo católico como a base de formulação da sua Doutrina Social. Para mais informações, ver o documento completo em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>> Acesso: 07.Ago.2017.

“civilizasse”, seguindo essencialmente os preceitos da Igreja. Dessa maneira, só quando esses homens e mulheres estivessem aptos para entrar no mundo do trabalho, eles se tornariam cidadãos.

Essas visões inseriam os mendigos dentro de um paradoxo muito similar aos tempos medievais, tal como analisado por Mollat. Ou seja, ao mesmo tempo em que se configura como uma ameaça, o mendigo é também um receptor das boas ações e da caridade que confirmam o católico enquanto tal, sendo, portanto, um elemento “necessário⁶ à jornada do cristão em sua busca de exercitar as suas “boas ações”. Nesse ponto, o processo de moralização da miséria extrema contava com um conjunto considerável de ações empreendidas por várias instituições privadas. A Igreja Católica no Brasil durante os anos de 1920 e 1930, além de encampar vários projetos assistenciais⁷, viveu um período de grande aproximação com os setores políticos. Essa articulação política realizada pelo clero e pelo movimento leigo visava alavancar a defesa dos seus interesses e solidificar os seus preceitos como fio condutor nas decisões políticas em suas várias esferas governamentais.

Para compreender a maneira como foi construída essa aproximação entre Igreja e Estado é importante refletir sobre a posição do episcopado e as novas estratégias adotadas por ele desde o início da era republicana. Houve um embate entre os setores do clero e dos leigos católicos contra a ideologia positivista e laica durante toda a Primeira República, convergindo para o desenvolvimento de um repertório variado de ações dos católicos que determinou posteriormente o tom da sua efetiva participação junto às disputas e conquistas simbólicas que marcaram o período varguista. Muitos foram os autores que contribuíram com suas reflexões acerca do movimento de reação que a Igreja Católica apresentou frente às ameaças impostas pela ascensão do anticlericalismo no final do século XIX, bem como do laicismo vitorioso na Proclamação da República. Entre eles destacamos o Brazilianista Scott Maiwaring (1989); José Oscar Beozzo (1995); Sérgio Ricardo da Mata (1996); Sérgio Miceli (2009); Henrique Cristiano José matos (2011), Marco Antônio de Souza (2012); e Dilermando Ramos Vieira (2016).

⁶ MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. p. 58

⁷ Além da Cidade Ozanam, existem outras situações que também contaram com a presença facilitadora dos órgãos públicos em sua execução, como o caso do “Abrigo Cristo Redentor”, em Salvador, Bahia, construído a partir da atuação do vicentino Levy Miranda e da prefeitura que dou o terreno. Anos mais tarde, Getúlio Vargas convidou Levy Miranda a realizar o mesmo tipo de serviço na capital federal, em 1935. Ver em: PONDÉ, Jayme. **Levy Miranda: Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977. p. 68.

A instalação da República no Brasil foi acompanhada por fortes mudanças conceituais, responsáveis por demarcar simultaneamente o culto à ciência e o desprezo à religião, fatores conjuntamente responsáveis pelo processo de afastamento da influência católica dos meios políticos, culturais e intelectuais. No entanto, a reação católica se fez presente desde o primeiro momento em que se estabeleceu o fim do padroado. A elite eclesiástica tomou como suporte a organização dos católicos e a formação de uma grande militância dos leigos, a fim de recobrar uma posição privilegiada para o catolicismo dentro do regime republicano. O discurso dos clérigos passou a se pautar pela defesa da tradição do Brasil como país católico, e nesse sentido, os leigos se tornaram a ponta de flecha para fazer valer, nas esferas públicas, esse nacionalismo católico.

Durante os anos 1920, momento configurado por um crescimento das populações urbanas e dos movimentos sociais que exigiam uma reformulação política da então Primeira República, a Igreja católica ganhou força no cenário intelectual com o desenvolvimento de um pensamento católico, erguido pelo Centro Dom Vital e pela revista *A Ordem*, que logrou colocar as elites no papel primordial de guiar a evolução política e moral da sociedade brasileira. A figura dos intelectuais católicos e da militância dos leigos, junto com a forte aproximação com a classe política, realizada pela elite eclesiástica, tiveram uma participação destacada durante a reformulação institucional e ideológica do regime republicano, travada após a Revolução de 1930 e com o advento do Estado Novo em 1937. A Igreja Católica conquistou, a partir de uma intensa movimentação na esfera pública, o papel de interlocutora das elites, com sua formação feita pela imprensa e pelo ensino nas escolas católicas, e também das classes empobrecidas, que até então era alvo de repressão pelas autoridades da Primeira República e só convertida em alvo de interesse da política após o movimento de outubro de 1930. É nesse ponto, dentre outros, que a Igreja Católica se reaproxima do Estado, encarnando a sua tão almejada posição de aliada.

Diante dessas considerações, passamos então ao debate historiográfico sobre o período do Estado Novo que constituiu um suporte de grande valor para esta pesquisa. Seu vasto conjunto de reflexões demonstra um longo caminho de estudos, cujos contextos imediatos às edições de cada análise acabou, por muita das vezes, influenciando os historiadores em suas formulações sobre o regime ditatorial de Vargas. Podemos, grosso modo, alocar as produções historiográficas em dois momentos. O primeiro compreende os anos 1960 e 1970, com Leôncio Basbaum (1968); Thomas

Skidmore (1969); Edgard Carone (1976) e Vamireh Chacon (1977). O contexto da edição dessas produções historiográficas, constituídas nas primeiras décadas após a Segunda Guerra e pelo advento da Ditadura Militar no Brasil em 1964, foi responsável por um enfoque maior do autoritarismo político que caracterizou o Estado Novo, em detrimento de outros aspectos políticos e culturais que também figuraram no funcionamento da ditadura varguista. Em seu trabalho, Basbaum relaciona praticamente todo o desenvolvimento político e histórico do Estado Novo ao contexto internacional ligado à Segunda Guerra, fazendo isso de maneira um pouco superficial. O principal ponto do texto leva em conta a proximidade e simpatia de Getúlio Vargas com as correntes do nazi-fascismo e de como a vitória das democracias-liberais no pós-1945 foram responsáveis pela sua derrota.

O Brazilianista Thomas Skidmore afirma de início que seus estudos sobre o Estado Novo teriam o objetivo de compreender as causas que levaram ao golpe militar de 1964. Para o autor, o fato mais marcante de suas descobertas e que possibilitou o rompimento da legalidade institucional no Brasil resultaria do constante fracasso da república brasileira em criar instituições e processos políticos que pudessem canalizar as mudanças sociais e econômicas que transformaram o país a partir de 1930. Desse modo, sua leitura sobre a Era Vargas recaiu mais precisamente sobre a habilidade política de Getúlio na chefia do executivo. A longevidade do seu governo é explicada com base no controle que o presidente exercia sobre os vários setores da sociedade e com a estratégia do “empreguismo”, que visava cativar adeptos e construir múltiplas alianças nos mais diversos setores do poder. Com este arranjo autoritário, segundo o autor: “os constitucionalistas emudeceram; os comunistas capitalizaram seu sofrimento; e apesar do “fascismo de segunda mão” empregado na constituição de 1937 e no formato autoritário do regime, os integralistas não chegaram ao poder da maneira como imaginavam. Por fim, o autor deduz que o Estado Novo compõe o conjunto de vários outros golpes ao longo da nossa história republicana, que culminaram no enfraquecimento ou quase ausência de instituições democráticas sólidas, o que pode consistir numa fórmula de compreensão para o golpe de 1937 e, sobretudo, para o de 1964.

Vamireh Chacon criticou o rótulo simplista de “fascista”, dando pelos primeiros analistas do Estado Novo, no imediato pós-1945. O autor diz que, apesar do seu caráter autoritário e centralizador, bem como das suas implicações corporativistas, o contexto histórico apresentou um fenômeno bem mais complexo. Citando Hélio Jaguaribe,

Chacon aponta que a ditadura pessoal de Vargas estava mais para um *Bonapartismo*⁸, no sentido em que o Estado realizou, mediante a um executivo forte, uma “arbitragem entre as classes e forças sociais” com a finalidade de assegurar as condições de estabilidade necessárias a promoção do desenvolvimento sob a liderança da burguesia.

Edgar Carone analisa o erguimento do Estado Novo e da sua estrutura política repressora e autoritária sob dois aspectos: no primeiro ele diz que a chegada de Vargas ao poder em 1930, junto com a conformação do seu projeto ditatorial em 1937, não configuraria uma ruptura nas relações de poder. Isto é, a mesma classe dirigente que efetivou o seu poder oligárquico pela estrutura do coronelismo constituem a base de sustentação do Estado Novo, junto com as Forças Armadas e, como novidade nesse “rearranjo” do poder, aparecem a classe média urbana e a intelectualidade, que contribuem para uma formulação ideológica legitimadora para o regime estadonovista. A segunda característica é que o movimento operário, tão imponente antes de 1930, sofreu “o roubo de sua fala” por parte do governo, que através do trabalhismo e da criação de leis sociais, terminou por encurralar o operariado para dentro dos seus interesses de manutenção da ordem social e de modernização conservadora. São nesses propósitos e com esses personagens que o Estado Novo é estruturado, segundo esse autor.

O segundo momento historiográfico compreende as décadas de 1980, 1990 e os anos 2000 e explora um acervo maior de pesquisas sobre o Estado Novo. Nessas obras, as questões relativas à sua contemporaneidade também estão presentes. Porém, com o distanciamento temporal do clima político estabelecido pelo pós-guerra e pelo regime militar, os autores e autoras acabaram por eleger pontos mais específicos, analisando o Estado Novo por ele mesmo. Essas produções historiográficas contaram com recortes de temas como ideologia, propaganda, corporativismo e a “sacralização da política”, bem como de questões relativas às visões sobre a família, à mulher, os trabalhadores, dentre outros setores da sociedade e do formato político do regime. Destacamos os trabalhos de Lúcia Lippi Oliveira (1982); Ângela Maria de Castro Gomes (1982, 1988, 1999 e 2014); Eli Diniz (1986); Alcir Lenharo (1986); Cynthia Pereira de Souza Vilhena (1988), Eliana Dutra (1997); Adalberto de Paula Paranhos (1999); Dulce Chaves Pandolfi (1999); Semiramis Nahes (2007); dentre outros. Dentre as várias temáticas que emergiram das pesquisas sobre o Estado Novo, nos interessaram mais precisamente as

⁸ O grifo é nosso.

visões e construções ideológicas acerca do papel da família e do trabalho, bem como da importância relegada à religião católica e seus valores morais para a formação do regime. Este conjunto bibliográfico constituiu um importante debate historiográfico que iluminou de modo determinante as nossas reflexões. Sobretudo no que tange à presença marcante de intelectuais e o pensamento elitista, no constante esforço de legitimação do regime. Outro fator de grande importância destacado pelos historiadores é a relação intrínseca que o período mantém com relação a conjuntura internacional, o que influenciou de modo determinante não somente o destino político brasileiro durante o período de 1930 a 1945, mas de outros países latinos como Argentina e o México. Tanto na Europa, quanto nos países latino-americanos, tiveram espaço os movimentos nacionalistas de direita que incentivaram as classes médias intelectualizadas na composição de uma ideologia centralizadora em oposição ao liberalismo, que sofria uma vertiginosa queda desde a crise de 1929.

Diante dessas considerações, podemos nos ater, então, ao contexto histórico mais próximo da construção da Cidade Ozanam em Belo Horizonte. Essa instituição esteve, desde o início, ligada à Sociedade São Vicente de Paulo, que contava com um grupo forte e bem articulado na capital mineira. As ações promovidas pelos vicentinos, sobretudo no seu envolvimento com a assistência aos mendigos e famílias pobres, estiveram ancoradas pela orientação sobre a necessidade de acolher, evangelizar e orientar o comportamento social dessas pessoas. Essa atuação tomou como eixo a promoção de uma interação e sindicância dos confrades vicentinos junto a população empobrecida, fator que se configura como norte e essência da Sociedade São Vicente de Paulo, enquanto organização. O trabalho com os pobres e, especialmente com a família mendicante, se fazia assim necessário pelo perigo da degeneração na qual estavam expostas pela sua situação de miséria. Tal ameaça poderia provocar, além de tudo, a captação dos sujeitos empobrecidos pelos segmentos cristãos ligados ao protestantismo ou mesmo por movimentos de cunho ateu, como o comunismo e o anarquismo, dentre outros.

A assistência e a evangelização promovida especialmente pelos vicentinos possuíam, dessa maneira, a importante missão de defender a “pureza dos bons costumes”, a “civilidade”, bem como a “moralidade familiar”. Não só a pobreza preocupava os vicentinos, mas a integridade moral da família era um elemento central da assistência, sempre buscando a educação religiosa e a obediência dos filhos, bem como a

promoção da figura paterna como o pilar dessa pequena instituição⁹. Em 1938, os vicentinos de Belo Horizonte tiveram a oportunidade de implementar, de modo mais completo, a sua proposta de assistência às famílias pobres com a inauguração da Cidade Ozanam. O grande idealizador dessa obra de caridade, que se tornou símbolo do laicato mineiro naquele contexto, foi o confrade Joaquim Furtado de Menezes, presidente do conselho Central da SSVP de Belo Horizonte que, numa associação com o prefeito Otacílio Negrão de Lima, obteve as condições necessárias para a edificação da *cidadinha*.

A Cidade Ozanam foi erguida com a esperança de encarnar um grande projeto cívico, cuja força e a forte movimentação em torno da sua construção, veio como resultado da grande mobilização não apenas dos vicentinos, mas da formação de uma imensa rede que partilhava dos mesmos sonhos e símbolos. Com o sucesso obtido através do esforço deste grupo coeso, a Cidade Ozanam foi rapidamente visualizada como uma grande obra de caridade e como um importante acontecimento da história de Belo Horizonte. A sua festa de inauguração, conforme o comentário geral realizado pelos jornais e pelo discurso das autoridades políticas e eclesiásticas, atraíram um número considerável de pessoas e foi notícia no país inteiro. A escolha do nome “Ozanam” compunha ainda um arsenal simbólico muito valioso para as pretensões que pairavam sobre a Cidade e demonstrava o desejo dos católicos de repetir, por meio das suas ações, a trajetória biográfica do beato Frederico Ozanam. Ele foi o criador da Sociedade São Vicente de Paulo, que surgiu na França com o propósito de fazer frente ao poderoso discurso anticlerical que permeava as universidades e salões intelectuais, tendo como foco a assistência aos pobres e visando provar que o caminho político verdadeiro para a solução dos problemas sociais estava em seguir e defender os ensinamentos da Igreja, a partir de uma ação militante que deveria, dessa forma, ser realizada pelos católicos em todo o mundo. Com esse exemplo, podemos identificar que a construção da Cidade Ozanam foi o resultado da conformação de uma visão de mundo, amparada na crença da unicidade das ações coletivas que permeavam uma mesma

⁹ De acordo com Marco Antônio de Souza, a influência sobre a família era o ponto de partida, para que o confrade vicentino pudesse realizar, mais facilmente, sua catequese na transmissão da escala de valores do catolicismo e do mundo do trabalho. A figura paterna era considerada a mais importante na estrutura familiar pelos vicentinos. Assim, no caso das viúvas, figuras preferencias da assistência vicentina, a presença da SSVP nessas famílias visavam substituir a presença masculina a partir da assistência financeira e moral dos integrantes da família socorrida. Disponível em: SOUZA, Marco Antônio de. **Caridade e Educação: assistencialismo e moralização dos pobres, 1930-1990**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 66

trajetória, seguindo a tradição iniciada por Frederico Ozanam. Esta “repetição” inseriu nos planos mentais as necessárias relações de sentido em torno da afirmação do pertencimento deste grupo de católicos de Belo Horizonte a uma história maior, ligada à trajetória dos santos. O que propiciava, desta maneira, a experimentação de que a construção dessa obra de caridade, em especial, formaria um mecanismo de conexão com a “história da salvação”. Podemos assim considerar que a Cidade Ozanam, para a Sociedade São Vicente de Paula e para a Igreja Católica, bem como para as autoridades governamentais, se tornou um grande símbolo da Ação Católica e de sua cruzada em “recristianizar a república”.

A metodologia da presente pesquisa contou diretamente com a leitura das fontes primárias encontradas ao longo deste percurso. Tivemos acesso a um conjunto variado de fontes históricas, que permitiu a constituição de um “corpus documental” sem o qual a pesquisa não seria possível. Destacamos, de início, os documentos disponíveis no arquivo da Cidade Ozanam e no Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo em Belo Horizonte, composto pelas atas de reunião dos vicentinos e de um acervo fotográfico que abrange as solenidades de inauguração da Cidade Ozanam em 1938, além outros registros da instituição nos anos posteriores. Essas fotografias revelaram os encontros entre membros da SSVP e o prefeito Otacílio Negrão de Lima, no âmbito das discussões sobre o projeto de construção da Ozanam, além de fotos da maquete da Cidade, das campanhas para a arrecadação de doações, da terraplanagem e, por fim, da construção efetiva das casinhas, escola e prédios administrativos, assim como a participação de membros relevantes da sociedade mineira do período, como o governador Benedito Valladares e o bispo de Belo Horizonte, Dom Cabral. Já o conjunto de atas de reuniões do Conselho Metropolitano da SSVP, cobrindo o período de 1927 a 1945, permitiram a análise das estratégias adotadas pelo grupo de vicentinos para a implementação e funcionamento da assistência aos mendigos e, posteriormente, da Cidade Ozanam. No entanto, a extensa pesquisa realizada nos jornais católicos *O Horizonte*, entre 1923 e 1935, e *O Diário*, entre 1935 e 1945, constituiu-se em uma ferramenta indispensável para a construção de uma análise mais efetiva sobre o movimento leigo, da liderança de Dom Cabral e da formação de um pensamento católico na capital. Nesses periódicos foi possível coletar dados importantes sobre o aumento vertiginoso da mendicância em Belo Horizonte entre os anos 1920 e 1930, e as visões elaboradas pelos católicos a respeito da presença dos pobres no centro da cidade, da

natureza social dessas pessoas, bem como ao endereçamento religioso elegido como fórmula para combatê-los. Outro suporte de grande valor para essa pesquisa foi constituído pela leitura dos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte, do período entre 1900 e 1938, documentos nos quais foi possível identificar a ideologia da elite mineira sobre a sua tentativa incessante de controlar a ocupação do espaço urbano na Nova Capital, bem como do emprego de suas medidas higienistas e segregacionistas, que deu origem a um conjunto de legislações elaboradas dentro desse objetivo. Por fim, a pesquisa ainda contou com uma diversidade de documentos como decretos-lei, códigos criminais, cartas pastorais, dentre outros, que ajudaram a focalizar as estratégias organizadas entre as autoridades políticas e católicas com relação aos pobres e os lugares designados para a ocupação deles dentro o arcabouço ideológico e socioeconômico desenhado pelo regime republicano no Brasil, durante a primeira metade do século XX.

A organização dos capítulos atende ao objetivo de conduzir a narrativa por meio das relações entre a Igreja e o Estado, bem como a formação de uma militância e intelectualidade católica, que vislumbrou a retomada de uma posição de privilégio para o catolicismo nos cenários políticos e culturais, bem como no ordenamento moral da sociedade.

No primeiro capítulo, partiremos de uma perspectiva mais macro, analisando as movimentações da Igreja a nível nacional, bem como a formação de um pensamento católico pautado pela defesa da tradição do catolicismo como “a religião da maioria dos brasileiros” e de como essas ações e postulados ideológicos contribuíram para o reordenamento social e político pretendido pela Era Vargas.

O segundo capítulo, por sua vez, focaliza, inicialmente, o debate historiográfico em torno da figura do mendigo e da sua inserção no espaço urbano, bem como as variações de categorização que os pobres sofreram durante o século XIX com o avanço das sociedades industriais e do liberalismo. A partir daí, discutiremos o repertório de ações empreendidos pela Prefeitura de Belo Horizonte na tentativa de eliminar a mendicidade da área urbana, com base nas visões dos agentes municipais acerca desse “problema”. Com base no aumento do número de mendigos conferidos durante os anos 1900 e 1910, discutiremos como as estratégias ligadas ao assistencialismo católico ganharam mais espaço e apoio das autoridades públicas.

O terceiro capítulo investigará a forte liderança de Dom Cabral nos meios políticos e religiosos de Belo Horizonte e como a sua presença contribuiu para erguer uma frequente associação entre o movimento de leigos católicos e as autoridades

políticas mineiras, eixo que foi central para a criação da Cidade Ozanam. Outro ponto analisado é o crescimento urbano e populacional da cidade, verificado nos anos 1920 e 1930, e que de acordo com o olhar das autoridades municipais e das elites mineiras estaria colocando em risco os planos originais da Nova Capital. Por fim, a narrativa seguirá para os eventos ligados ao empreendimento da Cidade Ozanam, discutindo as idealizações feitas pelos vicentinos acerca da sua funcionalidade e de como o modelo de assistência implementado, destinando um lugar afastado do centro para a criação de uma “cidade para os pobres”, visou a condução do processo de moralização católica e higienização social dos mendigos, dentro do objetivo visualizado por Monteiro Lobato de “*transformar o líter humano em gente*”.

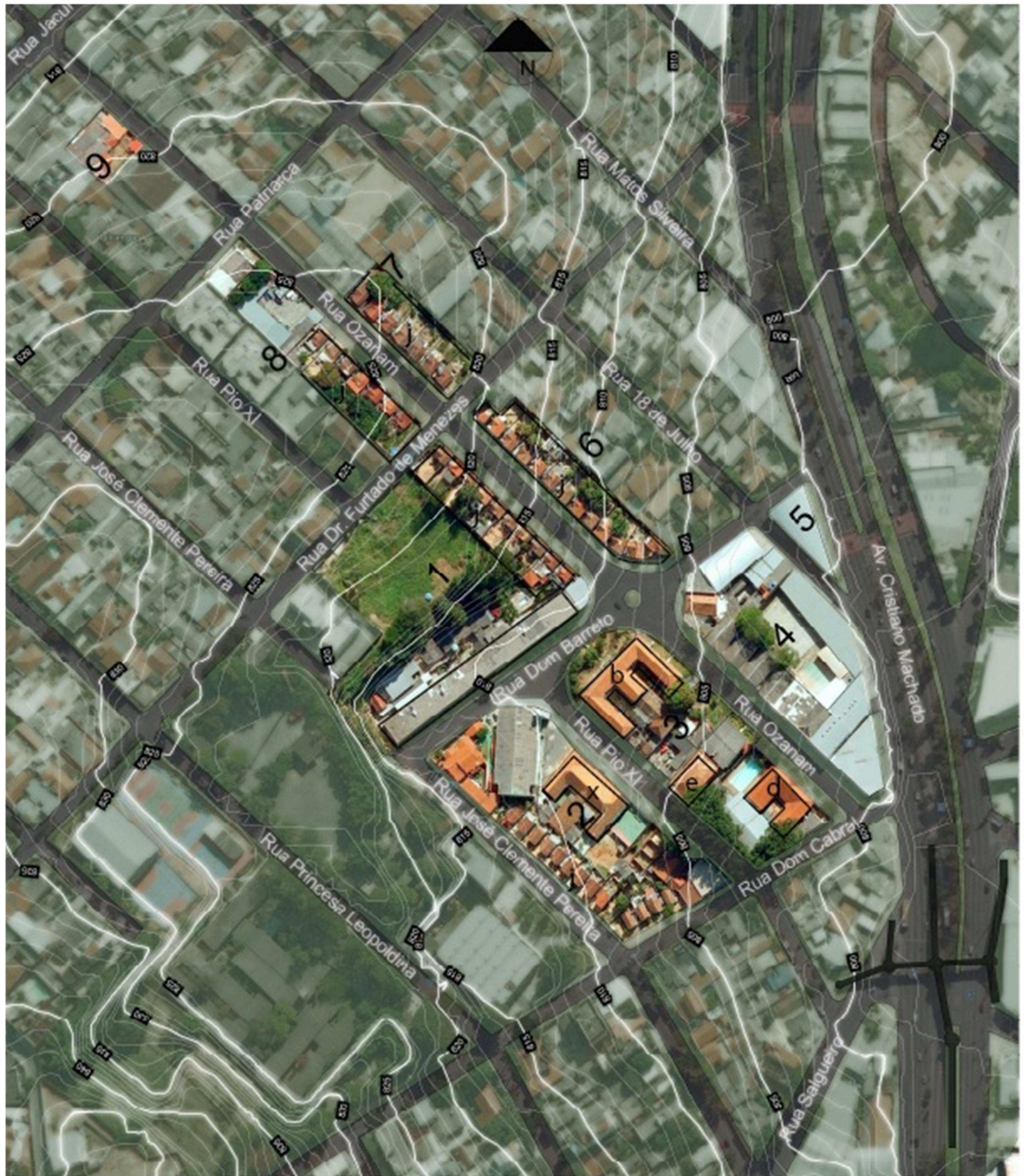


Figura 1. Mapa atual da Cidade Ozanam . Base: Google Maps e Prodabel. Fonte: COELHO, Alexandre Eduardo Fraga. Disponível em: <<<https://cidadeozanam.wordpress.com>>> Acesso: 27.Ago.2017.

Capítulo 1: A Igreja Católica na República

A construção da Cidade Ozanam em Belo Horizonte, em 1938, foi um marco de grande importância para a militância católica e para as lideranças eclesiais da cidade, bem como para as diversas autoridades municipais. No entanto, essa conquista do catolicismo em Minas Gerais, em sentido mais amplo, correspondeu diretamente ao anseio do episcopado e do movimento católico nacional em solidificar a sua reaproximação com o Estado, esforço que veio sendo realizado desde os primeiros anos após a instalação do regime republicano no Brasil.

Assim, o objetivo central deste capítulo visa compreender, de maneira retrospectiva, as nuances que marcaram as relações entre Estado e Igreja no Brasil. Desde o laicismo da Constituição de 1891, passando pelos agitados anos 1920 e, da Revolução de 1930 até o Estado Novo, os católicos buscaram imprimir os seus preceitos moralizantes e religiosos como forma de “cristianizar a República”. Dentre as disputas simbólicas travadas tanto por clérigos quanto pelo atuante movimento católico leigo, foi de grande importância a análise dos diversos documentos desenvolvidos por esse grupo ao longo desse contexto. Trata-se de uma boa diversidade de fontes eclesiais, como encíclicas e cartas pastorais emitidas respectivamente pelo pontificado e pelos bispos brasileiros, bem como as várias fontes originadas das ações da militância católica, como as publicações da revista *A Ordem* e dos jornais mineiros *O Horizonte* e *O diário*, nos quais foi possível identificar a efetiva construção de um pensamento católico, cujo grande objetivo visava o fortalecimento da Igreja Católica no seio da sociedade civil e na política governamental. Como veremos a seguir, as interações estabelecidas entre os católicos e os políticos da Primeira República e posteriormente da Era Vargas, foi conduzida através de um movimento de afirmação da Igreja Católica, que utilizou amplamente o discurso de “religião da maioria dos brasileiros”, com o objetivo claro de conquistar uma posição mais favorável dentro das relações de poder na sociedade e na política republicana.

“Daí a César o que é de César”: a dessacralização da política

De início, é importante observar um pouco mais de perto as relações entre Igreja e Estado durante as últimas décadas do regime imperial, período em que perdurou a instituição do Padroado no Brasil. A existência desse regime no cotidiano brasileiro

quase unia de forma totalizante as instituições religiosas às instituições seculares, a ponto de serem confundidas pela população. Porém, nas décadas finais do Império, ele passou a ser alvo de críticas e de confrontos, tanto por parte do movimento republicano, quanto de setores do episcopado nacional que estava interessado em seguir mais de perto, de forma autônoma, os preceitos do Vaticano.

O artigo 5º da constituição de 1824 instituiu a Religião Católica como a religião oficial do Império brasileiro, mantendo assim a união entre Estado e Igreja presente durante a administração portuguesa. Assim, ganhou fôlego no Brasil independente o regime do Padroado, cuja origem, de acordo com Roberto Barros Dias¹⁰, remonta ao fortalecimento das monarquias nacionais e do absolutismo. Na prática, a subordinação da Igreja ao poder imperial gradativamente a afastou da Santa Sé. As decisões vindas do Vaticano dependiam do *placet* do Imperador, cabendo a ele também a nomeação de bispos no Brasil, entre outras prerrogativas. Essa realidade existiu em outros países como França, Portugal e Espanha, o que incorria na diminuição do poder do papa em escala mundial. No entanto, durante os séculos XVIII e XIX, este panorama veio sofrendo algumas alterações, a partir das disputas desenvolvidas entre dois grupos de católicos que apresentavam posições diferentes quanto as relações entre Igreja e Estado. De acordo com Riolando Azzi, são eles:

“Os chamados católicos regalistas, galicanos ou jansenistas, que defendiam os interesses de uma igreja mais vinculada à sua nação, sob certa dependência do poder civil e com um cunho de ação marcadamente político, e os designados como católicos “romanos ou ultramontanos” que apregoavam uma adesão incondicional ao papa, dentro de uma Igreja de caráter universal, mas sob a orientação exclusiva da Santa Sé”¹¹

O ultramontanismo se tornou um plano de ação importante no papado de Pio IX (1846-1879), que mirava o objetivo da centralização da política eclesiástica nas mãos da Santa Sé. O grande interesse alimentado pelo Vaticano, naquele contexto, estava em reunir condições para responder aos ataques que vinha sofrendo com a forte onda secularizante e nacionalista advindas do avanço do modelo econômico e social do liberalismo, frente ao progresso técnico e material dos países capitalistas a partir da segunda metade do século XIX.

¹⁰ DIAS, Roberto Barros. **Deus e Pátria: Igreja e Estado no processo de Romanização da Paraíba (1894-1930)** Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, 2008. p.27.

¹¹ AZZI, Riolando. **O Movimento Brasileiro de Reforma Católica**. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v.34. n.135. p. 649.

Durante as décadas finais do Segundo Reinado no Brasil, as teses defendidas pelo ultramontanismo passaram a influenciar mais de perto as ações de alguns membros do episcopado nacional. Havia, portanto, o interesse expresso por alguns líderes da hierarquia eclesiástica de seguir unicamente a liderança política e espiritual do papa, em detrimento do forte controle estabelecido pelo Estado sob a Igreja, através do Padroado¹². O marco dessa tomada de posições dos clérigos brasileiros pode ser identificado na carta escrita por Dom Viçoso, bispo de Mariana, em 1856, na qual ele criticou a intromissão do Estado em assuntos especificamente eclesiásticos, dizendo:

“Como agora sofrer que uns poucos de seculares, entre os quais é verdade há gente de muito juízo, mas há também moços que acabam há pouco das academias e que já se sentam a dar regras à Igreja de Deus! Segue-se uma introdução no que lhes não pertence, uma legislação nas matérias Eclesiásticas, extravagante e uma confusão eterna. [...] Que desordens, que consequências não pensadas na fatura das leis, e tudo por se meterem em matérias que lhes não pertencem, e tão fora de suas atribuições, como está fora das minhas dividir distritos, criar comarcas, nomear escrivões etc. etc. [...] Pedimo-lhes por Deus atender à liberdade da Igreja, pois é para lamentar que tenham mais liberdade os Católicos da Inglaterra ou da China, países Protestantes e gentios, do que no Brasil, onde a Religião dominante é a Católica. Deus não pode abençoar tais abusos e escravidão”¹³

Como pode ser visualizado, a carta escrita por Dom Viçoso explicitou de maneira direta o significado tomado pelo bispo ultramontano, no que tange à busca pela fidelidade do clero nacional com Roma. Dom Macedo Costa também foi um dos expoentes do movimento ultramontano brasileiro, denunciando de forma constante o que ele definiu como uma situação de escravidão vivida pela Igreja brasileira, que vinha sendo governada por um “Estado civil de mitra e báculo”. A busca pela romanização do Brasil, incutidas pelas fortes lideranças de Dom Viçoso e de Dom Macedo Costa, foi ganhando força no país de modo gradual, até se tornar um ponto de conflito com o Império. Sobretudo a partir das emissões da Encíclica *Quanta Cura* de 1864 que veio acompanhada do adendo *Syllabus Errorum*, um anexo de 80 condenações feitas tanto ao liberalismo e ao formato adotado pelos Estados Modernos, quanto por outros pontos que ganharam margens naquele contexto, como a liberdade de culto, o socialismo, a proposta

¹² É importante frisar que o episcopado brasileiro não era contra o Padroado em si, ou seja: não havia um posicionamento diretamente contrário à união entre o Estado e a Igreja. O que o clero desejava de fato era um Padroado sem beneplácito e a preponderância do poder religioso sobre o poder laico.

¹³ MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Período Imperial e Transição Republicana**. São Paulo: Paulinas. p. 82.

de uma educação laica, a negação da revelação como forma de conhecimento, o racionalismo científico, o fim do princípio do direito divino, entre outros. Desse modo, o “Sílabo dos erros de nossa época”, promulgado por Pio IX, passou a ser, então, a expressão da doutrina ultramontana de romanização da Igreja em todo mundo e da busca pela primazia da Igreja sobre o Estado.

A reação à Encíclica no Brasil foi imediata e se somou às decisões do Concílio Vaticano I, entre 1869 e 1870, no qual foi estabelecido o dogma da “infabilidade papal” e, por consequência, o combate ao regalismo. No caso da *Quanta Cura*, ela não recebeu o beneplácito de Dom Pedro II, que acreditava que o documento não coincidia com a sua condução da Igreja no Brasil e com a política imperial. É nesse contexto que podemos, assim, identificar as raízes da “Questão Religiosa”, fator amplamente considerado pela historiografia como um dos pilares para o fim do regime monárquico brasileiro. Em 1872, quando Dom Vital e Dom Macedo, bispos de Olinda e do Pará, interditaram algumas irmandades religiosas sob o pretexto delas possuírem afiliações maçônicas, os bispos estavam seguindo a cartilha do ultramontanismo, observando, portanto, a autoridade papal em detrimento do regime do Padroado. Dom Vital e Dom Macedo acabaram sendo denunciados e presos pelo governo imperial, sendo soltos depois de realizadas negociações entre o Império brasileiro e a Santa Sé. O episódio da “Questão Religiosa” foi, portanto, a cristalização desse desejo militante dos bispos brasileiros de fortalecerem as suas ligações com o Vaticano e saírem das amarras do Estado, no sentido mesmo de colocar a Igreja Católica acima de todas as decisões temporais. Porém, como afirma Maria Viotti da Costa, o episódio da prisão dos bispos dispôs apenas momentaneamente as relações entre o “Trono e o Altar”, sendo, portanto, um exagero supor que o confronto entre os bispos e os maçons tenha sido uma das causas do fim do Segundo Reinado. O fato não causou nenhuma mobilização por parte da população em favor da Igreja a ponto de pôr em risco o Império. Na verdade, como explica Viotti,

“O conflito entre Poder Civil e o Poder Religioso contribuiu para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado e, assim, indiretamente, favorecia o advento da República, que tinha essa norma como objetivo”¹⁴

¹⁴ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2007. p. 457.

O episódio demonstra, no entanto, que havia uma articulação entre os prelados brasileiros e a Santa Sé, movimento que também demarca o interesse contingencial do Vaticano em elaborar respostas e estratégias frente aos acontecimentos e ideologias anticlericais, também frequentes no Brasil, naquele contexto.

Outro grupo que também tomou posições contrárias ao Padroado foi o dos republicanos. No entanto, diferente da Igreja que desejou ter um poder maior sobre o Estado e a Sociedade, este seguimento iniciou uma luta contra o formato de Religião Oficial detido pelo catolicismo no Brasil. Logo no Manifesto de 1870, o movimento republicano iniciou o trabalho de associação entre república e progresso com o claro objetivo de minar as bases ideológicas do regime monárquico brasileiro. Munidos de um leque de ideias e de discursos políticos que acenavam para uma clara adesão ao culto da ciência, os propagandistas do regime republicano afirmavam a necessidade urgente dos setores políticos e sociais de sair do domínio religioso. Para este grupo era imperioso iniciar o caminho rumo ao progresso científico, sendo necessário para tanto alterar as formas de sociabilidade e de condução dos negócios políticos, como o único caminho para que o país alcance o status de civilizado. Boa parte da historiografia sobre o advento da República no Brasil aponta a introdução das “ideias avançadas” como a responsável pelas mudanças semânticas nos discursos intelectuais que foi aos poucos se tornando afeiçãoada à causa republicana. De acordo com Fernando Catroga, as transformações sociais ocasionadas pelo crescimento de uma sociedade mais urbanizada, devota da racionalidade capitalista, seriam as grandes responsáveis por inserir no meio intelectual esses novos modos de ver o mundo, partindo do conjunto de ideias em torno do conceito de modernidade. Como sintoma desse contexto, aparece a necessidade da “desdivinização do universo”, seguido da dessacralização da política, separando assim o “que é de César para César e de Deus para Deus”¹⁵. Essa construção ideológica, pautada pelo progresso científico, foi decisiva para a implantação de um ambiente fértil para a causa republicana, em especial para o ideário da liberdade e a defesa de uma efetiva participação política da sociedade. Apesar de a modernidade também ser um elemento incluso nos discursos dos monarquistas e do fato que o próprio imperador incentivava abertamente o desenvolvimento científico brasileiro, os republicanos, como estratégia, constituíram a ideia de liberdade e de progresso como conceitos antônimos ao regime

¹⁵ CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2006. p.15-46.

imperial e as instituições a ele ligadas¹⁶. Nesse interim, a religião católica, instituição ligada umbilicalmente à Monarquia, passou a sofrer ataques juntamente com o Império, através da imprensa republicana. Os propagandistas defendiam abertamente o fim do Padroado e a abertura religiosa desde a edição do Manifesto Republicano de 1870¹⁷. A tônica utilizada pelo manifesto sugeria que a liberdade de consciência era nulificada pela imposição do catolicismo como religião do Estado e, sendo, portanto, um “privilégio”, acabaria por compor *“uma das distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos”*. Através do jornal “A caminho”, da cidade mineira de Campanha, o republicano Lúcio de Mendonça também dirigiu ataques à instituição do Padroado:

“Não falando na revoltante extorsão que sofremos no subsídio do culto católico pelos cofres públicos, para os quais contribuem numerosos tributados que professam a religião oficial e que são violentados a pagar missa que não ouvem; deixando de parte isso e o mais, como o juramento católico obrigatório, que envergonha a nossa legislação, veja-se quanto favor administrativo encontra nessa terra o clericalismo, a sombra do privilégio constitucional.”¹⁸

Nesse combate contra o “monopólio das almas”, realizado pelo catolicismo e condicionado pelo Império, os republicanos apresentavam como influências diretas os caminhos trilhados pela França ao longo da Revolução de 1789, como em outros exemplos históricos. De forma similar, na experiência francesa, de acordo com Newton Bignotto, apenas tornou-se possível falar de republicanismo após a elaboração de um léxico e de uma gramática republicanos¹⁹. Não que os pensadores iluministas, que tanto influenciaram o desencadeamento da Revolução Francesa, fossem todos republicanos, mas sim que o conjunto de ideias e conceitos elaborados por eles pôde ser apropriado por aqueles que buscavam uma solução para o colapso da Monarquia e a criação de um regime que correspondesse aos anseios de liberdade e igualdade. Assim, o desenvolvimento do Iluminismo ao longo das décadas, que antecedeu a Queda da

¹⁶ Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel decisivo através da propaganda e da veiculação de imagens caricaturais, que conseguiram estabelecer uma relação dicotômica entre as ideias avançadas e a Monarquia. Para mais informações, ver em: MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2007. p.157-223.

¹⁷ PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários**. São Paulo, Alfa-Omega, 1973. p.47.

¹⁸ MENDONÇA, Lúcio. **A caminho (propaganda republicana)**. Rio de Janeiro, Laemmert &C. 1905. p.248-251.

¹⁹ BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII**. São Paulo: Companhias das Letras, 2010. p.19.

Bastilha, foi marcado pelo combate a uma série de preconceitos e pela abertura de novas fronteiras do conhecimento, bem como pela crença nos poderes da razão e da ciência e pela defesa da tolerância religiosa. As críticas de Voltaire aos clérigos de seu tempo provocaram um grande impacto na França do século XVIII. Segundo Bignotto, Tocqueville também apontou como a França, ao provocar a destruição do Estado e da Religião com a sua Revolução, havia realizado algo inédito e que tal fato só pôde ser conduzido porque lá os intelectuais foram capazes, de diversas formas, de divulgar suas críticas à religião entre todas as camadas da população. Os escritos de Voltaire, com suas críticas à religião católica e sua dominância imposta pelo Estado, bem como a sua defesa da tolerância religiosa como prática da liberdade e como algo necessário para que todos, em sua pluralidade, possam buscar o bem comum, ajudou a plantar a semente da laicidade destinada a se transformar na pedra angular do republicanismo francês. A tolerância religiosa foi tomada como fator importante para o estabelecimento da liberdade de expressão e como solo fértil para o estabelecimento da República. Banhados por essa experiência histórica, os republicanos brasileiros passaram também a defender que o exercício da liberdade e a posse da virtude republicana dependia, portanto, da liberdade de consciência e de credo religioso.

Esse debate foi fluente após o episódio da Proclamação, juntando-se às disputas em torno do modelo ideal de República que deveria ser adotado pelo Brasil. Assim, as definições dos papéis que deveriam ser ocupados pelo Estado e pela Igreja na era republicana foram resolvidos com o decreto 119, de 1890, 53 dias após a Proclamação da República. O artigo foi responsável por extinguir o Padroado e separar a Igreja e o Estado:

“Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o Padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. [...]”²⁰

Para os republicanos, a extinção do Padroado representou uma vitória contra o “clero enganador”, apontado como o responsável por manter o povo no atraso e na ignorância. Sob o altar da ciência, o Estado, a partir daquele momento, seria o responsável por guiar a nação em sua busca pelo progresso.

Porém, apesar do anticlericalismo presente nos discursos republicanos que levaram à laicização, é importante frisar que o decreto 119/1890 foi firmado a partir de acordos feitos com o episcopado brasileiro, sob a figura de Dom Macedo Costa e em sua relação de ex-professor de Rui Barbosa, responsável pela elaboração do decreto de extinção do Padroado. Além disso, havia também o interesse claro do Governo Provisório em manter a sua amizade com a Santa Sé. Com a edição do decreto 119, dessa maneira, foi enfatizado o caráter laico da República nascente e graças às intervenções de Dom Macedo Costa, de acordo com Maurício de Aquino²¹, foram garantidos a posse das propriedades eclesiásticas, os direitos de liberdade de culto, além da vigência de mais um ano de pagamento de cômguas e outros gastos eclesiásticos.

Desse modo, na era pós-Padroado, a Igreja Católica no Brasil reagiu em duas frentes: no primeiro momento, de modo estratégico, o clero não se posicionou contra o regime republicano e no segundo, após a implementação do decreto 119/1890, com críticas à liberdade religiosa que equiparou o catolicismo às demais religiões, a Igreja passou a se defender do laicismo vigente com o prisma de que o catolicismo era a religião historicamente predominante entre o povo brasileiro e qualquer movimento contrário aos preceitos católicos, colocaria o país em crise social, colocando em risco a República nascente.

Reação da Igreja: o nacionalismo católico.

Tanto para o prelado brasileiro, quanto para a Santa Sé, a instalação da República no Brasil foi vista com certa satisfação, pois demarcava um novo período para o

²⁰ Disponível em << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>>. Visualizado em 21.mar.2017.

²¹ AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)**. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21.Mar.2017. p.148.

catolicismo brasileiro, com uma grande liberdade de ação que ainda não havia sido possível para o clero nacional. Em sua carta a Rui Barbosa²², Dom Macedo encheu-se de regozijo, dizendo: “*A igreja no Brasil ganhou imenso, ganhou imenso, ganhou a liberdade que não tinha*”²³. Apesar de ter lutado contra o laicismo objetivado por grande parte dos republicanos e impresso no decreto 119/1890, a hierarquia eclesiástica estava convencida de que entrara numa era de melhores perspectivas, como afirmou o internúncio²⁴, Monsenhor Girolamo Gotti:

“Semelhante liberdade fazia esperar que a Igreja brasileira teria, em breve, podido melhorar o seu destino, eliminar os lamentáveis abusos, reformar o clero, em suma, ressurgir numa nova vida mais alegre e fecunda.”²⁵

Esse sentimento comum existente entre os clérigos pode ser compreendido pelo fato de que nos anos anteriores à Proclamação da República, havia um movimento reformista no seio do Império que visava implementar o mesmo movimento secularizante sobre a Igreja e a sociedade, porém mantendo a Igreja presa ao domínio do Estado com o Padroado. Com os republicanos o mal acabou sendo menor, pois apesar dos “males modernos” do laicismo e a liberdade de culto para todas as religiões, o episcopado pôde finalmente se ligar ao Vaticano e se romanizar, como desejavam.²⁶

Apesar das “boas novas” festejadas pelo episcopado, os prelados apresentaram ao mesmo tempo a necessidade de se organizarem no sentido de compreender aquele contexto e encontrar o melhor método combater o anticlericalismo, presença forte nas feições do republicanismo brasileiro. As decisões tomadas em relação ao campo religioso pelo decreto 119/1890 e pela Constituição republicana de 1891 demarcaram o caráter agnóstico do Estado, mesmo com o esforço insistente do episcopado e dos políticos católicos que desejavam que governo assumisse o catolicismo como a religião oficial do povo brasileiro, recebendo assim melhores atenções. Na carta a Rui Barbosa, Dom Macedo havia feito um apelo ao seu ex-aluno, asseverando que “*o Brasil não era a Rua do Ouvidor*”. Ou seja, segundo o bispo, o país não poderia ser reduzindo aos

²² ASV, Carta de Dom Antonio de Macedo a Rui Barbosa (22-12-1889), em; *Nunciatura Apostólica no Brasil*, fasc. 330, caixa 68, doc. 23, fl.50. Informações disponibilizadas por: VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil, 1889-1945**: volume II. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2016. p.12.

²³ AMÉRICO JACOBINA LACOMBE ET ALLI, *Brasil, 1900-1910*, Gráfica Olímpica Editora, Rio de Janeiro 1980, p.49. Informações disponibilizado por: VIEIRA, **História do catolicismo no Brasil...** p.10.

²⁴ Agente diplomático do Vaticano.

²⁵ ASV, “Sobre as providências a serem tomadas pela Igreja Católica no Brasil”, em: *Nunciatura Apostólica no Brasil*, fasc. 377, caixa 77, fl.5. Visualizado em: VIEIRA, 2016. p.16.

²⁶ VIEIRA, **História do catolicismo no Brasil...** p.16.

“devaneios e arroubos de progresso restrito a uma reduzida e elitizada parte da capital federal, que emitia projetos ardilosos e irresponsáveis para todo país”, concluindo que *“o que é certo, porém, é que se querem ter uma república, devem fazê-la cristã”*.²⁷ Nesse ponto, o laicismo encarnado pelo projeto republicano posto em vigor a partir de 1890, levantou preocupações da Internunciatura no Brasil, que emitiu uma carta a todos os membros do episcopado brasileiro para estes respondessem sobre as suas impressões diante da nova realidade da Igreja brasileira. Diante das realidades sócioeclesiais diversas, as respostas foram variadas. Segundo Dilermando Ramos Vieira²⁸, os bispos foram praticamente unânimes em reconhecer as possibilidades de melhora em suas atividades, frente à liberdade adquirida com o fim do Padroado. Porém, grande parcela dos prelados nutria também um considerável temor de que a Igreja enfrentasse um período de penúria econômica sem o auxílio do Estado e de que ela sofresse mais agressões com o avanço do laicismo e com a liberdade religiosa, situação em que outras religiões concorreriam em iguais condições para o acesso ao povo brasileiro.

Depois de finalizadas as primeiras análises do internúncio, o representante do Papa no Brasil, Francesco Spolverini, escreveu novamente aos bispos sugerindo uma reunião pastoral coletiva com o fim de propor novas diretrizes para as ações da Igreja brasileira. Essas observações deram origem, em 1890 e 1900, às duas Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro, que erigiram cartas com severas críticas “aos ataques da impiedade moderna”, à liberdade de cultos que iguala o catolicismo a qualquer seita, e aos movimentos secularizantes do Estado. De acordo com as cartas, a independência da Igreja com o fim do regalismo não podia ter significado a separação entre Igreja e Estado, visto que o povo brasileiro confessava em sua imensa maioria o catolicismo. Apesar de enunciar a preferência pelo regime atual, em detrimento do precedente, na Carta Pastoral de 1890, os bispos não deixaram de manifestar também as suas incertezas sobre o momento histórico, chegando mesmo a propor novamente a união entre Igreja e Estado:

“Em nome, pois, da ordem social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência, repelimos os católicos a separação da Igreja e do Estado: exigimos a união entre os dois poderes. Sim queremos a

²⁷ AQUINO, **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil...** p.147.

²⁸ Em seu trabalho, *“História do catolicismo no Brasil”*, pela editora Santuário, 2016, Dilermando Ramos Vieira realizou um excelente trabalho com as correspondências realizadas entre o clero brasileiro e o Vaticano, assim como entre os bispos e os políticos da Primeira República, bem como as cartas pastorais emitidas ao povo brasileiro. O trabalho constitui uma referência importante para os estudos sobre a Relação entre Igreja, Estado e Sociedade no Brasil.

união, porque Deus a quer: *Quod Deus conjunxit, homo non separet*. Mas, notai bem, não queremos, não podemos querer essa união de incorporação e de absorção, como tem tentado realizá-la certo ferrenho regalismo — monárquico ou republicano — união detestável, em que o regime das almas constitui um ramo da administração pública com o seu ministério de cultos preposto aos interesses religiosos.”²⁹

A carta de 1900 coincidiu com o 4º centenário do “Descobrimento do Brasil” e o episcopado, diante da importante data, marcou a sua defesa sobre a tradição do catolicismo como a religião historicamente seguida pelo povo brasileiro. Sustentava-se assim a ideia de que o regime republicano, ao ignorar a fé tradicional, estaria fugindo à natureza religiosa do Brasil e, por isso, ao negar o fato mais marcante da história nacional, a República caminharía inevitavelmente para o caos social. Segundo Riolando Azzi,

“No pensamento católico, religião e ordem constituem um binômio inseparável, pois é mediante a doutrina religiosa que se incute no povo os princípios morais indispensáveis para a manutenção da ordem social. Ao proclamar-se leigo e, conseqüentemente, ao deixar de prestigiar o ensino da Religião Católica, o Estado estaria contribuindo para solapar os próprios fundamentos da sociedade brasileira.”³⁰

Os bispos queixavam-se de que, com a promulgação da Constituição de 1891, as autoridades haviam promovido a separação inteira entre o Estado e a Igreja, desfazendo qualquer possibilidade de ação comum entre as duas instâncias. Para o clero católico, “as conseqüências eram terríveis, pois trariam desgraça e ruína para a nação, pelo enfraquecimento do sentimento religioso entre o povo”³¹. A carta Pastoral de 1900, portanto, apontava a *apostasia republicana* como o seu “pecado original”, defendendo que seria impossível colocar de lado as raízes católicas da nação brasileira, assegurando assim que não haveria distinção entre *patriotismo e catolicismo*. Para os bispos, “*querer um Brasil sem catolicismo é querer um Brasil que já não é mais brasileiro*”³² e nesse sentido é que a carta mira os fiéis, exortando que seria então de responsabilidade dos católicos brasileiros, através de suas ações, corrigir os erros, santificar os costumes e defender os preceitos da Igreja Católica na sociedade:

²⁹ Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro – 1890. Disponível em: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Vol. 4. Câmara dos deputados. Editora Universidade de Brasília. 1981-. p.24.

³⁰ AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. p.30. (Col. História do pensamento católico no Brasil, n.4).

³¹ MATOS, **Nossa História...** p.29.

³² MATOS, **Nossa História...** p.30.

“Proclamou a Constituição a separação inteira do Estado e da Igreja, e assoalhou que nenhuma relação queria com essa religião, que informou a vida dos brasileiros, que lhes deu a civilização, adotou os costumes, conservou a unidade nacional, e é patrimônio mais precioso que recebemos de nossos pais e queremos legar a nossos filhos. [...] Cumpre que o Brasil e os brasileiros tomem sobre si, e voltem para Jesus Cristo, no qual unicamente têm salvação indivíduos e povos. Sem esta conversão individual e coletiva não haverá para nós respirar de tantos males.”³³

Dentre as estratégias constituídas pela Igreja Católica no Brasil diante da nova realidade instaurada pelo regime republicano, como está presente com grande teor nas Pastorais de 1890 e 1900, fica claro que o clero realizou a sua defesa teorizando sobre a ideia de que existia um vínculo impossível de ser quebrado entre nacionalismo e catolicismo. Dessa maneira, tendo as suas exortações não surtido efeito na maioria dos legisladores da Primeira República, o clero depositou as suas esperanças no movimento dos leigos, imprimindo neles e aconselhando suas associações a travar uma batalha na sociedade pela defesa dos preceitos católicos. É nesse contexto que surgiu as raízes da Ação Católica no Brasil.

O laicismo vigente na política nacional também era um tema combatido pela Igreja Católica no ambiente europeu. A Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, erigida por Leão XIII, havia feito a alusão a necessidade de união entre os católicos do mundo inteiro afim de lutar contra o movimento de secularização que vinha sendo adotado pelos Estados Modernos. Porém, a grande figura de importância nesse cenário era sem dúvida a do povo, que sofria com pauperismo crescente, devido ao avanço do liberalismo e das inovações técnicas adquiridas ao longo da Segunda Revolução Industrial, responsáveis pelo vertiginoso aumento do desemprego estrutural. Sem a proteção dos Estados, que haviam adotado o liberalismo econômico, as classes empobrecidas, em grande escala, haviam aderido aos movimentos de luta do operariado mundial pelo desenvolvimento das leis trabalhistas e, assim, por melhores condições de vida. Como a massa dos trabalhadores aderira aos ideários do socialismo, anarquismo e sindicalismo, a Igreja Católica sofria, dessa maneira, um decréscimo relevante do seu número de fiéis, tanto nas elites dirigentes, como entre a população no geral. Era importante, portanto, rever suas ações a nível mundial e buscar o fortalecimento das suas bases. A *Rerum Novarum* apontou como estratégia a construção de um pensamento católico com o objetivo de

³³ Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro – 1900. Disponível em: RODRIGUES, 1981. p.63-65.

fazer frente ao pensamento individualista encarnado pelo ideário do liberalismo, bem como contra as ideologias da esquerda, como o socialismo, que ameaçavam com precisão o controle da Igreja sobre a população pobre operária. Os pensadores leigos contrarrevolucionários assumem a ponta de lança nesse projeto de fortalecimento do catolicismo, elaborando teses contrárias ao sistema de valores individuais herdados dos Iluministas e da Revolução Francesa³⁴. Dessa maneira, na formação desse arsenal ideológico, havia o posicionamento católico que propunha um colaboracionismo entre ricos e pobres, como alternativa à exploração desenfreada pelo liberalismo e à ameaça socialista de uma guerra social e luta de classes. No entanto, havia também a tentativa de reafirmar a configuração de mundo do Antigo Regime, realizado por pensadores como Edmund Burke que previa o retorno da harmonia do direito divino e da sacralização do princípio de autoridade como algo extremamente necessário frente à ameaça de caos social. Ao mesmo tempo que os pensadores contrarrevolucionários da passagem do século XIX para o XX refutaram o cientificismo ateu, houve simultaneamente o interesse da Igreja em sua atuação política, mantendo sua forte influência na condução do Estado e o seu peso na formação espiritual da Nação.

A Carta de Dom Leme, 1916

A historiografia clássica sobre o catolicismo na Primeira República, apresenta constantemente a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, erigida em 1916, como o grande marco de efetivação da mobilização dos leigos no Brasil republicano. O conteúdo da carta foi permeado pela preocupação do bispo em constituir uma articulação entre as forças católicas brasileiras com o objetivo centrado em defender a moralidade católica e reabilitar a influência do clero nas decisões políticas. A escrita da sua comunicação se deu em um tom de alerta: Dom Leme apontou que havia uma inércia sociopolítica no grupo dos fiéis, afirmando que os católicos formavam uma maioria inoperante, enquanto

³⁴ Segundo Riolando Azzi, o pensamento católico que se formalizou a partir deste contexto, tomava bases no princípio da Ordem, também desenvolvido pelos positivistas. Segundo esse conjunto de ideias, a sociedade humana, que vivia uma situação de equilíbrio social durante a Idade Média, sofreu abalos significantes com o Renascimento e a Reforma protestante, sendo aprofundados com o iluminismo e com a Revolução Francesa, o seu ápice. Era importante então, como fórmula de reencontrar novamente o equilíbrio das relações humanas, pondo um freio aos desejos incontrolados de liberdade. Para mais informações, ver em: AZZI, Riolando. **O episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930**. Síntese – Revista de Filosofia. Faculdade Jesuíta – FAJE. V.5, nº12, 1978. p.51.

os inimigos da Igreja agiam como todo o vigor. De acordo com Thomás Bruneau³⁵, Dom Leme referendou o nacionalismo católico em sua missiva, afirmando que a religião Católica constituía a base elementar da nacionalidade brasileira e que, diante disso, os católicos deveriam, por missão, exercer uma forte pressão na esfera pública para que, progressivamente, a Igreja voltasse a ter influência sobre o governo e sobre a vida política. Através da ação dos leigos a Igreja poderia ter acesso às instâncias do poder na República e poderia finalmente recristianizá-las. Dessa maneira, o objetivo de Dom Leme era colocar novamente a Igreja em situação privilegiada. O seu grande interesse estava na criação de um pacto entre os poderes eclesiásticos e governamentais, cuja aliança seria benéfica para os dois poderes.

Com o seu discurso de “maioria católica”, em conjunto com outros instrumentos utilizados pela Igreja, Dom Leme conseguiu empreender uma considerável mobilização dos católicos. O seu “alerta” encontrou ressonância homilias e motivou, mais tarde, a realização de congressos eucarísticos, bem como foi amplamente difundido pela imprensa católica. Essas ações organizadas pelos católicos, a partir dos encaminhamentos dados por Dom Leme, foram realizadas em uma conjuntura de disputas simbólicas. Com a liberdade de culto oficializada pela constituição de 1891, o país se tornou um espaço livre para a presença de igrejas protestantes, abertas com o objetivo de atender os bolsões de imigrantes que se formaram pelo interior e nas capitais, bem como dos brasileiros em geral. Somaram a essa presença, ainda, kardecistas, judeus, entre outras denominações religiosas, o que demonstra uma considerável diversidade religiosa no cenário brasileiro. Mesmo que não fosse possível desautorizar a Igreja em seu discurso de “maioria católica”, era nítido o esforço do clero em defender o Brasil como território católico, diante da difusão do protestantismo, do espiritismo e de outras denominações religiosas que ganharam espaço na era republicana.

No entanto, é importante frisar que Igreja Católica no Brasil lançou as suas esperanças de soerguimento social e político, a partir das ações dos leigos que compunham as elites brasileiras. Não houve, por parte da maioria do episcopado nacional, uma opção pelos pobres, no sentido de estabelecer um contato com as massas e defender os seus interesses, no âmbito do liberalismo excludente encarnado pela República iniciada em 1889. Diante das constantes revoltas sociais que permearam de

³⁵ BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo, Loyola, 1974. p.74 (col. Temas brasileiros, n. 3).

modo intenso a Primeira República (1889-1930), A Igreja católica marcou a sua distância desse povo despossuído e explorado, sendo a primeira a condenar prontamente o que chama de fanatismo religioso no caso das revoltas de Canudos, Contestado e Juazeiro, dentre outras situações, e a emprestar o seu apoio à repressão do Estado³⁶. O que a Igreja buscou, em primeira ordem, foi a sua aceitação pelos detentores do poder político e dos intelectuais ligados à elite. Nesse ponto, fica claro que as estratégias da Igreja em se articular junto aos grupos leigos para que estes atuem nas esferas públicas seguindo os interesses do clero católico, excluía de maneira drástica o povo e mesmo o seu catolicismo popular passa a ser combatido em nome de uma expressão religiosa mais romanizada, ou seja, com maior sintonia com os ditames do Vaticano. A opção pelo episcopado por buscar o apoio e mesmo a catequização das elites, marca o seu posicionamento em favor de uma determinada plutocracia. Segundo Beozzo,

“A nascente classe operária encontra no anarquismo, no socialismo e no maximalismo sua visão de mundo, nos jornais operários, liberais de esquerda, anticlericais e anarquistas, sua forma de expressão e, nos clubes, mutualidades, sindicatos e centros operários suas formas de organização. Não que não tenham existido associações operárias católicas, nos bairros operários. Elas estão, porém, ideologicamente na franja do movimento dominado por inteiro pelos anarquistas e mais tarde pelo PCB. Não é o catolicismo e sim o anarcossindicalismo que fornece os instrumentos de análise e de luta ideológica da classe operária.”³⁷

Ainda que figuras como a do Pe. Júlia Maria tenham se posicionado por uma aproximação da Igreja com o povo, em um formato mesmo de aliança, o contraponto de bispos e padres que procuraram ficar ao lado das elites aristocráticas e da burguesia industrial que aos poucos se tornava uma fração de classe importante no organismo social, ganha mais peso. Neste ponto da discussão, cabe analisar como a estrutura do pensamento elitista serviu como fórmula de ação para a Igreja Católica, não somente no Brasil, mas como de uma conjuntura que serviu ao episcopado a nível mundial, e de como estas estratégias tiveram como culminância a aproximação dos interesses políticos entre Estado e Igreja, com o sentido de manter uma ordem social que lhes fosse favorável

³⁶ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização**: In. FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996. p.342-343.

³⁷ BEOZZO, **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização...** p.343.

O Centro “Dom Vital” e a Revista “A Ordem”.

No início do século XX, o catolicismo brasileiro foi, de certa forma, “premiado” com as conversões de ilustres anticlericais da época do Império, como Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Nilo Peçanha e Rui Barbosa; e também de jovens promissores da era republicana, como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. De acordo com Dilermando Ramos Vieira³⁸, essas conversões foram um fenômeno muito vistoso e importante para o catolicismo e o ponto comum dessas conversões é sempre a presença de um lar católico na infância, de um casamento com uma esposa católica ardorosa e mesmo com relação aos desencantos sofridos com os rumos da República, sendo que essa “conversão” seria mais uma “reaproximação com as crenças da infância”. Outro ponto em comum foi a amizade com clérigos e leigos católicos, como no caso de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, que trocaram cartas entre si e investiram nas amizades com o Jesuíta Pe. Leonel Franca e mesmo com Dom Leme. Segundo Vieira³⁹, o ponto crucial para a conversão de Jackson de Figueiredo, teria sido os milhões de mortos da gripe espanhola de 1918, que contribuiu decisivamente para aprofundar as suas reflexões mais íntimas. Outro ponto que merece destaque é que Jackson de Figueiredo era um nacionalista convicto e ao tomar contato com a Carta de Dom Leme, de acordo com Eduardo Alves de Souza⁴⁰, concluiu que a “Igreja era capaz de manter o equilíbrio da ordem e o catolicismo oferecia respostas existenciais, constituindo ainda um corpo disciplinado e hierárquico”, algo que ele via como extremamente importante e necessário para manter a ordem social no Brasil.

As preocupações com o ordenamento social de Jackson de Figueiredo se deram num ambiente de extensas agitações operárias e organização dos trabalhadores em torno do ideário do socialismo, que se tornou mais frequente nas organizações operárias após a vitória da Revolução Russa de 1917. Tanto a brasilianista June E. Hahner quanto Boris Fausto⁴¹ concordam que a intensificação do movimento operário, durante os anos 1917-1920, foi responsável por fazer emergir uma diferente análise e tratamento da “questão social” pelas elites políticas e econômicas. A partir daquele momento, não foi mais

³⁸ VIEIRA, **História do Catolicismo no Brasil...** 2016. p.161-170.

³⁹ VIEIRA, **História do Catolicismo no Brasil...** p.169.

⁴⁰ SOUZA, Eduardo Alves de. **Dom Antônio dos Santos Cabral e o Catolicismo em Belo Horizonte, de 1922 a 1936.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. p.51.

⁴¹ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920).** 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.244.

possível ignorar o descontentamento das classes empobrecidas⁴², que assumiram formas mais visíveis e alarmantes, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. De acordo com June E. Harner:

“A intensa campanha sanitária dos anos 1910 tinha reduzido a ameaça de disseminação de doenças infecciosas vindas dos cortiços para as residências da elite. A agitação urbana, entretanto, continuava a ser preocupante, mesmo quando tomava novas formas, tais como manifestações das massas contra o serviço militar obrigatório ou contra a elevação dos preços das necessidades básicas. Embora o perigo do anarquismo preocupasse os políticos conservadores, certos membros da elite expressavam sua preocupação em integrar a classe baixa à estrutura social e política existente”⁴³

Nesse ambiente, Jackson de Figueiredo acusa a própria burguesia de ser a responsável por fazer emergir esses conflitos sociais:

“foi a burguesia, essa burguesia atea, avida de lucros e prazeres, quem como que forçou o operariado à atitude revolucionária de nova espécie, em que hoje em dia se mantém, ameaçando-a, a ela própria, de um completo aniquilamento”[...] se os governos burgueses usam de tolerância e de medidas suasórias, cresce na massa inculta a convicção da sua fraqueza, deles, e, não tarda que empregue os meios violentos, na ânsia de imediata realização dos seus ideais; se tais governos, pelo contrário, julgam-se fortes e reprimem as manifestações da ousadia proletária, passam a ser fábrica de mártires, por conseguinte, o melhor propagandista das mesmas ideias que combatem⁴⁴

Nesse sentido, o pensador católico afirmou, diante desse cenário, que a raízes da desordem eram resultado direto das “*fantasias do ateísmo social*” que o Brasil havia copiado “*dos povos que se diziam a frente da civilização*”. Nesse ponto, ele vincula a necessidade de uma “*Revolução Espiritual*” brasileira à fórmula única de reconduzir o país ao ordenamento social:

⁴² June E. Hahner aponta em sua obra, que o descontentamento das “classes baixas” derivou de um ressentimento dos pobres urbanos em relação ao governo que frequentemente os tratavam, primordialmente, como “fonte de desordens, doenças perigosas, força muscular e bucha de canhão”. Porém, a partir da década de 1910, os protestos feitos pelos pobres já não tinham mais a forma de revoltas espontâneas ou os levantes não-planejados, como na época do Império. Cada vez mais as resistências e manifestações organizadas tomavam o lugar dos distúrbios violentos. Os ressentimentos da classe baixa frequentemente explodiam em greves, em vez de tumultos, culminando nas greves gerais da época da Primeira Guerra Mundial. Para mais informações, ver em: HAHNER, June Edith. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p.283-323.

⁴³ HAHNER, **Pobreza e política**... p.283.

⁴⁴ FIGUEIREDO, Jackson. “**A Reação do bom senso contra o demagogismo e a anarquia militar** – artigos publicanos no “O Jornal”, do Rio de Janeiro, 1921-1922. Edição do Anuário do Brasil. Rio de Janeiro. p. 23-24.

Nunca o mundo precisou mais de religião, na ordem prática, e tão certo é isto que só os cegos não verão o grande movimento intelectual católico e espiritualista que o reanima ultimamente O Brasil, criação do heroísmo da Igreja, mais do que outro qualquer povo, deve adiantar-se aos demais neste renascimento espiritual. Não é tempo talvez de empreender a reforma cristã das nossas leis. Mas já é tempo de aceitar como máxima suprema para a nossa vida, aquela mesma que forneceu José de Maistre, no início da tragédia revolucionária. A Revolução deve nos ser tão odiosa que "não é mesmo a contrarrevolução o que se tem a fazer, mas o CONTRARIO DA REVOLUÇÃO (sic)."⁴⁵

Na sequência desses escritos, Jackson de Figueiredo retoma a carta de Dom Leme, afirmando que sendo “a maioria absoluta da Nação”, os católicos não poderiam dessa forma fugir do “cumprimento de um dever para com a nossa fé”, e unificar os preceitos cristãos ao desenvolvimento das leis e condutas políticas do governo temporal da sociedade. Apenas assim, de acordo com a sua visão, a sociedade brasileira iria encontrar forças para enfrentar os males e as “falsas doutrinas” responsáveis por fazer o país amargar desnorteado nos “erros modernos”. A sua defesa da nacionalidade brasileira tem para ele um único caminho: “a sua íntima ligação à unidade da civilização cristã”.

A criação da Revista *A Ordem* e do Centro *Dom Vital*, dessa maneira, foram realizados no sentido de servir como fórmula de ação direta para a conversão das elites intelectuais e o desenvolvimento de uma mudança significativa nas formulações mentais da classe média urbana, da elite econômica e das classes dirigentes, com o objetivo de colocar os preceitos da Igreja Católica como elemento central para o tratamento da “questão social” e, portanto, para o apaziguamento das massas empobrecidas. De acordo com Dilermando Ramos Vieira,

“Sua meta principal era aquela de reformular a influência católica na sociedade, num momento em que a crescente urbanização, que portava no seu bojo manifestações secularizadoras, propiciava igualmente realidades desafiadoras como a articulação daquele que se tornaria pouco depois o Partido Comunista Brasileiro. Em agosto de 1921, Jackson, Hamilton Nogueira, Perilo Gomes e Durval de Moraes lançaram o primeiro número de “A ordem”, revista nacionalista, mas alinhada com os postulados da Santa Sé.”⁴⁶

Por suas posições fortemente contrárias ao liberalismo encarnado por parte das elites de um lado, e contrárias à organização da classe trabalhadora e de setores da classe média

⁴⁵ FIGUEIREDO, *A Reação do bom senso...* p.28-29.

⁴⁶ VIEIRA, *História do catolicismo no Brasil...* p.170.

em torno do socialismo, Jackson de Figueiredo e os seus companheiros do Centro *Dom Vital* e da Revista *A Ordem* formalizaram o que ficou conhecido como “direita católica” e contribuíram, juntamente com outros grupos sociais, com fortes críticas ao modelo político que entrou em crise no fim da Primeira República.

Dom Cabral e o Catolicismo Militante em Belo Horizonte

Belo Horizonte, construída para ser um cidade-símbolo da modernidade republicana, apresentou em seus prédios oficiais recém-erguidos, junto com o racionalismo dos seus traçados urbanos, um notável rompimento com a arquitetura sacra de Ouro Preto, antiga capital Mineira. Inspirados por um modelo de cidade laica, os membros da Comissão Construtora buscaram corresponder de perto aos anseios republicanos de Minas Gerais. Assim, diferente da imperial Ouro Preto, os símbolos católicos não estavam presentes, de início, na Praça da Liberdade, lugar escolhidos para se tornar o centro do poder político mineiro. Mesmo a cidade, em toda a sua extensão, contava com uma presença muito diminuta de igrejas, se comparado novamente com a arquitetura ouro-pretana, com catedrais se esbarrando a cada esquina. Porém, contrário ao laicismo com o qual os projetistas queriam construir Belo Horizonte, a religiosidade esteve presente desde o início, entrando em choques com os governantes nos primeiros anos da Nova Capital. De acordo com Sérgio Ricardo da Mata, o primeiro ponto de conflito ocorreu quando a Comissão Construtora resolveu demolir o antigo templo da Igreja da Boa Viagem e erigir um novo em outro local fora dos traçados da avenida do Contorno. O Bispo D. Silvério, de Mariana, não permitiu a demolição da catedral e muito menos que ela fosse construída fora do “centro” da Nova Capital. Segundo o historiador:

“Retirar a Matriz da Boa Viagem do seu local de origem significaria afastá-la igualmente do ponto de referência essencial em que se transformara ao longo da história da vida cotidiana do antigo Curral Del Rey.”⁴⁷

Dom Silvério venceu o embate, concordando com a destruição da antiga Igreja e na construção de uma nova catedral, mas impôs a condição que a mesma não fosse erguida e permanecesse exatamente no seu lugar, na área urbana da Cidade. Com base nos

⁴⁷ MATA, Sérgio Ricardo da; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **A fortaleza do catolicismo: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p.73.

relatórios do prefeito Bernardo Pinto Monteiro, o governo havia assumido o compromisso de construir “uma grande matriz, antes da demolição da antiga”. De acordo com o documento:

“Este contrato se fez em virtude de compromisso anterior assumido pelo governo de construir uma grande Matriz, antes da demolição da antiga, para o que concorreu o Estado com 220 apólices de conto de reis e 5% de juros, em cumprimento do art. 16 da lei n. 301, de 4 de setembro de 1900. [...] Fica a Matriz situada no quarteirão 29 da 3. Seção urbana, em terreno doado pela prefeitura e escolhido por mim e pelo exmo.sr Bispo, de acordo com aqueles sacerdotes. A capacidade do templo é para 3.000 pessoas. O seu estilo é o manuelino moderno.”⁴⁸

Além da Paróquia da Boa Viagem, a cidade passou a contar com mais duas, ambas de São José, localizadas no centro e no Calafate. Posteriormente, outros terrenos foram doados pela prefeitura para a construção das Igrejas de Lourdes, Santa Efigênia, e Igreja do Sagrado Coração⁴⁹ e, do mesmo modo, para a construção da igreja Metodista⁵⁰. As contribuições dadas pela prefeitura a construção das igrejas Católicas podem ser compreendidas, de acordo com Eduardo Alves de Souza, devido à presença das pessoas que se mudaram para Belo Horizonte, na sua maioria católicas e “que não mudaram de religião por causa do regime republicano”⁵¹. O auxílio dado ao erguimento de uma catedral Metodista, e mesmo a presença dos missionários que buscavam se instalar nessa região desde 1890, de acordo com Jonas Mendes Barreto, levantou desde o primeiro momento os ataques e protestos dos “fanáticos romanos”, de acordo com o autor. A doação pela prefeitura de um quarteirão na região central da cidade para a construção de uma igreja protestante, demonstra a preocupação das autoridades republicanas da capital em implementar o princípio da tolerância religiosa, constitucionalmente estabelecida a nível nacional pela carta de 1891. A Igreja Metodista, por sua vez, acabou superando as fortes oposições dos católicos e passou a crescer paulatinamente, estruturando-se de vez no solo capital mineira⁵².

⁴⁸ Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo Prefeito Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902. p.46. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>. Acesso: 28 mar. 2017.

⁴⁹ Bernardo Pinto Monteiro, 1899-1902. p.46-47.

⁵⁰ Bernardo Pinto Monteiro, 1899-1902. p.53.

⁵¹ SOUZA, Marco Antônio de. **Caridade e Educação: assistencialismo e moralização dos pobres**, 1930-1990. São Paulo: Annablume, 2012. p.59.

⁵² Para mais informações, ver em: BARRETO, Jonas Mendes. **O metodismo em Belo Horizonte: inserção e desenvolvimento**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 14 – nº 26 – junho / 2005. p.125. Disponível em: <<https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/646>>. Acesso: 19 ago. 2017.

Seja pela forte atuação da onda secularizante sobre o projeto de construção de Belo Horizonte, como pela rápida vinda de igrejas e colégios protestantes para a Nova Capital, além de outras denominações religiosas, as autoridades eclesiásticas passaram a considerar que a Igreja Católica estaria perdendo o seu espaço na capital mineira. Desde os primeiros anos, clérigos e os movimentos de leigos começaram a se organizar na cidade, afim de “defender o catolicismo” em Belo Horizonte. Segundo Sérgio da Mata, outro fator que causou surpresa nos católicos, ocorrido em 1906, foi quando o Presidente do Estado, João Pinheiro, grande adepto do positivismo, baixou o decreto nº 1947, que proibiu o ensino religioso nas escolas públicas do estado. Como resposta, houve uma rápida mobilização dos católicos que se articularam através da imprensa e da coleta de assinaturas contra a decisão do governo do Estado.⁵³ O fim do ensino religioso nas escolas mineiras se tornou um ponto de discórdia com a Igreja durante 22 anos, terminando apenas em 1928, através do governo do Católico Antônio Carlos.

Além das disputas contra os protestantes e o laicismo das autoridades políticas, outro fator que estimulou as ações dos católicos foi a organização dos operários em Belo Horizonte. Com as constantes obras realizadas na cidade e com o desenvolvimento da indústria, trabalhadores nacionais e imigrantes se dirigiram em um número elevado para Belo Horizonte, em busca de postos de trabalho. Nesse contexto, segundo Eduardo Alves de Souza, já haviam sido criadas algumas associações trabalhistas com o intuito de defender os interesses dos trabalhadores, como a *Liga Operária*, criada em 1900, que divulgava as suas ideias através do jornal *O Operário*.⁵⁴ Com o receio que os operários aderissem às ideias socialistas, os movimentos leigos católicos passaram também a atuar nesse setor. Nesse contexto, surgiram várias organizações voltadas para os operários, jovens, pobres, dentre outros, com o objetivo de moralizar os trabalhadores a partir dos princípios católicos da Encíclica *Rerum Novarum*. Além de servir como freio aos movimentos de caráter socialista ou anarquista, essas organizações também foram responsáveis por organizar congressos, coletar assinaturas, propor a criação de ligas da moralidade, opor-se a laicização e de a expansão do protestantismo e do kardecismo na capital. Dois líderes se destacam nesse íterim: Joaquim Furtado de Menezes, confrade

⁵³ De acordo com Eliana Dutra, esta coleta de assinaturas constituiu uma petição enviada a legislatura em 1913, alcançando um número de 202.192 adesões, muitas vindas de eleitores registrados, como aponta a citação do estudo realizado em Wirth, John D. **Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937**. Stanford University Press, 1977, p. 145-191. Para mais informações, ver em: DUTRA, Eliana. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operarias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

⁵⁴ SOUZA, **Caridade e educação...** p.59.

vicentino e Mário de Lima, jornalista, ambos católicos fervorosos que organizaram frentes para a defesa dos ideais da Igreja e mesmo pela implementação de um pensamento católico nas esferas política e cultural.

Até 1921, Belo Horizonte ainda pertencia aos limites da diocese de Mariana. Porém, desde 1911, foram realizados congressos católicos na cidade, com o claro objetivo de marcar espaço na Nova Capital. Logo surgiu a ideia de fortalecer ainda mais a Igreja, algo que se tornou efetivo com a criação da diocese. O movimento foi dirigido por Dom Silvério, bispo de Mariana, sendo a diocese finalmente criada pelo papa Bento XV, através da *Bula Pastoralis Sollicitudo*. De acordo com Eduardo Alves de Souza, “a formação da Diocese de Belo Horizonte marcou o início de uma nova militância em Minas Gerais”⁵⁵, sobretudo com a vinda de Dom Antônio dos Santos Cabral, em 1922, que lançou mão efetivamente do catolicismo militante para a construção do prédio da administração diocesana e do Seminário, entre outras obras. Desde o início do seu bispado em Belo Horizonte, Dom Cabral incentivou a organização dos católicos leigos para travarem um verdadeiro combate aos “inimigos da fé católica”. As armas desses combates foram várias e todas foram desenvolvidas pela ação do bispo belorizontino. Em 1923, por exemplo, ele criou o jornal *O Horizonte*, cuja primeira edição apresentou um verdadeiro manifesto em defesa da religião na sociedade:

“Todo pensamento antirreligioso é um pensamento antipolítico, todo ataque à religião é um ataque à sociedade: quem disse essa grande verdade, foi um homem absolutamente insuspeito em matéria de crenças, e um grande ilustre em assuntos sociais e políticos; foi Thiers. Fazendo nosso esse conceito do notável político e publicista, diremos que ninguém pode cuidar seria e eficazmente do progresso social, se coloca fora das suas cogitações, ou pelo menos se refugia para um plano inferior, as questões de caráter religioso.”⁵⁶

Através das páginas de *O Horizonte*, sob a administração de Dom Cabral, o jornal realizou uma intensa defesa da doutrina católica a partir de constantes ataques a tudo que considerasse anticatólico. Através da análise dessa publicação foi possível identificar três frentes de combate. A primeira consistia na formação dos leigos através da publicação de textos de cunho teológico, contribuindo para a formação de um pensamento católico e em defesa da moralidade. Por exemplo, houve a censura de estátuas “*evidente e indiscutivelmente imorais*”⁵⁷ instaladas na antiga Praça da

⁵⁵ SOUZA, *Caridade e educação*... p. 60.

⁵⁶ “O nosso objetivo”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 08. Abr.1923. p.1.

⁵⁷ “Muito bem! Pelo pudor público”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 01. Set.1923. p.2.

República⁵⁸ e de atividades consideradas corruptas como o carnaval, o “sensualismo” e a dança, criticada no artigo “*Razões porque o cristão não deve dançar*”:

“1.º) porquê, pelo contato familiar com o outro sexo nos bailes se despertam e alimentam as más paixões; 2.º) porquê até os melhores bailes trazem consigo ao menos inveja, burlas ou amores culpáveis; 3.º) porquê a inflamação do sangue, os atrativos dos sentidos, ocasião da noite e a inconveniência dos trajes, são a causa de muitos pecados contra a pureza; [...]”⁵⁹

A segunda frente de combate realizada pelo periódico incidiu através da disputa pelo espaço do catolicismo na cidade, contra as religiões protestantes e o kardecismo. O protestantismo era acusado de sectarismo e os seus colégios eram combatidos pelo *O Horizonte* que, usando um tom de alerta, condenava a inscrição de alunos católicos nessas escolas:

“Agora que estamos no início de mais um ano escolar, é oportuno lembrarmos aqui mais uma vez a alguns pais católicos o grande e grave perigo a que expõem a religião de seus filhos, confiando-os a colégios protestantes [...] Ora, a Igreja, depositária da verdade revelada e defensora imperturbável da fé, aos católicos, avisa materialmente, mas com firmeza apostólica, do grave perigo que correm as crianças confiadas a preceptores hereges [...]”⁶⁰

Quanto ao espiritismo, nomeado diversas vezes como “fábrica de malucos” ou como “charlatanismo”, chegou mesmo a ser considerado como uma atividade criminosa. Em um artigo no qual a cidade de São Paulo é criticada pelo aumento vertiginoso do espiritismo, mesmo existindo na capital paulista uma Delegacia de Costumes, o jornal insiste que os adeptos do kardecismo sejam reprimidos pelas autoridades policiais:

“Todos os dias a Polícia Central dali oferece espetáculos que bem justificariam uma campanha enérgica por parte da autoridade competente contra essa classe de criminosos que, além do mais, fornece aos hospícios um contingente considerável de dementes”⁶¹

Por fim, pela linha política, o periódico exerceu a terceira frente de combate com periódicos ataques ao socialismo, principalmente à Rússia Soviética, cujos artigos traziam informações as vezes absurdas, como por exemplo:

⁵⁸ Atual Praça Afonso Arinos.

⁵⁹ “Razões porque o cristão não deve dançar”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 01. Jul. 1925. p.2

⁶⁰ “Colégios protestantes”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 18. Fev. 1928. p.1.

⁶¹ “O Espiritismo – fábrica de malucos”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 01. Fev. 1928. p.2.

“O governo dos *Soviets* anunciou que todos os criminosos de direito comum, que consigam escapar à justiça dos "países burgueses" encontrarão asilo seguro na Rússia. Em Moscou já se acham 354 criminosos procedentes da Europa ocidental ou da América. Entre eles, existem assassinos, autores de roubo à mão armada e simples ladrões”⁶²

Ao mesmo tempo que havia o combate ferrenho do *bolchevismo* russo, havia constantemente o enaltecimento do movimento fascista na Itália, tomada diversas vezes como um bom exemplo para o Brasil, como por exemplo no artigo “*Se no Brasil fosse assim*”, de 27 de agosto de 1924, no qual o artigo elogia a Mocidade católica italiana por questionar os teatrólogos sobre os “elementos imorais que figuravam nas peças”. A atenção dada aos acontecimentos na Itália de Mussolini era frequente e revela uma clara predileção do jornal por aquele movimento político, naquele contexto específico dos anos 1920 e 1930.

Além da imprensa católica, outra ferramenta coordenada por Dom Cabral foram os Congressos Catequísticos, que tinham o objetivo de defender a catequese, considerando que ela era um verdadeiro escudo contra os maus costumes e as más crenças que estavam sendo disseminadas em Belo Horizonte. Durante a realização dos congressos, também o laicismo republicano era atacado e se exigia a “recristianização” do governo brasileiro, sobretudo através da volta do ensino religioso nas escolas públicas. Cabe mencionar que a campanha pela liberdade para ensino religioso foi empreendida pelo movimento militante dos leigos das várias associações católicas que existiam em Belo Horizonte, mesmo antes da chegada de Dom Cabral, como por exemplo a União de Moços Católicos, União Popular e o Círculo Operário⁶³. As mobilizações feitas também pelas paróquias que no conjunto com as demais associações católicas emitiram uma série de representações sobre a permissão do Ensino Religioso à presidência do Estado e para a Assembleia Legislativa, bem como para os Secretários que assumiram a pasta da educação durante a Primeira República. De acordo com o Frei Alano Porto de Menezes O.P., em uma biografia escrita sobre o seu pai, o ilustre vicentino Furtado de Menezes, o número de assinaturas registradas em representações que pediam o retorno do ensino religioso nas escolas mineiras chegou a 300 mil, um número significativo de acordo com o quociente populacional do período⁶⁴. Porém, a

⁶² “Rússia”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 10.Nov.1923. p.3

⁶³ DUTRA, **Caminhos operários nas Minas Gerais...** p.65.

⁶⁴ MENEZES O. P., Frei Alano Porto de. **Furtado de Menezes Servidor do Pobre**. Uberaba, MG: Editora Vitória, 1994. p.68.

mais significativa modalidade em que eram manifestadas as pressões para que o governo liberasse o ensino religioso foram as várias organizações de Congressos Católicos, liderados pelo laicato mineiro, nos quais os clamores em torno da legalização da instrução religiosa se estenderam entre os anos de 1910 a 1928. Durante os anos 1920, esta meta esteve finalmente mais próxima de ser alcançada. Entretanto, é no Congresso Catequístico realizado em 1928, em Belo Horizonte, que foi obtida a vitória mais significativa. Em algumas das suas sessões estiveram presentes o Presidente do Estado, Antônio Carlos, e vários dos seus secretários. No dia 6 de setembro, estando presente Mário de Lima, então Secretário da Presidência do Estado, foi lida uma mensagem que enfim trazia a tão esperada notícia:

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Catequístico. Comunico a V.Exa. que o Presidente do Estado, atendendo a reiterados apelos que lhe tem sido dirigidos a parte de várias associações católicas e do próprio Congresso Catequístico ora reunido nesta Capital e considerando que vai ao encontro dos sentimentos e aspirações do povo mineiro, resolveu permitir que uma vez por semana e dentro do horário, se ministre aos alunos dos estabelecimentos de instrução primária, o ensino do catecismo.[...]”⁶⁵

Tal comunicado foi tomado com grandes festejos pelos delegados do congresso e foi oficialmente ratificada pela promulgação da Lei 1092 de 1929.⁶⁶

Como vimos, as ações empreendidas por Dom Cabral na Diocese de Belo Horizonte caminharam no sentido de mobilizar os católicos na cidade e partir dessa fórmula, a Igreja Católica fez valer o peso da sua influência na sociedade belorizontina, bem como nas decisões dos políticos mineiros, abrindo um espaço significativo para as relações entre Igreja e Estado em Minas Gerais.⁶⁷

A Igreja Católica na Era Vargas: a Republica Cristã

No final da década de 1920, os centros urbanos se tornaram um espaço político importante com o crescimento da burguesia industrial e com o aumento populacional. Consequentemente, as grandes cidades brasileiras passaram a ancorar uma parte

⁶⁵ LIMA, Mário de. **O Bom Combate**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1929.p.272.

⁶⁶ O texto completo da Lei 1092/1929 pode ser visualizado em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1092&comp=&ano=1929>. Acesso: 01.Abr.2017.

⁶⁷ Mais informações sobre o catolicismo militante de Dom Cabral, as organizações leigas como a dos vicentinos e o importante Congresso Eucarístico de 1936, serão trabalhadas no terceiro capítulo dessa dissertação, junto com o desenvolvimento do projeto de construção da Cidade Ozanam, em 1938.

importante dos debates políticos, tornando-se espaços frequentes para comícios eleitorais e para a movimentação de diversos grupos ideológicos. No entanto, o discurso nacionalista e a necessidade de repensar os rumos republicanos no Brasil foram progressivamente se tornando uma pauta comum entre esses diversos grupos. Somando-se a isso, o clima tenso das eleições de 1929, junto com os impactos provocados pelo *Crash* da bolsa de Nova York, também foram responsáveis por esse aglutinamento de forças políticas e emaranhado de reivindicações em torno da construção de uma nova fase da República brasileira. No caso da Igreja Católica, a elite eclesiástica ainda agia de modo a aproximar-se dos governantes, como fórmula de angariar posições mais privilegiadas. No entanto, o discurso católico tomou parte nos debates quanto a reformulação da República, defendendo a “recristianização” do governo como única saída para vencer a crise política e moral assinaladas no contexto.

Durante as disputas eleitorais, os prelados evitavam constantemente demonstrar apoio a um grupo político, em detrimento dos outros. Mesmo com essa posição de neutralidade, a Igreja Católica fazia valer o seu peso político, chegando mesmo a se tornar um ponto comum dentre os discursos dos candidatos durante as eleições. Dessa maneira, independentemente dos resultados eleitorais, os católicos buscavam manter-se em evidência dentro do cenário político, cultural e espiritual. No entanto, os acontecimentos políticos ocorridos após a divulgação do resultado das eleições de 1930, contribuiu para que alguns setores do episcopado rompessem com essa posição neutra. Por exemplo, o assassinato de João Pessoa em Recife, ocorrido no dia 26 de julho, foi noticiado pelo *O Horizonte* como um motivo de alarme para o país:

“Não pode constituir novidade para ninguém a triste notícia que alarmou o Brasil na passada noite de sábado, quando se deu, em Recife, a morte do Presidente João Pessoa. Nós, que, em toda esta campanha nos mantivemos sempre silenciosos, quebramos agora o silencio. Não podemos deixar de condenar severamente um atentado em que não só se desrespeita a lei sagrada de Deus, mas ainda se rouba ao Brasil uma vida que só não julgaram preciosa aqueles a quem a paixão cegava por completo [...] Estaria ainda vivo o grande João Pessoa se não houvessem oferecido aos cangaceiros todas as garantias e facilidades que ao chefe do Estado se negaram; se não tivessem favorecido e premiado o crime, incentivando-o com a impunidade escandalosa que ficaram aqueles que o cometia. [...] Nós somos um povo paupérrimo de valores morais, um povo de homens públicos flexíveis e subservientes, e o Presidente da Paraíba, com o caráter, a coragem, a intrepidez que o distinguiram era uma das preciosidades mais raras[...] Mas a sua morte magoou o

coração do Brasil e o povo que tanto sentiu a perda desta vida há de saber aproveitar as lições que nos deixou.”⁶⁸

De acordo com o jornal belorizontino, os católicos haviam permanecido “em silêncio” durante o enclave eleitoral vivido pelo Brasil naquele ano. Porém, naquele contexto o episcopado ainda não possuía uma feição única, a nível nacional, conforme José Oscar Beozzo⁶⁹. A atuação dos bispos era heterogênea, obedecendo às características sócio-políticas delimitadas pelas regionalidades brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, Dom Duarte havia se afastado dos debates políticos, enquanto que em Minas, inversamente, houve uma estreita aproximação entre Dom Cabral e o clero mineiro com os políticos do Estado. No Rio de Janeiro, por sua vez, Dom Leme, colocando-se como um pacifista, procurou conter os ânimos. Já no Rio Grande do Sul, Dom Becker se aliou à oligarquia gaúcha e, mais tarde, ao movimento de outubro, chegando a recolher donativos para encaminhar padres para acompanhar as tropas da Revolução, afim de lhes prestar assistência espiritual. Dom Becker declarava em suas homilias o desejo de ver surgir do meio do povo gaúcho um “novo Moisés libertador e regenerador da República”⁷⁰.

Em Belo Horizonte, o jornal *O Horizonte* noticiou o movimento de 1930 como um processo de “refundação da República”:

“Já ninguém ignora que no dia do corrente mês irrompeu um movimento revolucionário em todo o país, movimento esse que segundo proclamaram aqueles que o prepararam e dirigem, objetiva republicanizar a República, implantando nela a verdadeira democracia, onde se respeitam as leis e não se tolhe a liberdade dos cidadãos.”⁷¹

O clima da Revolução tomou conta das ruas e do noticiário. A capital mineira, por exemplo, vivenciou um intenso confronto entre às tropas revolucionárias e os legalistas instalados no 12º Batalhão de Infantaria, que sob o comando do Capitão Josué Justiniano Freire, haviam se recusado a aderir ao movimento⁷². Segundo o relato do *O Horizonte*,

⁶⁸ “Presidente João Pessoa”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 30. Jul. 1930. p.1.

⁶⁹ BEOZZO, *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização...* p.351.

⁷⁰ Segundo José Oscar Beozzo, Dom Becker, visitando Getúlio Vargas, ofereceu 52 padres como voluntários para seguirem as tropas como capelães militares. Não se contendo apenas com a prestação de socorros religiosos, o bispo ainda escreveu ao episcopado nacional e estrangeiro afirmando que a Revolução que irrompia no Rio Grande do Sul não era “comunista”, como afirmavam os defensores do governo vigente, afirmando que o movimento tem caráter exclusivamente político e que os “sentimentos religiosos animavam os soldados”. Para mais informações, ver em: BEOZZO, 1996. p.351-362.

⁷¹ “A ação do clero na Revolução”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 25. out. 1930. p.1.

⁷² Existe um relato do episódio feito pelo capitão Josué Justiniano Freire, intitulado “A odysseia do 12º Regimento”, escrita em 1933 e reeditada pela Associação de Reservistas do Brasil – AREB.

os católicos de Belo Horizonte, sobretudo os vicentinos, se dispuseram, “*desde as primeiras horas do tiroteio*”, a prestar assistência material e espiritual aos soldados em luta, bem como às famílias dos bairros atingidos, chegando a abrigar no seminário mais de cem moradores, e encaminhando os feridos para tratamento no Hospital Militar. A leitura que o jornal católico fez do episódio é digno de nota: o jornalista afirmava que as raízes da crise política e dos confrontos militares estaria na ausência de sentimento cristão na fundação da República:

“Na hora em que escrevemos, continua lá fora à luta entre irmãos. O canhão e a metralhadora ensopam com sangue de brasileiros o solo da pátria. É um tristíssimo espetáculo, que fere bem no fundo o coração dos católicos, porque essas lutas são consequências dos governos agnósticos que, desprezando a lei divina e, por isso mesmo, violando as leis humanas, tem tido em nenhuma conta a grandeza e a felicidade do Brasil. Se todos fossemos cristãos, não somente de nome, mas em todos os atos de nossa vida, outra seria a República: não haveria necessidade de revoluções armadas, que trazem o luto e a miséria, porque em cada fiel católico poderia se ter um cidadão cumpridor dos seus deveres. Reintegre-se o Brasil ao Reinado de Cristo e tereis homens criteriosos para bem governarem e súbditos honestos para bem obedecerem.”⁷³

Mesmo sem apoiar diretamente a Revolução de 1930, o jornal afirma a necessidade de cristianizar a República como forma de solucionar os problemas nacionais e o movimento de outubro passou a ser descrito com esses contornos. O *Horizonte*, dias após a vitória da Revolução que depôs Washington Luís, afirmou que o governo, apesar de legítimo, não merecia o respeito nacional por haver promovido tantas desordens e utilizado de cangaceiros contra as autoridades constituídas.⁷⁴ Além de se afirmar que a doutrina católica é sempre fiel à ordem e contra as rebeliões, revela que é um direito revoltar-se contra o governo se ele não se guiar pelas doutrinas da fé e, portanto, causar a desestabilização social:

“Restaria saber se o governo deposto pela Revolução triunfante estaria no caso. Com isto não me vou meter. Acredito, porém, que não mais merecia o respeito nacional o chefe de governo que ataçava revolta de cangaceiros contra a autoridade constituída. E se lastimei os estragos que a revolução pode causar no Brasil, não me posso deixar de regozijar nas esperanças que me vêm de um governo ditatorial. A democracia anda falida, por toda parte. E nós precisamos é de autoridade. Só

⁷³ A ação do clero na Revolução”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 25. out. 1930. p.1.

⁷⁴ Em uma edição anterior, o *Horizonte* havia afirmado que a morte de João Pessoa havia sido realizada por cangaceiros. Ver em: “Presidente João Pessoa”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 30. Jul. 1930. p.1.

com mãos fortes se corrigem desordens. Desordens de toda sorte: materiais, administrativas, morais, espirituais[...]⁷⁵

Com o governo revolucionário vitorioso e instalado, o Pe. Álvaro Negromonte realiza uma releitura do passado brasileiro, novamente afirmando a ligação estreita entre nacionalidade e catolicismo. Pontua ainda que o fracasso da primeira experiência republicana vinha do desligamento dos republicanos “ateus” a esta verdade:

“A afirmação da nacionalidade no Brasil é uma afirmação católica. Querer-se o Brasil sem o catolicismo é querer-se um Brasil que não é brasileiro. Contravenção da Pátria, que nasceu das bênçãos de Deus nas mãos de Fr. Henrique. O português aventureiro e cristão andava “dilatando a fé e o Império” e trazia na asa branca da caravela a Cruz de Cristo. [...] foi o catolicismo que abriu as nossas primeiras escolas, ensinou as artes, lavrou os campos, levantou as aldeias, escreveu nossos primeiros livros...[...] Veio a República. República jacobina, anti-católica, ateia. O materialismo trinfou. O sensualismo também. Proclamaram os direitos do homem, mas se esqueceram dos deveres do homem. Os laços, quatro vezes seculares, que prendiam o Brasil e o Catolicismo, os republicanos quebraram com um simples risco de pena. E a Constituição que deveria ser a miniatura da nação, como disse Rui, foi-lhe apenas a deformação. Divorciada, por completo do povo. Povo católico, inteiramente católico, visceralmente católico [...]”⁷⁶

Por mais que a Igreja não tivesse uma liderança direta no processo da Revolução de 1930, é perceptível, no entanto, que os líderes do movimento de outubro procuraram o apoio dos prelados, sobretudo o apoio de Dom Leme, que dias antes havia sido elevado a Cardeal pelo Papa Pio XI. De acordo com Beozzo, desde a sua viagem de retorno ao Brasil, depois de receber sua investidura cardinalícia na Europa, em meados de outubro, o recém cardeal Dom Leme havia sido procurado um jovem oficial e sido informado sobre o golpe em curso. Na informação, os generais buscavam obter as bênçãos de Dom Leme. Porém, ele havia sido taxativo nesse ponto, dizendo que “trabalharia pela paz, e não iria se ligar a um movimento revolucionário”⁷⁷. Ao chegar em Pernambuco, o Cardeal recebeu uma carta do novo governo instalado pela Revolução naquele Estado, sendo informado da natureza regeneradora do movimento, pelo então governador Carlos de Lima Cavalcanti, que lhe pediu ainda que intervisse junto ao Presidente Washington Luis, para render-se:

⁷⁵ “Ideias da Revolução”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 12.Nov.1930. p. 1.

⁷⁶ NEGROMONTE, Pe. Álvaro. “Catolicismo e Brasilidade”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 26.Nov.1930. p. 1.

⁷⁷ BEOZZO, A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização...p.357.

“O novo governo de Pernambuco, aproveitando o momento em que vossa Eminência volve ao Brasil passando pelas águas deste Estado, que guarda de vossa eminência tão grata recordação, cumprimenta o alto prelado, fazendo votos para todas as felicidades pessoais e do governo da Igreja brasileira. Chega vossa eminência às águas brasileiras justamente dias após a primeira e definitiva arrancada vitoriosa da Revolução renovadora dos costumes políticos nacionais e da nossa moralidade administrativa. [...] estão em poder dos patriotas brasileiros todos os Estados do Norte, desde Maranhão até Alagoas, governados normalmente por civis e militares, estes sob o controle do General Juarez Távora, inexcedível em bravura e amor às instituições republicanas. Por toda parte em que a Revolução triunfa, o povo que a fez ao lado dos militares em comovedora confraternização, exulta de alegria, cercando os governantes de máximo acatamento e prestígio. [...] Washington Luís reduzido a parte de S. Paulo, Rio, está fazendo uma campanha derrotista na qual com inverdades clamorosas tenta embair a natureza e extensão do movimento, enquanto as colunas das forças revolucionárias muitas vezes superiores às consideradas fiéis ao sr. Washington apertam o Rio na certeza de conquistar à última etapa revolucionária. [...]

As pessoas e os bens decaídos, são cercados de inteiras garantias, como denotam os factos comprovados até pelos próprios adversários. O sr. Estácio Coimbra fugiu para o Rio, enquanto detivemos Mattos Peixoto, debandando-se outros governadores. O atual governador de Pernambuco empenha a sua palavra de honra quanto a verdade histórica da situação aqui feita e espera que vossa Eminência, cujo patriotismo tanto se ergue, acolha com alegria a redenção brasileira, como aliás tem feitos numerosos prelados entre os quais os arcebispos da Paraíba e Pernambuco, que testemunharam jubilosa solidariedade com a causa brasileira.”⁷⁸

Chegando na Capital, Dom Leme tratou logo de intervir no processo, incentivando Washington Luís a aceitar uma fórmula de conciliação. Porém, de início o Presidente não aceita os conselhos do Arcebispo e, apenas quando as tropas decidem bombardear o Palácio da Guanabara, Dom Leme faz um apelo aos Chefes Militares e consegue salvar a vida de Washington Luís e dos seus auxiliares. De acordo com Dilermando Ramos Viera, o “agora ex-presidente foi conduzido prisioneiro à fortaleza de Copacabana e o Cardeal Dom Leme, para protegê-lo da ira do povo, teve de acompanhá-lo até aquele local.”⁷⁹ Desse modo, a Primeira República que começa com a separação entre o Estado e a Igreja, termina com o seu último presidente sendo levado por um membro da hierarquia católica para ser aprisionado “na mesma fortaleza, de onde as 5 de julho de

⁷⁸ “A pacificação do Brasil.” *O Horizonte*. Belo Horizonte, 05.Nov.1930. p.1.

⁷⁹ AA.EE.SS., “Movimento Revolucionário” (1930), em: *Brasil*, fasc. 18. fl.29. disponível em: VIEIRA, 2016. p.204.

1922 saíram os primeiros jovens oficiais, os Tenentes, para combater a República Oligárquica.⁸⁰

A “Refundação” da República.

A profunda perda de legitimidade que levou ao fim da Primeira República, além das disputas políticas internas no Brasil, também foi afiançada pela crise econômica que sofreu o país naquele contexto, como resultado do colapso do liberalismo como modelo econômico, político e social, ocorrido no plano internacional. Tal fato foi responsável pela formulação de um outro paradigma político e ideológico sobre as fórmulas de condução política dos governos. Segundo Lúcia Lippi Oliveira⁸¹, desde os anos 1920, a intelectualidade brasileira, buscando inspiração nas discussões europeias, passaram a refletir sobre os “males brasileiros” e a propor alternativas diante do que consideravam ser a realidade nacional. Nesse sentido, no contexto internacional de crise do capitalismo, as massas intelectualizadas tenderam a assimilar um nacionalismo ancorado pela “teoria das elites”, desenvolvidas pelos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto que, de acordo com Mário Grynszpan,

“seu como argumento central, apresentado como descoberta científica, a ideia de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria”.⁸²

Com a Revolução de 1930, os projetos elitistas tiveram, de certa forma, a oportunidade de serem convertidos em ações governamentais, no sentido mesmo dar rumo ao desenvolvimento da nacionalidade brasileira, vista naquele instante como o elemento central à conformação do Estado. Com o fortalecimento do discurso nacionalista, as elites passaram a falar em nome do povo. Como fortes componentes desse grupo, os católicos leigos e os clérigos se percebiam com mais autoridade para falar em nome da população brasileira, usando com muita frequência, como vimos, o argumento da “maioria católica”. Para a elite eclesiástica, havia preferencialmente o discurso da “ordem” na qual ela se colocava como o mais importante sustentáculo da paz social. De

⁸⁰ BEOZZO, A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização... p.358.

⁸¹ OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: 1982. p.14-30.

⁸² GRYSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.11.

acordo com o Pe. Álvaro Negromonte, o ordenamento da sociedade brasileira estava sendo feito pela Igreja e pelos leigos em sua busca incessante por recolocar o Brasil em par com a sua história de país católico:

“A renascença católica da intelectualidade brasileira é um facto. Jackson de Figueiredo é uma figura de apóstolo. O nome de D. Vital, o Bispo-Mártir, é uma bandeira. O movimento da mocidade católica se faz com um calor e uma sinceridade que campanha alguma já teve entre nós. As convenções se repetem, se multiplicam. Retoma-se, como disse Bazin, “*lar route um instant perdue*”. Volta-se para os pés da Cruz de Cristo, onde o Brasil nasceu e se formou. Já quase todos compreendem que o Brasil sem o Catolicismo não seria um Brasil brasileiro. Porque só no Catolicismo, como disse o grande Nabuco, é que devemos “o nosso traço Perpétuo”. ”⁸³

Falar em nome do povo se tornou uma fórmula importante também para a busca de legitimidade da Revolução de 1930, após a sua vitória. Durante a posse do Governo Provisório, em 1930, Getúlio Vargas afirmou que o movimento revolucionário havia sido realizado como a “*expressão mais viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*”, que só a partir daquele instante passaria a ser “*senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*”⁸⁴, nomeando ainda o processo da Revolução de 1930 como um “*movimento regenerador*”. Nesse discurso, Vargas afirmou que o processo revolucionário ocorreu de forma independente do determinismo de “*determinadas classes*”, sendo, portanto, o resultado direto da vontade de todos os setores sociais, de alto a baixo, em ambos os sexos, entre todos os que comungavam a mesma vontade de reconstrução da Pátria:

“igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos [...] a revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado”⁸⁵

Percebemos assim que a figura do “povo” foi marcante nas construções discursivas, tanto pelo novo governo iniciado em 1930, como pelos debates ideológicos suscitados

⁸³ NEGROMONTE, Pe. Álvaro. “Catolicismo e Brasilidade”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 26.Nov.1930. p. 1.

⁸⁴ VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República. 3 de novembro de 1930. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em <<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1930/view>>> Acesso: 02.Abr. 2017.

⁸⁵ VARGAS, 1930. p.15.

pelos católicos e pelas elites intelectuais, grupos tão determinantes nas transformações políticas daquele contexto.

Passado o primeiro ano da instalação do Governo Provisório, a Igreja experimentou um momento de forte aproximação com os líderes políticos do novo Estado Brasileiro. No ano de 1931, o culto católico ganhou uma grande repercussão com dois grandes acontecimentos: a visita da imagem da Virgem Aparecida no Rio de Janeiro e a inauguração da estátua do Cristo Redentor. As duas ocorrências contaram com a participação efetiva dos agentes políticos. Durante a visita Nossa Senhora Aparecida à capital da República, por exemplo, diante de um altar na praça da Explanada do Castelo, estavam presentes Getúlio Vargas, todos os ministros de Estado, autoridades civis, militares e eclesiásticas. Segundo Beozzo, a escolha de Aparecida como padroeira pode ser explicado pela grande popularidade do seu culto e, possivelmente, pela sua localização: “Aparecida está no Vale do Paraíba paulista, num momento da história nacional em que a hegemonia econômica havia se transferido do Norte açucareiro e da mineração do ouro nas Gerais, para o sul cafeeiro”⁸⁶. O autor afirma ainda que a cor negra da virgem se constituiu num fator de aproximação dos pobres, também negros em sua maioria: “sendo uma Virgem dos mais pobres podia ser uma virgem de todos”. Para Maria Franklin de Queiroz Alves, a aproximação do Estado desse culto católico expressa a vontade de se aproximar do povo, em prol da unidade nacional. Paralelamente, diante da figura de Getúlio Vargas, a Igreja serve-se da representação de Nossa Senhora Aparecida para dar à Pátria uma Mãe, constituindo, assim, a representação de família e, assim, propagar sua concepção moral e coerciva na sociedade brasileira.”⁸⁷ Em outubro do mesmo ano repete-se a enorme concentração popular e a presença de autoridades religiosas e políticas para a inauguração da Estátua do Cristo Redentor. Segundo o jornal *O Horizonte*:

“[...] o grandioso monumento que ora domina do alto do Corcovado o Rio de Janeiro, sobre ser perene recordação da nossa indulgência nacional, é também e sobretudo, no seu incomparável simbolismo, a projeção do infinito sobre o Brasil. [...]”⁸⁸

⁸⁶ BEOZZO, A **Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização**. P. 363-364.

⁸⁷ ALVES, Maria Franklin de Queiroz. **Pintando uma imagem - Nossa Senhora Aparecida – 1931: Igreja e Estado na construção de um símbolo Nacional**. Tese de doutorado (História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 2005. p.104.

⁸⁸ “Cristo Redentor. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 10. Dez. 1931. p. 1.

Terminadas essas cerimônias, a partir do ano seguinte, os debates políticos nacionais se concentraram no tema da elaboração de uma nova constituição. O período ficou marcado pelo conflito de São Paulo contra o Governo Vargas pela promulgação de uma nova constituinte. O levante militar contou com o apoio de muitos clérigos, sobretudo na campanha “ouro para o bem do Brasil”⁸⁹, que tinha o objetivo de levantar fundos para financiar a compra de armas. Apesar da postura de neutralidade do Cardeal Dom Leme, havia um forte interesse da sua parte, bem como do episcopado de modo geral de que o governo iniciasse os trabalhos para uma nova carta magna. Com o fim do confronto e a convocação de Vargas para a formação de uma assembleia constituinte, a Igreja Católica passou a contar com a articulações dos leigos em torno de uma estratégia eleitoral. Assim, tem origem a Liga Eleitoral Católica (LEC), através da qual os católicos empreenderam uma luta pela aplicação dos seus valores na organização familiar da sociedade, pela incorporação do Ensino Religioso, pela decretação das leis trabalhistas inspiradas nos preceitos da Doutrina Social da Igreja e para que a nova constituição fosse promulgada em nome de Deus, além de outras reivindicações.⁹⁰ Neste novo cenário político alçado pela Revolução de 1930, a Igreja Católica se sentia mais fortalecida e via na nova constituição uma oportunidade de tornar matéria constitucional os seus preceitos. Segundo Riolando Azzi⁹¹, a 16 de fevereiro de 1934, a cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, por ordem do Cardeal Dom Leme, publicou uma lista com os postulados católicos para serem inseridos na nova constituição. Os principais pontos reivindicavam a promulgação da Constituição em nome de Deus; a indissolubilidade do matrimônio, o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso e a assistência às famílias numerosas; o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas; a decretação das leis trabalhistas inspiradas nas leis cristãs, dentre outros. Grande parte dessas reivindicações católicas tinham como objetivo construir uma posição de privilégio para a Igreja Católica e graças ao forte envolvimento dos leigos católicos e forte campanha feitas pelos jornais, bem como da grande influência que a Igreja mantinha sobre os políticos de várias esferas, todas os postulados da Igreja foram incorporados pela Constituição de 1934.

⁸⁹ VIEIRA, **História do catolicismo...** p.222.

⁹⁰ Havia uma grande questão entre os leigos católicos sobre a criação de um partido para disputar o pleito eleitoral. Porém, Dom Leme foi irremediavelmente contra. Segundo Beozzo, na visão do Cardeal, os termos “partido” e “católico” formavam uma completa antítese, porque significavam respectivamente “fração” e “universal”. Para mais informação, ver em: BEOZZO, 1996. 371-379.

⁹¹ AZZI, RIOLANDO. **O episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930**. Síntese – Revista de Filosofia. Faculdade Jesuíta – FAJE. V.5, nº12, 1978. p.75.

O Estado Novo e a “Sacralização da Política”.

A 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, em sua “Proclamação ao povo brasileiro”, explicou as razões que motivaram o rompimento institucional realizado naquela data, que deu origem ao Estado Novo. Em sua comunicação, Vargas apontou que o principal motivo que o fez “lançar mão de medidas excepcionais” estava na presença de forças desagregadoras que ameaçam provocar um rompimento maior: o projeto iniciado pela Revolução de 1930. Dentre essas forças estavam tanto os partidos que “não apresentavam nenhuma doutrina que exprimissem as aspirações coletivas” e que funcionam através do mais explícito “aliciamento eleitoral”, quanto pelas próprias forças legislativas que estavam profundamente mergulhadas em interesses particularistas. Vargas afirmava, desse modo, que o projeto de justiça social iniciado em seu governo estava altamente ameaçado pelos particularismos com os quais moviam-se os políticos e mesmo com a carta de 1934, que manteve com base o liberalismo e estava, portanto, atrasada e incabível naquele contexto de crise mundial. Para lutar pela “continuação do Brasil”, Vargas afirmou que “era do seu dever como chefe de Estado” manter em marcha a vontade geral da Nação:

“Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas e externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.”⁹²

Com esse anúncio, Vargas buscou legitimar às ações que levaram a instalação de um governo autoritário, colocando-se como defensor de um projeto posto em marcha pelo seu governo, cujo protagonista maior seria a Nação. Nesse ponto, as teses conservadoras e autoritárias amplamente frequentes na sociedade brasileira daquele contexto, serviram como recipiente para a legitimação para o Estado Novo. Mas o que frequentou de modo mais intenso o discurso autoritário foi, sem dúvida, o anticomunismo, para qual os católicos empreenderam uma forte militância. De acordo com Motta, a Igreja Católica provavelmente foi a instituição não estatal mais empenhada no combate ao comunismo

⁹² VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro (lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937). Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>> p. 32. Acesso: 03.Abr.2017.

durante o século XX⁹³. Para as lideranças católicas, os comunistas haviam se tornado o grande inimigo da Igreja naquela circunstância. Portanto, era imperioso lançar-se em mais este combate contra o “comunismo ateu”, então o inimigo mais recente, formando essa coluna católica contra os adversários de Deus. É neste contexto que surge o mais forte pronunciamento anticomunista do papado, a Encíclica *Divinis Redemptoris*, erigida pelo Papa Pio XI em 1937. Este documento veio como reflexo das tensões inauguradas com a ascensão do comunismo no continente europeu, principalmente na Espanha que vivia uma intensa disputa entre as forças totalitárias e os movimentos de trabalhadores, e outros setores, ligados ao partido comunista espanhol, com apoio da esquerda internacional (*komintern*). Assim como foi editado na *Rerum Novarum*, a encíclica também conclamou os católicos e as organizações estatais a se articularem com os trabalhadores, no sentido de anular a forte influência comunista neste grupo. Pio XI ainda defendeu os princípios ligados ao “socialismo cristão” em oposição aos dogmas da “economia liberal”, devido aos fortes efeitos da crise de 1929, e apresentava o corporativismo como a chave de solução para o confronto entre as classes e para a paz social. Entretanto, o aspecto mais importante parece ter sido a imperiosa necessidade de combater os inimigos “vermelhos”:

“Ao princípio, o comunismo mostrou-se tal qual era em toda a sua perversidade; mas bem depressa se capacitou de que desse modo afastava de si os povos; e por isso mudou de tática e procura atrair as multidões com vários enganos, ocultando os seus desígnios sob a máscara de ideais, em si bons e atraentes. Assim, vendo o desejo geral de paz, os chefes do comunismo fingem ser os mais zelosos fautores e propagandistas do movimento a favor da paz mundial; mas ao mesmo tempo excitam a uma luta de classes que faz correr rios de sangue, e, sentindo que não têm garantias internas de paz, recorrem a armamentos ilimitados.”⁹⁴

Mesmo tendo as suas conquistas constitucionais anuladas pelo golpe de estado e não renovadas pela Constituição outorgada de 1937, a Igreja emprestou o seu apoio à Getúlio Vargas, em nome da “preservação da ordem”. Segundo Beozzo, Dom Leme havia tomado conhecimento do novo texto constitucional antes mesmo do 10 de novembro de 1937, verificando a presença da legislação divorcista, contra a qual a Igreja havia

⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.p.18

⁹⁴ Carta Encíclica “Divinis Redemptoris” de sua santidade Papa Pio XI aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a Sé sobre o comunismo ateu. Disponível em língua portuguesa em <<http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html>> Acesso: 04.jun.2015.

brigado tanto. Vargas, no entanto, através da mãe de Oswaldo Aranha, diz ao bispo que ele não tinha nenhuma intenção de decretar o divórcio⁹⁵. Mais tarde, durante o Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, no banquete oferecido pelo Itamarati aos bispos reunidos, o Presidente Vargas insiste sobre a colaboração mútua entre Igreja e Estado:

“Apesar de separados os campos de atuação do poder político e poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei Civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina, portanto, – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história [...]”⁹⁶

De fato, a Igreja católica obteve uma importante e efetiva participação nos quadros políticos do Governo Vargas, bem como o desenvolvimento do seu projeto autoritário que, em certo sentido, configurou-se como um dos pilares do pensamento católico e mesmo na formulação da ditadura varguista. Segundo Cynthia Pereira de Sousa Vilhena⁹⁷, os interesses do Estado Novo e os da Igreja Católica sobre a manutenção de uma ordem e estabilidade social, se encontram e se apoiam em ações conjuntas. A Família passou a ser visualizada como a “célula mater” da sociedade; como a base do edifício social e, como tal, representa o instrumento com o qual se poderá formar o novo tipo de Homem que corresponda a uma nova ordem moral e social. Nesse embate, foram classificadas como perigosas e daninhas à sociedade as sequelas deixadas pelo liberalismo da Velha República. Para as duas instâncias, política e religiosa, havia toda horda de desvirtuamentos e “fermentos desagregadores, além dos vários riscos de desestabilização familiar à solta pela sociedade. A Aliança entre a Política Social do Estado Novo e a Doutrina Social da Igreja se tornava então os remédios e a cura para essas feridas sociais. A urgência reiterada por estes setores estava em garantir a

⁹⁵ BEOZZO, A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização... p.401.

⁹⁶ VARGAS, Getúlio. “Discurso em homenagem ao Episcopado Nacional, reunido no 1º Concílio Plenário”. In: Ação Católica, ano II, nº10, Out.1939, p. 289-290. Visualizado em: BEOZZO, 1996. p.401.

⁹⁷ VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. **A Família na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo**. *Psicologia-USP*, São Paulo, 3(1/2) p.45-57. 1992. Disponível em << <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34457/37195>>> Acesso: 09.Abr.2017.

sobrevivência, a paz e a harmonia da sociedade com um conjunto de famílias e mesmo da Igreja como instituição dentro o organismo social.

No que respeita ao propósito de manutenção da ordem, um dos pontos mais estratégicos, defendido conjuntamente pelos ideólogos estadonovistas e pelos clérigos, bem como pelos pensadores católicos, consiste na superação da pobreza. De acordo com Ângela de Castro Gomes, os discursos de legitimação do Estado Novo identificaram a necessidade de superação da pobreza como ponto fundamental para a construção nacional. Assim, o projeto central do Novo Estado Nacional vislumbrava a construção de uma justiça social ligada diretamente à superação da miséria pela valorização do trabalho e do trabalhador. As leis sociais foram tidas como o arranjo central para a construção da “Democracia Social”⁹⁸, na qual os trabalhadores têm o Estado como o seu principal tutor e participam dele por meio do fruto do seu trabalho. Desta maneira, estaria assegurada uma ordem social pacífica pela integração do capital e do trabalho como elementos chave da prosperidade da Nação. O “homem novo” brasileiro seria aquele civilizado pelo trabalho e pelas tradições cristãs, supostamente enraizadas na alma nacional.

Em *A Sacralização da Política*, Alcir Lenharo afirmou que a propaganda, órgão de grande importância para o esforço de legitimação do regime, manteve como pauta frequente a crença no progresso material e da ascensão social como o caminho central para a superação dos problemas nacionais, colocando assim como o fator mais premente do Estado Novo o seu programa social de política de trabalho. O uso constante de imagens, como dispositivos discursivos de propagandas, visava interesses políticos muito claros: a intenção era espalhar uma carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor. Nesse campo, havia um terreno preparado pelo uso e culto da imagem, símbolos, parábolas, dentre outros instrumentos utilizados pelo catolicismo. Outro elemento importante para os doutrinadores estadonovistas consistiu no uso frequente da imagem do corpo, alegoria utilizada de modo exaustivo na doxologia e imaginário do cristianismo. A nação era associada a uma totalidade orgânica, a imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição: suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado. O território nacional é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece. As classes

⁹⁸GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Redescobrimento do Brasil**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: 1982. p. 109-166.

sociais, por seu turno, mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos. O governante, por fim, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita a possibilidade de conflito entre a cabeça e o corpo, imagem da sociedade. Para Lenharo o Corporativismo foi um projeto de reordenamento da sociedade que buscou apoio inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano, cujo objetivo central residia na neutralização dos focos dos conflitos sociais, tornando as classes solidárias umas com as outras. Nesse ponto, havia toda uma pedagogia do corpo trabalhada de modo a colonizá-lo para o trabalho a partir de um endereçamento religioso. Cada cidadão era convidado a doar sua vida, verter seu sangue, para a salvação maior do corpo da pátria, se necessário. Temos assim, a construção de um nacionalismo sob o escopo cultural do catolicismo⁹⁹.

Eliana Dutra também oferece valiosas contribuições acerca do imaginário social sobre os trabalhadores, articulado a partir dos anos 1930¹⁰⁰. Para a historiadora, houve a construção de uma representação positiva do trabalho, baseada na criação de um perfil do operário como o mais valoroso contribuinte do progresso material de toda a nação. Assim, o formato corporativista, cuja feição institucional evocava a legislação social como uma contrapartida justa e necessária do Estado para com o trabalhador, também trazia em seu bojo os temas da ordem e da disciplina, como atributos indissociáveis da imagem do trabalhador que se deseja enquadrar. Os desviantes desse modelo, trariam em si projetados todos os males que a sociedade laboriosa e disciplinada deseja expurgar, como o desânimo, a preguiça, o desleixo, a sensualidade, o vício, dentre outros venenos sociais. Portanto, dentro do arcabouço ideológico do Estado Novo, a idealização da figura do trabalhador como um ser produtivo, ordeiro, higienizado, patriota, moralizado, implicava também em medidas de saneamento social e moral da sociedade. Vemos como consequência, dentre outras medidas, a iniciativa de repressão à mendicância e o amparo à infância desvalida, afim de integrar todos os indevidos no esforço produtivo, visando o fortalecimento da nação.

⁹⁹ Para um estudo mais completo sobre o uso dos instrumentos católicos nos discursos políticos do Estado Novo, ver: LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papyrus: Ed. da UNICAMP, 1986.

¹⁰⁰ Ver em: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, 1997.

Capítulo 2: A questão da mendicância na Nova Capital

No capítulo anterior, vimos como o pensamento católico foi constituído, ao longo da primeira metade do século XX, com a estratégia de se manter próximo aos objetivos do governo republicano, que encontrava sérias dificuldades para criar uma coesão social e um ordenamento moral da sociedade que lhe fosse favorável. A militância católica, movimento que tem origem e crescimento considerável nesse contexto, pode ser vinculada também ao desejo das elites em combater ideologias contrárias ao domínio do poder político, a partir da aproximação com operários e famílias empobrecidas, visando moralizar esses indivíduos com base no discurso religioso. No entanto, o modo como as autoridades públicas intencionaram lidar com os pobres, no período que tange o fim do Segundo Reinado e início da República, teve inicialmente um caráter mais técnico, cujo objetivo era organizar o espaço urbano segundo modelos de urbanização daquele contexto. Nesse capítulo, discutiremos as definições desenhadas pelas elites políticas sobre a presença do mendigo nas cidades e como isso se tornou um problema dentro do seu discurso de modernidade.

O tema da mendicância ganhou um novo sentido durante o século XIX, cuja preocupação em organizar o espaço urbano dentro dos limites da higiene ganhou uma grande repercussão com as reformas feitas em Paris por Haussmann, entre 1853 e 1870¹⁰¹. Além de conceber as cidades como espaço privilegiado para o exercício do poder, as elites também projetaram uma visão sobre a necessidade de remodelar ou construir o espaço urbano para o controle da vida dos cidadãos, imprimindo, cotidianamente, uma lógica racional e simétrica, ordenando, dividindo, separando, estabelecendo lugares e disposições aos habitantes. Assim, elementos como sujeira, mendicância e doenças, passaram a ser vistos como o avesso das promessas da civilidade e, por isso, a cidade deveria ser organizada e redefinida, de modo científico, junto às estratégias de controle e de intervenção nas massas dentro das cidades. O resultado desse ideário constituiu-se numa segregação social nos espaços urbanos, havia locais

¹⁰¹ De acordo com Berenice Martins Guimarães, apesar da tendência em associar o início da influência de Haussmann no Brasil à reforma do Rio de Janeiro, 1902-1906, essa influência, na realidade, se fez presente pela primeira vez em Belo Horizonte, em 1893, pelo projeto de Aarão Reis, como uma diferença: enquanto em Paris e no Rio de Janeiro ela se fez a partir da transformação de um espaço já construído, em Belo Horizonte o modelo de Haussmann serviu de matriz para a construção de um novo espaço. Para mais informações, ver em: GUIMARÃES, Berenice Martins. **A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 1996. p.128.

determinados para as elites e administração política, bem como lugares para os pobres, vistos então como classe produtora cuja participação política era restrita.

A marginalização espacial dos pobres, naquele contexto, também apresentou uma intenção clara, por parte das elites, em deixar a população pobre e trabalhadora bem longe das decisões políticas, em nome de um exercício aristocrático do poder. Nessa medida, os mendigos que passaram a frequentar o perímetro urbano se tornaram um grande incômodo a esse esforço de controlar a vida e as habitações dos pobres. Contra eles surgiram várias estratégias que visavam desde a repressão policial e a sua expulsão da cidade, bem como o encaminhamento desses sujeitos às instituições filantrópicas, para terem seus hábitos corrigidos e moralmente saneados.

Belo Horizonte, nos primeiros anos após a sua construção, apresentou essas mesmas fórmulas e visões de planejamento urbano, como também de controle dos pobres e da circulação de mendigos na sua zona urbana. Porém, antes de discutir as maneiras como a Nova Capital foi concebida a partir de uma divisão socioespacial e de como tratou a questão da mendicância, iremos antes analisar a figura do mendigo e a historicidade das suas relações com cidade, bem como as representações em torno de sua figura.

Mendigos: questões históricas e conceituais

A presença dos mendigos nas grandes cidades tem sido historicamente um motivo de incômodo para as sociedades urbanas. A sua existência pode ser encarada com uma das grandes permanências temporais dentre os estudos históricos: praticamente em todas as sociedades existiram e existem pobres e mendigos. Porém, a percepção da pobreza, em si, bem como as causas materiais da sua existência e as estratégias de ação que visaram o seu combate ou forneceram formas de assistência, sofreu alterações consideráveis ao longo dos séculos. Por isso, a análise conceitual sobre a figura do mendigo como categoria histórica e social é um caminho importante para as reflexões que abrangem essa dissertação.

De início, partimos das análises elaboradas por Michel Mollat e Bronislaw Geremek, que ofereceram contribuições valiosas em seus trabalhos acerca do sentido histórico que abarca o conceito de pobreza e suas múltiplas terminologias, surgidas ao longo do tempo. Em seus respectivos trabalhos, os pobres comportam visões diversas acerca da sua presença na sociedade. Apesar da aparência de necessitado que eclode da

figura do mendigo, em primeira instância, ele também carrega uma dualidade com a imagem do vadio, indivíduo que se aproveita da caridade dos outros para se prover. Esse aspecto dúbio que envolve os pobres foi responsável pelo desenvolvimento de um léxico extenso de definições a que resultou em virtual classificação em falsos ou verdadeiros necessitados.

Em seu livro *Os pobres na Idade Média*¹⁰², Mollat apresentou a gênese do termo pobreza, sobretudo no período medieval, recorte central do seu texto, no qual ele define que o mendigo¹⁰³ é aquele que, de modo permanente ou temporário, “encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizado pela privação dos meios de sobrevivência, variáveis segundo as épocas e as sociedades”¹⁰⁴. Dentre o vasto vocabulário contido no conceito de “pobreza”, termos como *pauperes*, *egeni*, *indigente*, *vadio*, dentre outros, evocam conjuntamente um grupo de desvalidos sociais levados à ruína material por uma série de infortúnios e que, por isso, necessitam do amparo material de outrem. É notável o fato de que os diversos termos associados à figura do mendigo indicam primariamente a imagem do necessitado. Porém, além da condição que encaminha o pobre como objeto da caridade, numa conotação religiosa o mendigo também apresenta uma ambiguidade inerente à sua imagem na sociedade. A mendicância também emite simultaneamente uma suposição de preguiça e de ameaça social, constituindo assim um verdadeiro pêndulo no qual o mendigo ora é necessitado, ora é vadio. Nesse sentido, Michel Mollat aponta a diferença constituída socialmente entre os “falsos mendigos” – que seriam aqueles enjeitados sociais, acusados de vadiagem, errantes ou desclassificados, responsáveis por disseminar a desordem ou mesmo por propagar epidemias – e os “mendigos verdadeiros”: aqueles que permaneciam como membros de um grupo, vivendo da caridade e dos escassos recursos de seu trabalho humilde.

Bronislaw Geremek também apresenta uma definição muito próxima a essa construída por Mollat, acerca das visões ambíguas sobre os mendigos. Em *Os filhos de Caim – vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*¹⁰⁵, cobrindo mais o contexto da Idade Moderna, o historiador salienta que outras definições dadas aos mendigos, como vagabundos, vigaristas, desvalidos, andarilhos, etc, também possuem

¹⁰² MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

¹⁰³ Neste ponto, percebemos uma proximidade conotativa entre os termos “pobre” e “mendigo” a partir das definições conceituais trabalhadas pelo autor.

¹⁰⁴ MOLLAT, **Os pobres na Idade Média...** p. 5.

¹⁰⁵ GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia; 1400-1700**. São Paulo: 1995. p.9

em comum o fato de referirem-se a indivíduos identificados como uma conjunção social de fatores negativos; um grupo de pessoas de diferentes origens, misturadas e sem “nenhuma qualidade”. Algo central à análise dos dois autores é que o mendigo, por fim, é um objeto de suspeita em vários aspectos. Ou seja, como um errante, o mendigo não é apenas um não reconhecido, é um desconhecido; apartado do seu quadro social de origem, poderia ele ser um rebelde; como um vagabundo, ele poderia ser um portador de doenças; por fim, até mesmo o seu verdadeiro estado de pobreza poderia levantar questionamentos. As visões sobre o mendigo oriundas do Antigo Regime, como se pode compreender a partir das leituras de Mollat e Geremek, o colocam como um indivíduo necessitado e dependente do auxílio material dos ricos, ao mesmo tempo em ele que se configura como uma ameaça, devendo, portanto, ser reprimido pela sociedade.

A questão que podemos inserir nesse ponto é sobre qual foi o momento no qual os pobres, e mais especificamente os mendigos, saíram dessa dualidade para se tornarem uma ameaça mais global à sociedade. De acordo com Michel Foucault, foi apenas na segunda metade do século XIX que o pobre apareceu como um perigo¹⁰⁶. Esse medo dos pobres, generalizado pelas elites, teve origem nas revoltas sociais que marcaram a Revolução Francesa e a Inglaterra após a Revolução Industrial, assim como os levantes populares ocasionados pelo crescente desemprego, verificado no começo do século XIX. O surto de cólera em 1832 foi outro fator que contribuiu para gerar o temor da elite com relação aos pobres, segundo Foucault. Isso porquê a doença, originada em Paris, foi propagada por toda a Europa e os pobres acabaram sendo acusados de disseminarem a cólera entre os ricos.¹⁰⁷ Tal situação se tornou, mais tarde, uma justificativa, a partir da criação da *Lei dos Pobres* na Inglaterra em 1834, para a criação de uma assistência médica aos pobres, com o objetivo de impor um cordão sanitário para evitar que as doenças chegassem até os ricos. No entanto, a preocupação com a saúde do pobre decorria também da necessidade e interesse de transformar a população empobrecida em classe produtora. Há um aspecto importante no qual a pobreza é vista como algo útil, no sentido em que o único caminho apresentado para o escapamento dessa condição é o trabalho, no qual o pobre é afixado ao aparelho de produção a partir da comercialização da sua força de trabalho. Nesse sentido, a ociosidade passa a ser criminalizada, e os

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.94.

¹⁰⁷ Segundo Foucault, foi nessa época que houve a decisão de dividir a cidade em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres.

mendigos, pobres ociosos, se tornam uma espécie de afronta ao conjunto de valores orquestrados pela sociedade burguesa urbano-industrial.

O processo de urbanização brasileiro contou com elementos muito próximos aos elencados por Foucault, acerca do combate à ociosidade, bem como a divisão socioespacial nas cidades. Sidney Challoub, em sua análise sobre os eventos de demolição dos cortiços no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, também verificou o interesse das autoridades públicas em retirar os pobres do espaço urbano e reinseri-los em outros lugares. Dentre as visões apresentadas por parte dessa elite, não houve uma relatividade entre “bons” ou “maus pobres”, mas sim uma sentença única: a categorizações dos pobres de modo geral como sujeitos perigosos e, portanto, como alvo de repressão pelas autoridades policiais.

O conceito de “classes perigosas”, de acordo com Challoub, foi criado pela escritora inglesa Mary Carpenter, em 1840, e designava especificamente um grupo de pessoas que estavam à margem da sociedade civil, sendo composto por sujeitos que utilizavam de atos ilícitos, ao invés do trabalho, para angariar formas de sustento¹⁰⁸. No entanto, no caso dos escritos de M.A. Frégier¹⁰⁹, texto que teve uma recepção maior pela sociedade política brasileira naquele contexto, houve a construção de um leque maior de definições sobre as chamadas “classes perigosas”, criado a partir do objetivo declarado de Frégier de detalhar todos os tipos de “malfeitores” que agiam nas ruas de Paris. Nesse ponto, o agente da polícia francesa acusou que as classes dos viciados estariam umbilicalmente ligadas as classes pobres, tornando-as, portanto, um campo fértil para malfeitores de todos os tipos. Assim, os pobres deveriam ser designados de modo geral como classe perigosa:

“The poor and vicious classes have always been the most productive breeding ground of evildoers of all sorts, it is they whom we shall designate as the dangerous classes. For even when vice is not accompanied by perversity, by the very fact that it allies itself with poverty in the same person, he is a proper object of fear to society, he is dangerous.”¹¹⁰

¹⁰⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.21.

¹⁰⁹ De acordo com Sidney Chaloub, M. A. Frégier foi um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se em inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, que foi publicado em 1840, sobre “as classes perigosas da população nas grandes cidades”.

¹¹⁰ Em tradução livre: “As classes dos pobres e viciados sempre foram os campos mais férteis de criação de malfeitores de todo o tipo, sendo elas as quais devemos designar como classes perigosas. Mesmo quando o vício não está acompanhado de perversidade, apenas pelo fato de aliar-se à pobreza em uma só pessoa, esta se torna um objeto de medo para a sociedade, um perigo.” FREGIER, M.A. Citado por:

Para as elites do período, segundo Chaloub, haveria, no entanto, a figura do bom pobre. Porém ele seria, na verdade, um verdadeiro inimigo do ócio e, portanto, estaria livre dos vícios. Mantendo um intenso gosto pelo trabalho, o pobre fatalmente apresentaria, por conseguinte, o hábito da poupança que levaria à sua imediata saída da condição de pobreza. Desse modo, os pobres que não conseguissem acumular seriam imediatamente suspeitos de não serem bons trabalhadores, muito menos bons cidadãos. Tal pensamento também contribuiu para enquadrar todos os pobres na categoria de “classes perigosas” e, portanto, de justificar as ações de repressão, como no caso citado por Challoub, na destruição dos cortiços no Rio de Janeiro.

A repressão da vadiagem aparece no código criminal do Império Brasileiro, na edição de 1858, em sua quarta parte, capítulo IV, nos seguintes artigos:

“Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Penas: de prisão com trabalho por oito a vinte quatro dias.

Art: 296. Andar mendigando. §1. Nos lugares em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa que se ofereça a sustenta-los. §2. Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não haja os ditos estabelecimentos. §3. Quando fingirem chagas ou outras enfermidades. §4. Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro ou mais, não sendo pai e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres que acompanharem seus maridos e os moços que guiarem os cegos. Penas: de prisão simples, ou com trabalho segundo o estado das forças do mendigo, por oito dia a um mês”.¹¹¹

Como podemos perceber, mendigos e vadios aparecem na mesma sentença como termos igualados, mas há na descrição do artigo somente a proibição do “falso mendigo”, sendo permitida a prática de pedir esmolas pelo “mendigo verdadeiro”, desde que em local onde não exista nenhum tipo de assistência e que ele esteja em pequeno número: o agrupamento de mendigos também é criminalizado. A punição que aos falsos vadios era o trabalho forçado, como maneira de “educá-lo”. Como podemos perceber, o que é apontado como passível de punição pelo código são casos de suspeita da ociosidade por quem tem condições de trabalho, sendo que ao pobre sem condições físicas de trabalhar e não tendo de fato ninguém por ele, é permitido sobreviver à custa de esmolas. Como a suspeita de vadiagem incide de forma mais extensa aos agrupamentos de pobres, a

ROWBOTHAM, Judith. **Criminal conversations: victorian crimes, social panic, & moral** (Parliaments & Legislatures). Ohio State University Press, 2005.p.5.

¹¹¹ Código Criminal do Império do Brasil. Tipografia Universal. Recife. 1858. p.108.

repressão se tornou algo bem acintoso nesse contexto. De acordo com Walter Fraga Filho, em seu trabalho sobre mendigos e vadios na Bahia, durante o século XIX:

“A repressão à vadiagem não dizia respeito apenas à gente itinerante que vagava pela cidade em busca de emprego, mas se estendia às populações estabelecidas. As patrulhas percorriam e cercavam quarteirões mais pobres, davam buscas nas residências suspeitas, prendiam e recrutavam para o serviço militar homens desempregados a pretexto de serem vadios e ociosos. Os inspetores frequentemente realizavam levantamento dos moradores e de seus quarteirões com o fim de identificar quem não tivesse ocupação certa.”¹¹²

No contexto mais próximo ao final do século XIX e início do XX, muitos especialistas relacionam o crescimento da pobreza e com ela o aumento da mendicância como algo subjacente às desigualdades provocadas pelo avanço do sistema capitalista de produção. A adoção progressiva do liberalismo, bem como o avanço da industrialização, somado ainda ao crescimento populacional¹¹³, foi responsável pela ampliação do pauperismo nos Estados Modernos. De acordo com Karl Polany, o emprego da economia de mercado foi um dos grandes responsáveis pela destruição das velhas formas de sociabilidade em algumas sociedades.¹¹⁴

A partir do final da segunda metade do século XIX, essa conjuntura ocorre no Brasil de maneira mais contundente. As cidades se tornam paulatinamente centros de importância do país, o que resultou nos seus processos de modernização e com o acréscimo populacional cada vez maior¹¹⁵. De acordo com June Hahner, tanto o reformismo do Império, quanto o início da República ativaram processos políticos de exclusão das classes populares dos processos de decisão, por parte das elites dirigentes, que por mero ódio de classe ou pelo temor de revoltas sociais, passaram a incentivar a repressão em várias escalas contra população pobre. Como exemplo, o ano de 1888 foi tomado por grandes preocupações pelo parlamento brasileiro com relação à população ociosa. Quanto a isso, ocorreu um debate entre a princesa Isabel e os parlamentares, no

¹¹² FILHO, Walter Fraga. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1994. p. 8-9.

¹¹³ Os dados sobre a taxa de crescimento da população brasileira podem ser conferidos em: << http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>>
Visualizado em 26.Mai.2016.

¹¹⁴ Karl Polany analisa, como exemplo, o contexto dos cercamentos na Inglaterra do Século XVI, responsável por fazer emergir um exército de pobres, convertidos em trabalhadores livres, e conjuntamente a uma feroz perseguição à vadiagem. Para mais informações, ver em: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. [2.ed.]. Rio de Janeiro. Elsevier: Campus, 2000. p.128-137.

¹¹⁵ HAHNER, June Edith. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 20.

qual as duas partes concordaram quanto a necessidade de ser desenvolvido um projeto de lei para resolver de maneira mais precisa essa questão. Nos anais do Parlamento Brasileiro (1888, tomo 1) aparece o seguinte indicativo do trono, emitido pela princesa regente Isabel: *“Muito Importa à segurança pública aperfeiçoar a nossa legislação repressiva da ociosidade, no intuito de promover pelo trabalho a educação moral”*.¹¹⁶ A resposta dos parlamentares seguiu com a mesma concordância:

“Reconhece o Senado que a força policial da capital do Império carece de aumento e de organização mais adaptada às funções que lhe são próprias, e que muito importa à segurança pública aperfeiçoar a nossa legislação repressiva da ociosidade, no intuito de promover pelo trabalho a educação moral.”¹¹⁷

É importante apontar que entre a fala da princesa regente Isabel, realizada em 03 de maio de 1888, e a resposta dos parlamentares realizada na sessão de 21 de maio do mesmo ano, ocorreu a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio, que aboliu o regime da escravatura no país. Desse modo, a associação entre a necessidade posta pelos agentes imperiais em reforçar o aparato policial contra os “vadios”, ocorre no contexto em que há um aumento da população pobre e negra residente nos cortiços da capital do Império. Nesse ponto, a repressão aos pobres resultou fatalmente, em grande número, contra a população negra. Com base na virtual necessidade de converter a mão de obra escrava para a livre assalariada, as elites dirigentes anunciam a repressão como fórmula para combater os “vícios” e com isso iniciaram uma verdadeira guerra contra os pobres e contra as suas formas de sociabilidade como cultura, religião, dentre outras práticas sociais.

De acordo com Sidney Challoub, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os homens de cor se tornassem os suspeitos preferenciais. Na discussão de 1888 os parlamentares ao discutirem sobre a utilização de formas de educação moral através do trabalho como fórmula de combate à vadiagem, como referido anteriormente no diálogo entre o “trono e o parlamento”, tinham na verdade dificuldade em imaginar como seria a organização do trabalho sem o recurso às políticas de domínio do cativo. A questão era criar formas para garantir que os pobres urbanos, em especial os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas da elite

¹¹⁶ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura 27 de abril a 2 de junho de 1888. Volume I. Disponível em: << http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp>> Acesso: 26.Mai.2017.p.4.

¹¹⁷ Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo I, 1888. p.5.

dominante. Nesse contexto, Challoub aponta que a criação da “teoria” da suspeição generalizada foi uma maneira de controlar a mão de obra dentro do espaço de trabalho:

“Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade própria da pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. Daí o porquê, em nosso século, (xx), de a questão da manutenção da “ordem” ser percebida como algo pertencente à esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho.”¹¹⁸

A necessidade do controle social dos pobres, como mencionado por Challoub, também explica o porquê da sociabilidade dos pobres, como no caso dos cortiços, se tornarem um problema para os esforços de dominação da classe dirigente. Como podemos perceber, uma das formas de moralização dos pobres foi pensada como o controle social destes indivíduos por meio da “disciplina do trabalho”. Mais do que uma ajuda caritativa ou filantrópica, a assistência teria, no seu esforço de normalização, um interesse de dominação desses sujeitos.

Para Marilene Cabello Di Flora¹¹⁹, a mendicância como uma forma alternativa de vida revela diretamente as contradições da ideologia liberal, defendida pela sociedade em questão, além daquelas advindas das relações de produção e da forma como se deu a divisão do trabalho. Em sua definição, os mendigos são aqueles que, por um motivo ou outro, não se encaixam nas formas de atividade, e por isso são obrigados a esmolarem para sobreviver. Desse modo, a mendicância revela também contradições com alguns aspectos da ideologia liberal que se diz livre e proporcionadora de igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, o mendigo é rotulado de anormal e/ou desviante, pois sua prática de mendigar vai de encontro aos pressupostos éticos da sociedade, cujo estilo de dignidade humana é expresso pelo trabalho, única forma considerada legítima de manutenção da vida. Nesse campo, as instituições assistenciais aparecem para atender a uma demanda da sociedade, que lhe delega a tarefa de recuperar esses sujeitos. Para a autora, é ela quem exige que uma relação terapêutica seja iniciada como fim de realizar o “tratamento do desviante”. Estas instituições agem, assim, ideologicamente como um instrumento de controle e dominação para, através de sua

¹¹⁸ CHALLOUB, *Cidade Febril*...p.24.

¹¹⁹ FLORA, Marilene Cabello Di. *Mendigos – porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Editora Vozes. 1987. p. 15.

dinâmica, confirmar os parâmetros da normalidade. Porém, as condições materiais às quais a filantropia está sujeita e a própria conduta assistencial, junto às próprias condições objetivas e subjetivas que envolvem os amparados por estas instituições, impedem o alcance efetivo do objetivo central da normalização e moralização: a integração desses sujeitos.

Diante dessas considerações, o que se torna visível é que a pobreza extrema como questão não é o objeto central de discussão da esfera governamental, opinião pública, menos ainda pelos núcleos assistenciais, mas sim a “moralização dos costumes do mendigo”. Por isso, como resultado final, a integração não ocorre.

Belo Horizonte higienista: a Lei de Mendigos

Diante desse esforço de compreender a figura do mendigo em termos históricos e conceituais, podemos perceber que essas visões sobre os mendigos como sujeitos perigosos e como foco de vícios têm sido um fator comum nas grandes cidades, sobretudo no período da grande industrialização. Assim, voltando os olhos para o contexto da construção da Nova Capital de Minas Gerais, inaugurada em 1897, esses debates sobre o lugar dos pobres na cidade e o seu uso como mão de obra, bem como a restrição da sua cidadania, foi uma presença constante no discurso de modernidade da elite mineira. A construção de Belo Horizonte, além da estruturação de um arcabouço político-econômico, cujo objetivo central era o de estabelecer uma ligação entre as regiões do estado, contou também com um ideal da modelação de um tipo de cidadania que se adequasse tanto às exigências da nova ordem econômica quanto às premissas higienistas erigidas pelos construtores da Nova capital.

Nesse sentido é que a política higienista, como uma das matrizes ideológicas do discurso da modernidade, foi um eixo importante desse projeto político, econômico e social subjacente à consolidação da república em Minas Gerais. A Nova Capital, com o seu planejamento urbanístico e arquitetônico sintonizado aos tempos modernos, precisaria também, de acordo com as pretensões da Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC –, de conter uma população que estivesse adequada a sua realidade.

O prefeito Bernardo Pinto Monteiro, nos relatórios dos anos 1899-1900, afirmou que na nova cidade havia uma “*população nova, sem maus hábitos*”, que parecia toda ela ter havido feito um “*tácito convênio*” tendo como fim o engrandecimento da

cidade¹²⁰. Porém, essa fala do prefeito, de certa maneira, revela mais as suas projeções pessoais sobre a população que vinha habitando a cidade. A ausência dos “maus hábitos” sugere o seu ideal de civilidade para os cidadãos que deveriam habitar dentro dos limites da Avenida do Contorno. Para ele, Belo Horizonte deveria ser um marco daqueles novos tempos, uma implementação material e social das promessas do republicanismo. De acordo com o prefeito:

“O pensamento do legislador mineiro, quando decretou a mudança da capital, foi criar uma cidade, que não primasse somente pela sua beleza topográfica, pela sua arquitetura, pela sua higiene e por tudo quanto constituem o ideal moderno de um núcleo populoso. A cidade imaginada devia também servir de espelho, onde refletissem as grandezas do Estado. Ver a Capital de Minas, deve ser também conhecer as riquezas deste vasto território de que ela é sede, riquezas tão variáveis como várias são as qualidades do solo, várias a sua conformação física e a sua produção”¹²¹

No entanto, a Nova Capital não aparecia de “portas abertas” à população no geral, mas sim apenas para aqueles que compartilhassem materialmente dessas condições, que o lotariam na definição de “cidadãos civilizados”.

De acordo com Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, para além desses interesses sobre o tipo de cidadania que deveria haver na Nova Capital, o próprio plano da área urbana, em seu conjunto total, terminou por tornar Belo Horizonte uma cidade socialmente hierarquizada. Com o seguimento das propostas de divisão espacial da CCNC, os limites internos da Avenida do Contorno, onde foi impressa a área urbana, seriam o espaço destinado à instalação do governo e, com ele, o exercício de uma cidadania aristocrática, enquanto a área suburbana e as colônias agrícolas foram projetadas sob uma prevista condição de espaço de segunda classe, endereçadas às forças produtivas. Ou seja, os bairros da borda da Contorno foram os espaços concebidos para as camadas mais pobres da população¹²². Há uma separação classista entre o exercício da cidadania, realizada pela elite, e dos pobres em geral, concebidos apenas como mão de obra e a quem era restringida o exercício da cidadania. Desse modo, de acordo com Tito Flávio, a área periférica da cidade, ao contrário do que muitos

¹²⁰ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas, em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito dr. Bernardo Pinto Monteiro. p. 4. Disponível em: <<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>> Acesso em 09.jun.2017.

¹²¹ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatórios do Prefeito: 1899-1900. p.4.

¹²² AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

historiadores acreditavam, de que havia sido ocupada progressivamente como um espaço não planejado, foi na verdade concebido como uma área a ser ocupada como um cinturão verde. Dentre as zonas agrícolas estão por exemplo a fazenda do Barreiro e a antiga fazenda do Córrego do Leitão, onde foi empregado um projeto de ensino agrícola, cujo objetivo estava em realização a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, preparando melhor a mão-de-obra rural, de forma a integrar os trabalhadores agrícolas em uma sociedade modernizada, na qual as práticas do campo incorporariam valores do progresso e da técnica.

Nesse ponto, o combate à ociosidade em Belo Horizonte e o disciplinamento para o trabalho eram direcionados aos habitantes pobres de modo geral, incluindo, sobretudo, o controle espacial da moradia desses trabalhadores, que deveriam se situar fora do centro da cidade. Dessa maneira, as autoridades mineiras procuraram ordenar o uso do espaço público em Belo Horizonte dentro de uma visão elitista de quem deveria ou não frequentar o espaço cívico da cidade. Tito Flávio utiliza como exemplo o mecanismo de concessão de lotes, criado pelo decreto 1211, que, através do mecanismo de compra dos lotes, reforçou uma condição fundamental para que a configuração dos espaços da cidade se fizesse de modo a impor uma nítida demarcação social: só teria acesso às áreas mais valorizadas aqueles que pudessem pagar à vista o preço dos terrenos. No entanto, de acordo com o autor, o arcabouço legal que visava regular os serviços municipais e normatizar a utilização do espaço urbano só foi completado através da criação de dezenove decretos do Presidente do Estado:

“Esses decretos abrangem diversos aspectos da vida cotidiana dos moradores da cidade. A simples enunciação das matérias que regulamentam nos mostra que uma boa parte desse arcabouço legal buscava impor novos hábitos e novos padrões de comportamento aos moradores ou demarcar espaços socialmente segregados. Assim, foram objetos dessa legislação: a concessão de lotes urbanos e suburbanos; o serviço funerário; as instalações sanitárias prediais; a higiene dos espaços públicos e privados; a presença e a conduta de mendigos nas ruas da cidade; o registro de cães e cabritos, etc. o esforço por regulamentar a vida é patente.”¹²³

De fato, nos relatórios dos prefeitos dos anos iniciais da cidade, há uma evidente preocupação em retirar as moradias dos trabalhadores que atuaram na construção da Nova Capital, nomeadas de “cafuas”, da área urbana. Muitos lotes foram cedidos aos operários pelo prefeito Bernardo Monteiro, em “pontos afastados” na região do

¹²³ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da Nova Capital...** p.188-189.

Calafate.¹²⁴ Nos anos seguintes, Francisco Bressane de Azevedo, seu sucessor, também realiza uma verdadeira guerra contra os barracões de operários que iam sendo instalados juntos às construções dos prédios na área urbana. De acordo com ele, a prefeitura havia recebido várias acusações sobre a existência de barracões no fundo dos lotes que estavam sendo transformados em moradias baratas para os operários. Quanto a isso, segundo o prefeito, alguns jornais queixavam-se da ausência de severidade nas providências higiênicas. Assim, ele responde:

“Para saber até que ponto assiste razão aos reclamantes, faz-se mister rever a história destes barracões. Desde os tempos da comissão construtora tem-se admitido como norma permitir aos construtores de prédios levantar barracões provisórios que sirvam para depósitos de construção. A licença que se se concedia era para barracões de caráter provisório; os proprietários, porém, entendiam que estas acomodações, prestando bom serviço ao prédio, podiam ficar com caráter definitivo e por isso os construíam segundo plantas que era aprovada pelo poder competente, sempre em condições muito superiores as que reclamavam simples barracões provisórios. Mais tarde, ou porque a vida se tornasse mais difícil, ou porque faltasse abrigo aos operários, começaram estes barracões a ser por estes ocupados. Era um abuso que não podia permanecer, porque é bem claro que construções feitas para depósitos de materiais não podiam oferecer condições higiênicas de habitabilidade, visto como nem dispunham de instalações sanitárias, nem de gabinetes próprios de cozinha.”¹²⁵

A prefeitura, como forma de coibir a existência desses barracões, criou um imposto pesado, de acordo com Francisco Bressane.¹²⁶ A diretoria de higiene ainda realizou diversas verificações domiciliares para assegurar o cumprimento e manutenção dos prédios e suas dependências:

“Durante o ano foram visitadas 1.010 casas, inclusive 281 cafuas no Barro Preto, onde se acha concentrada a população operária. A exceção de poucos prédios pertencentes a 2 ou 3 proprietários que se tem mostrado refratários a adoção de certos princípios higiênicos e com relação aos quais a administração não tem deixado de tornar efetiva as disposições regulamentares, todos

¹²⁴ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatórios do Prefeito: 1899-1900. p.17

¹²⁵ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903. p.46-47. Disponível em: << <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>> Acesso em 11.jun.2017.

¹²⁶ O prefeito cita que a lei nº4 de outubro de 1900 tinha, entre outros, esse objetivo. De fato, no artigo nº 19, consta o seguinte: “Arrecadar-se-á 10\$000 por mês de cada um quarto de barracões situados no interior dos terrenos de prédios urbanos, desde que seja o mesmo destinados a aluguel”. Os termos completos da lei podem ser visualizados em: << <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1900/1/4/lei-ordinaria-n-4-1900-estima-a-receita-da-prefeitura-da-cidade-de-minas-para-o-exercicio-de-1901-1993-08-12-versao-compilada>>>. Acesso em 11.Jun.2017.

os prédios e moradias visitadas, em sua generalidade, apresentam-se limpos e bem tratadas”¹²⁷

Desse modo, os bairros em torno da área urbana foram se transformando em um cinturão de moradias de trabalhadores e pessoas empobrecidas. E logo essas moradias foram recebendo o nome de *Favelas*, como atesta Abílio Barreto:

“A Estação de Minas era um provisório barracão de táboas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada. Atrás dela, pelo alto da colina, acima da projetada Rua Sapucaí, ia-se adensando uma povoação de cafuas e barracões de zinco, a que o povo denominava Favela ou Alto da Estação ou Morro da Estação. Denominava-se Favela por ser muito semelhante ao morro de igual nome existente no Rio de Janeiro. Tal qual aquele bairro improvisado, onde morava a gente operária, existia igualmente o Leitão, outro aglomerado humano de gente pobre, em rumo oeste do arraial.”¹²⁸

Como podemos perceber, ficam evidentes que as noções higienistas que orientaram a construção de Belo Horizonte também mantiveram uma grande preocupação quanto à circulação de pessoas pobres na região interior à Avenida do Contorno. A atuação da CCNC no erguimento da cidade planejada não contemplou soluções para a moradia da população pobre. Como a cidade havia sido projetada para abrigar as elites e atender aos interesses políticos por elas almeçados, não se considerava a possibilidade de um grande aumento da população, tampouco de uma população pobre e descendente de escravos¹²⁹. Por isso, a prefeitura intensificou os esforços para impedir as construções irregulares na zona urbana, expulsando os pobres para a área suburbana. Com o aumento vertiginoso da população, verificado nas décadas de 1910 e 1920, o entorno da cidade passou por um processo de formação de favelas que também se tornaram alvos, mais tarde, das ações repressivas da prefeitura.

¹²⁷ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905. p.50. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>> Acesso em 11.Jun.2017.

¹²⁸ BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Vol. 1, p. 378-379. Citado em: PEREIRA, Josemeire Alves. **O Tombamento do “Casarão da Barragem” e as representações da Favela em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. 2012. p.25.

¹²⁹ De acordo com Tito Flávio R. Aguiar, nos critérios de distribuição das terras das ex-Colônias Agrícolas na Capital, durante as primeiras décadas do século XX, existem muitas evidências sobre a restrição à concessão de terras a antigos escravos e seus descendentes, em favor do estímulo à imigração de europeus, eleitos como elementos fundamentais de um processo de colonização que sustentaria a modernização mineira. Ver em: AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da Nova Capital...** p. 278.

Dessa maneira, em consonância com a tarefa disciplinadora do higienismo, unida às demais demandas postas pela Modernidade na Nova Capital, o combate à vadiagem se tornou uma necessidade, através da visão das autoridades públicas. Com relação aos mendigos, não havia como a prefeitura determinar o seu espaço de mendicância para fora da área urbana. Assim, em 27 de dezembro de 1900 foi criado pelo governo do Estado uma “Lei de Mendigos”, através do decreto 1.435, que apresentava o objetivo de regulamentar a prática da mendicância no distrito da cidade. Esse documento aparece, de certo modo, como uma versão da legislação mineira do decreto do capítulo XII do código criminal de 1892 da República dos Estados Unidos do Brasil, que por sua vez ainda mantinha os traços firmes com o código criminal imperial de 1858. Assim, tanto o código criminal do Império, quanto o republicano criminalizam os chamados falsos mendigos, identificados como aqueles que mendigavam tendo condições físicas para o trabalho; que tivesse alguém que cuidasse dele; que estivessem em local onde existisse alguma instituição filantrópica, ou que estivessem em grupo, menos que fossem pais e filhos, marido e mulher ou mesmo que o mendigo fosse cego e estivesse acompanhado por um guia. No caso das leis do Império, a pena para os indivíduos que descumprissem essas normas, além da prisão que podia ir de 8 a 30 dias, o indivíduo ainda poderia ser condenado ao trabalho forçado pelo mesmo período. O código criminal republicano¹³⁰, excetuando a condenação pelo trabalho forçado, traz as mesmas características de combate aos falsos mendigos e ao agrupamento de pobres. Porém, também tornou um crime o fato de alguém usar os menores de 14 anos para mendigarem em seu lugar, além de trazer, no mesmo capítulo, a condenação ao uso do álcool em ambientes públicos. Guardando a mesma similaridade quanto à proibição dos falsos mendigos, o Decreto 1.435 da Presidência do Estado de Minas Gerais traz em seu primeiro artigo o esforço de identificar quem seria de fato considerado mendigo:

“Art. 1º – Todo o indivíduo, que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo [...]”¹³¹

¹³⁰ O texto integral deste documento, foi promulgado pelo decreto 847, de 11 de outubro de 1890 e pode ser visualizado em << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em 04. Jun. 2017.

¹³¹ Decreto 1435, de 27 de dezembro de 1900. Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1901.

No entanto, diferente dos códigos do Império e da República, o decreto mineiro apresenta como objetivo o estabelecimento de um controle sobre a circulação de mendigos na região central ou, segundo os termos da época, no distrito da cidade:

“[...] Art. 2º – Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura. Art. 3º – A inscrição, a que se refere o artigo antecedente, pode ser voluntária, se o interessado a pedir, e coercitivas, se a autoridade policial ou a Prefeitura a ordenar; mas em ambas as hipóteses só se efetuará: 1. Quando a autoridade policial, depois de minucioso exame médico, declarada que a pessoa sujeita a inspeção é incapaz de ganhar a vida pelo trabalho [...] Art. 6º – Feita a inscrição será entregue a cada mendigo: 1. Uma placa com a designação “mendigo” e número da inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível; 2. Um bilhete de identidade, contendo o número da inscrição, nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será designado assinado pelo Dr. Diretor de Higiene [...]”¹³²

A força policial ficou responsável, assim, por fazer a triagem dos mendigos, separando aqueles que poderiam ou não mendigar pelo centro da cidade. Isso após o mendigo “verdadeiro” ter sido ainda examinado pelo médico da cidade, medida que, segundo Cícero Ferreira, diretor de higiene da prefeitura, visava salvaguardar à saúde pública de “circunstâncias patogênicas” que, segundo ele, era inerente às más condições naturais do meio em que foi colocada a agremiação urbana e pela densidade da população¹³³. Os mendigos, como acusam alguns jornais da época, eram vistos como focos de doenças e de insalubridade, se tornando assim uma ameaça ambulante para os “cidadãos civilizados” que transitavam pela zona urbana. Essas medidas foram implementadas de modo coercitivo contra a população de pedintes que, como revelam os relatórios do prefeito Bernardo Pinto Monteiro, aumentava progressivamente em Belo Horizonte. As matrículas foram negadas à maioria dos mendigos, classificados pela polícia como “falsos” e sendo, portando, reprimidos e expulsos da cidade. No caso daqueles que eram provenientes de outros municípios, a prefeitura ainda disponibilizava meios para que estes indivíduos retornassem para os seus municípios de origem.

A repressão à vadiagem pela prefeitura foi posta como algo necessário ao saneamento da cidade, cujo ideal higienista não partia apenas dos órgãos públicos, mas

¹³² Decreto 1435/1900. p.5.

¹³³ Relatório apresentado ao concelho deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito dr. Bernardo Pinto Monteiro. p. 141. Disponível em <<
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>>
Acesso: 09.Jun.2017.

também eram defendidos pelos periódicos que circulavam em Belo Horizonte naquele contexto como, por exemplo, o *Diário de Notícias*. As providências tomadas em outras cidades eram divulgadas por este jornal como maneira de cobrar da prefeitura uma solução do problema da mendicância que, além de pôr em risco à saúde pública, seria também um contrassenso aos ideais de modernidade alimentados pela Nova Capital:

“Belo Horizonte não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos (...) Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, (...) proibindo terminantemente a mendicidade nas ruas.”¹³⁴

A proibição da circulação de mendigos foi noticiada pelos periódicos da cidade e revela o interesse da elite da zona urbana em assegurar aquele espaço para o uso único das classes dirigentes, a quem não interessa conviver com o “espetáculo da miséria” cotidianamente. A prefeitura tentava resolver o problema com repressão e com o controle dos poucos mendigos que recebiam a matrícula pela diretoria de higiene. Os mendigos regularmente matriculados recebiam regras dos locais de permanência e de gestos ou exposições inaceitáveis no ato de esmolar:

[...] Art. 7º – Nenhum mendigo inscrito no registro poderá implorar esmolas: a) Fora do local que lhe foi designado para estacionamento e dos dias marcados para esmolar; b) Sem bilhete de identidade; c) Sem a placa a que se refere o nº 1 do art. 6º, colocado pela forma nele indicada; d) Com bilhete ou placa que não lhe pertençam; e) Injuriando ou dirigindo expressões ofensivas às pessoas que não derem esmolas; f) Cantando ou fazendo alarido; g) Exibindo feridas ou chagas, deformidades; h) Em companhia de qualquer pessoa, salvo de marido ou mulher, de pai ou mãe, ou filhos impúberes, e sendo cego ou aleijado que não possa se mover sem o auxílio do seu respectivo condutor[...]¹³⁵

Assim, se torna perceptível que o controle sobre a circulação de pedintes no centro da capital possuía também um padrão estético, colocando os mendigos como um desagrado à paisagem moderna de Belo Horizonte, antes mesmo de pensar em uma maneira de resolver a questão da pobreza extrema pela qual esses indivíduos eram acometidos.

O registro de mendigos, verificado nos relatórios na seção da Diretoria de Higiene, chefiada pelo médico Cícero Ferreira no período de 1899 a 1907, quando ele foi exonerado, coloca a matrícula de mendigos junto a outras ações definidas pela prefeitura como providências higiênicas da cidade. Outras preocupações desse porte

¹³⁴ Diário de Notícias. Ano I, n. 137. Belo Horizonte, p.1. 01. Ago. 1907.

¹³⁵ Regulamento de Mendigos. p.6.

incidiram também sobre os rios que percorriam pelo centro da cidade, o abatedouro da Fazenda do Barreiro, as vacinações, as moradias irregulares de operários dentro dos limites da Avenida do Contorno, e até mesmo o registro de cães e de cabritos que também eram feitos pela prefeitura. Como muitos cachorros não eram registrados por seus donos, assim como muitos outros eram abandonados pela cidade, a diretoria de higiene também entrou em guerra contra a presença desses animais na zona urbana da cidade:

“Com a lei que mandava registrar cães e cabritos, se iniciou tal serviço a partir de janeiro de 1900. Contra cães que não foram matriculados, desenvolveu-se constante guerra, regulando a matança de mais de 300 por ano.”¹³⁶

Durante o período de 1899 a 1907, quando a diretoria de Higiene da Prefeitura de Belo Horizonte foi dirigida pelo médico Cícero Ferreira, foram matriculados cerca de 98 mendigos. Pelo que apresentam os relatórios do diretor de higiene, muitos mendigos foram considerados “falsos” pela polícia, sendo reprimidos e expulsos da cidade. No entanto, de acordo com a análise do prefeito Francisco Bressane, em 1905, apesar do cumprimento do regulamento de mendigos, a mendicância aumentou na cidade, a tal ponto que o decreto 1.435 se mostrou ineficiente. Diante disso, Cícero Ferreira passou a defender uma nova solução para resolver o problema da circulação de mendigos na área urbana. Em seu relatório do ano de 1905, ele discute sobre os motivos que levam o indivíduo à prática da mendicância:

“A dificuldade de vida que se observa com a falta de prosperidade das classes produtoras, a falta de trabalho que permita ocupar um certo número de atividades, e que dia a dia se torna mais séria, fazendo com que os mais aptos suplantem os mais fracos e o desânimo que se apodera destes, principalmente se já tem atingido uma certa idade, todas estas circunstâncias agem acordes e harmônicas para aumentar a mendicidade no país. Deve-se notar que entre as causas apontadas não falamos nas moléstias que tornam efetivamente inválidos certos operários; e que, nós acreditamos que entre os indivíduos que esmolam pelas ruas da Cidade, não é moléstia a causa primordial e que, por consequência, não há verdadeira invalidez: que, ao contrário muitas atividades, convenientemente exploradas, poderiam ser aproveitadas.”¹³⁷

A partir dessa análise, Cícero Ferreira aponta a ausência de postos de trabalho como fator de competição entre a classe trabalhadora, sendo que os mais “fracos”, nesse

¹³⁶ Relatórios do Prefeito Bernardo Pinto Monteiro. p. 160.

¹³⁷ FERREIRA, Cícero. Relatórios da Diretoria de Higiene. 1905. p.72. *In*: Relatórios do Prefeito Francisco Bressane: 1904-1905.

embate, acabavam engrossando as fileiras de mendigos nos centros urbanos. Assim, ele afirmava que os mendigos possuíam força de trabalho, alguns menos e outros mais, e que poderiam realizar tarefas pequenas em lugar apropriado. O médico da prefeitura sugeria o asilamento dos mendigos como uma solução, em lugar do decreto 1.435:

“Também não sei que melhor serviço poderia prestar a Prefeitura do que a fundação de um asilo de mendigos, onde pudessem ser recolhidos os pobres que ainda dispõem de forças suficientes para serviços ligeiros. Toda essa gente que vive aí explorando a caridade, poderia de uma ou de outra maneira, concorrer para o bem-estar da coletividade e desaparecer das ruas da Cidade, exibindo-se em espetáculo lastimável [...] O Estado dispõe da antiga fazenda do “Córrego do Leitão” com casa de moradia, boas terras e água em abundância. Transformada em asilo de mendicidade, poderia transformar-se em um campo de horticultura, de pomicultura e de pequenos artefatos de fabricação grosseira que pudessem ser expostos a venda. Seria um serviço utilitário sob todos os pontos de vista e digno de ser empreendido pela Prefeitura.”¹³⁸

Dessa maneira, a prefeitura pareceu ter perdido a guerra contra a mendicância, cujo número se tornava cada vez maior, com cada vez mais mendigos “quebrando” os limites ideológicos entre ricos e pobres, expostos pela divisão entre o interior e o exterior da Avenida do Contorno. No que tange à proposta de asilamento, as entidades católicas, entre outras instituições de cunho religioso ou filantrópico, possuíam um maior número de adeptos na capital. Assim, os membros da Igreja Católica se tornaram os principais articuladores das entidades assistências que passaram propor parcerias e a pedir o patrocínio da prefeitura para resolver a questão dos mendigos e da sua inconveniente presença na área urbana de Belo Horizonte.

A Caridade como solução

Ao propor que um asilo de mendigos fosse construído na “Fazenda do Leitão”, Cícero Ferreira aponta que a população, com o seu espírito caritativo, seria de pleno acordo, mesmo que para tanto ainda fosse criada uma taxa destinada exclusivamente à sua manutenção. Porém, só deveriam ser recolhidos “*os mendigos que não apresentassem moléstias que os invalidassem, porque estes seriam abrigados no hospital de caridade*”. Porém, a solução apresentada por ele, apesar do apoio

¹³⁸ FERREIRA, Relatórios da Diretoria de Higiene. p.72.

demonstrado pelo prefeito Francisco Bressane, não foi inteiramente aceita por Benjamim Jacob, que assumiu o governo de Belo Horizonte a partir de 1906. Nos seus relatórios sobre o seu primeiro ano como prefeito, Jacob exonerou o médico Cícero Ferreira, em seis de julho de 1907, e criou um novo serviço para atender os pobres da capital, nomeada de “Assistência Pública”:

“Este serviço, de indiscutível utilidade, foi por mim organizado em julho próximo findo e confiado ao distinto e humanitário clínico dr. Benjamim Moss. Diariamente dá ele (*sic*) consultas à indigentes, quer na portaria da Santa Casa de Misericórdia, quer em seu próprio consultório médico, atendendo também a chamados à domicilio, nos casos em que o enfermo absolutamente não possa comparecer ao consultório.”¹³⁹

O prefeito ainda disponibilizou um “carro-leito”, que estava no almoxarifado da prefeitura, para o uso de Benjamim Moss, médico da prefeitura então responsável pela assistência aos pobres, com o intuito de recolher os indigentes pelas vias públicas, com o objetivo de lhes prestar assistência médica.

Desse modo, fica evidente que as autoridades públicas, a partir de 1907, passam a focalizar mais a estratégia da assistência como modo de resolver a questão da mendicância no centro da capital. Evidentemente, no entanto, os empreendimentos caritativos, em Belo Horizonte, não surgem daí. De acordo com Alano Porto de Menezes, em um livro escrito sobre as ações do seu pai, o confrade Joaquim Furtado de Menezes, a primeira Conferência Vicentina de Belo Horizonte foi fundada em setembro de 1897, em torno da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, cujo objetivo estava em prover assistência aos pobres da Nova Capital¹⁴⁰. De fato, mesmo as ações que levaram à construção da Santa Casa de Misericórdia, bem como a sua manutenção nos anos seguintes, segundo Marco Antônio de Souza, contaram com o apoio de uma grande rede de doadores, muitos deles ligados à Sociedade São Vicente de Paulo, e de ações coletivas para angariar fundos para o Hospital. A própria Santa Casa de Misericórdia partiu de um empreendimento coletivo, contando com autoridades políticas, eclesiásticas e empresários:

“Assim em 21 de maio de 1889, numa sala do Congresso Mineiro, reuniram-se várias personalidades para deliberar sobre

¹³⁹ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907. p.25. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>> . Acesso em 12.Jun.2017.

¹⁴⁰ MENEZES, Frei Alano Porto O.P. **Furtado de Menezes: servidor do pobre**. Uberaba: Editora Vitória, 1994. p. 53.

a criação da Associação Humanitária da Cidade de Minas, cuja finalidade era construir um hospital para o tratamento de indigentes. Dentre essas personalidades destacavam-se o prefeito Bernardo Monteiro; os empresários Hermílio Alves, Artur Haas e Oscar Trompowsky e o vigário da matriz da Igreja da Boa Viagem, padre Francisco Martins Dias. ”¹⁴¹

Como eram elevados os custos de manutenção e de ampliação da obra, algo cada vez mais necessário ao longo dos anos, a instituição contou, desde o seu início, com múltiplas ações dos filantropos, muitos pertencentes às camadas mais ricas da cidade, que criaram vários mutirões de caridade, afim de atender as demandas da Santa Casa, visando sobretudo ao atendimento dos mais pobres.

Marco Antônio de Souza revela ainda que a construção do Hospital de Misericórdia na Nova Capital, modelo de instituição que está presente no Brasil desde o período colonial, também ia ao encontro dos propósitos de tornar Belo Horizonte uma cidade “higienizada”. Nesse ponto, a assistência médica cumpria o interesse em evitar o alastramento de doenças infectocontagiosas, que poderiam ser transmitidas dos pobres para os ricos, como acreditavam as autoridades naquele contexto, através de um cordão sanitário entre ricos e pobres¹⁴². Além disso, havia simultaneamente o interesse em cuidar da saúde dos trabalhadores e disciplinar os seus meios de conduta. Ou seja, durante as consultas realizadas junto aos pobres, os médicos poderiam incentivar práticas saudáveis, assim como ensinar maneiras corretas de alimentação, de manter relações sexuais, de trabalhar, dormir etc. Desse modo, a assistência à saúde também poderia garantir a saúde e boa capacidade produtiva dos trabalhadores.

Benjamim Moss se empregou inteiramente a esta tarefa de cuidar da saúde dos pobres e indigentes. Segundo os relatórios da prefeitura, entre 1907 e 1908 foram dadas 2.927 consultas e o número de pessoas vacinadas pelo médico da Assistência Pública foi de 2.259. Além desses serviços, alguns outros também eram realizadas pelo médico, como:

¹⁴¹ SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p.107.

¹⁴² Com a criação da Santa Casa, junto às ações da diretoria de higiene, foi possível criar um mecanismo para manter a população sempre vacinada e sempre vigiada. Segundo os relatórios de Francisco Bressane, as vacinações feitas pela prefeitura, principalmente nas escolas públicas, foram fontes de grandes animosidades por parte dos pais das crianças e dos pobres no geral. Sobre isso, ver em: Relatórios do Prefeito Francisco Bressane: 1902-1903. p. 39. Com a criação do hospital da Santa Casa, as intervenções médicas sobre a população pobre ganhavam uma área de “assistência caritativa”, tornando-se assim melhor recebidas pela população. Sobre isso, ver em: SOUZA, Marco Antônio de: **A Santa Casa de Misericórdia: a assistência ao doente pobre**. In: SOUZA, Marco Antônio. **Economia da Caridade...** p. 105-143.

“Pelo sr. dr. Benjamim Moss, como encarregado de serviço de assistência, continuam a ser feitos os diferentes serviços que competem a essa parte da administração municipal tais como: consultas médicas, visitas domiciliares a indigentes, transporte de enfermos devido a acidentes, vacinações e revacinações; visitas de fiscalização ao cemitério, matadouro e mercado, e outros menos importantes que aparecem com o decorrer do tempo. Para consultas médicas tem sido utilizada a Santa Casa e a residência do encarregado, e para os transportes o material de propriedade da Prefeitura.”¹⁴³

No entanto, a partir da década de 1910, durante o mandato de Olinto Meirelles, a população de Belo Horizonte cresceu, indo de 13.472 habitantes em 1900 para 38.822 em 1912¹⁴⁴. Segundo Joseane Souza, o maior crescimento ocorreu entre a população da área suburbana e rural, em detrimento ao ritmo de crescimento da população urbana, dada a intensa especulação imobiliária. Assim, o aumento acelerado da população da região externa à Avenida do Contorno tornava cada vez mais acentuado o problema de escassez de infraestrutura. Belo Horizonte, naquele contexto, estava cada vez mais dividida entre a “cidade oficial”, dotada de equipamentos administrativos, educacionais, culturais, comerciais e industriais, e a “cidade real”, repleta de necessidades e carências de serviços urbanos pela população empobrecida, maioria numérica da cidade.¹⁴⁵ Com a ausência efetiva de políticas públicas que pudessem de fato atender de forma eficiente e humana as demandas da população pobre, a prefeitura passou a incentivar ações privadas de entidades filantrópicas. Nesse ponto, surgem os apoios ao hospital de caridade com doações mensais, entre outros tipos de auxílio. Em 1910, o valor total da contribuição subiu para quatro contos (4.000\$000). Tal aumento foi justificado pelo prefeito Olinto Meireles:

“Ao meu ver, não podemos ser tão liberais quanto o sentimento individual de cada um desejaria ser. A responsabilidade do executivo e do legislativo, no caso vertente, impõe-nos o dever de adotar o critério de mais favorecer àquelas associações que maiores somas de benefícios prestam à população, sem distinção de seitas, religião, raça ou nacionalidade. Ocupa primeiro lugar nessas condições, a Santa Casa de Misericórdia, que já faz honra, não direi ao Estado de Minas, mas ao Brasil inteiro. É ela

¹⁴³ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907. p.21. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>> . Acesso em 12.Jun.2017.

¹⁴⁴ Essas informações foram disponibilizadas em: SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves**. Tese (doutorado em demografia). Cedeplar – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2008. p.42.

¹⁴⁵ SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte...** p.42.

hoje, um estabelecimento modelar onde a caridade se exerce de modo irrepreensível para o sentimento de solidariedade humana e com brilho extraordinário para a ciência médica.”¹⁴⁶

Porém, a assistência promovida pela prefeitura, a partir de suas contribuições à Santa Casa, não deu conta de prestar socorro ao grande número de indigentes necessitados que vagavam pela cidade e menos ainda de resolver a questão da mendicância, cada vez mais crescente. Assim, como solução, a prefeitura resolveu retomar, em parte, a ideia lançada por Cícero Ferreira em 1907 para criar para os mendigos da capital: “*A proteção aos inválidos e a repressão à mendicidade crescente vão ter em breve a melhor solução, com a construção já iniciada do Asilo de Mendigos, a cargo da benemérita Santa Casa de Misericórdia.*”¹⁴⁷ Segundo Marco Antônio de Souza, o asilo só foi construído em 1912, nas proximidades da Santa Casa, sendo nomeado de “Asilo Afonso Pena”. A instituição era administrada por um corpo clínico e administrativo do Hospital da Caridade, e passou a receber os mendigos, idosos e inválidos que eram encaminhados pela polícia da capital, passando pela sua triagem, bem como, às vezes, pelos confrades vicentinos que atuavam em grande número em Belo Horizonte. A partir da criação de uma lei estadual, durante o governo do Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão, o Asilo Afonso Pena passou a receber também a subvenção do Estado:

“Em 12 de junho de 1912, foi lavrado entre Estado e a Santa Casa da Capital um contrato para o serviço de assistência pública contribuindo o Estado mensalmente com a quantia de \$500.000. A duração do contrato é de um ano, podendo ser prorrogado”¹⁴⁸

Essa abertura das autoridades públicas ao exercício da caridade, como maneira de lidar com os pobres, se tornou para os católicos, em Belo Horizonte, uma grande oportunidade de aproximação desses religiosos com o poder político na cidade e no Estado. A partir disso, se tornou possível dar concretude ao seu objetivo traçado de se demarcar com um grupo majoritário diante das outras denominações religiosas, contra quem os católicos disputavam o espaço. Com as ações de caridade encaminhadas aos

¹⁴⁶ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olinto Meirelles em setembro de 1910. p.9. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>> Acesso em 12. Jun. 2017.

¹⁴⁷ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olinto Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911. p.37. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>> Acesso em: 12.Jun. 2017.

¹⁴⁸ BRANDÃO, Júlio Bueno. Mensagem ao congresso mineiro. 3ª Sessão Ordinária da 6ª legislatura. 1913. Citado em: SOUZA, Marco Antônio de. Economia da Caridade...p. 122.

pobres, sobretudo com a vinda de Dom Cabral para Belo Horizonte, a Igreja Católica conseguiu organizar com sucesso um movimento católico leigo e atuante na cidade. Com o impulso da militância católica em Belo Horizonte, surgiram novas e maiores obras e ações que visavam tanto à assistência aos mendigos e famílias pobres, quanto à sua moralização, agora realizada pela fé católica, como também pelo disciplinamento para o trabalho. Em sua funcionalidade e concepção, essas obras assistenciais possuíram também um direcionamento para as elites, a quem a Igreja Católica também objetivava influenciar, com o auxílio da imprensa católica e, com ela, a formalização de um pensamento católico. Dentre essas obras, tiveram origem tanto os jornais *O horizonte* e *O Diário*, ambos criados por Dom Cabral, como vimos no capítulo anterior, assim como grandes instituições asilares, como o Asilo do Bom Pastor, criado em 1931, e o grande o projeto da Cidade Ozanam, criada em 1938, objeto principal de nossa análise no próximo capítulo.

Capítulo 3: A Cidade Ozanam e o fim da mendicância em Belo Horizonte

A vinda de Dom Cabral para Belo Horizonte e a consequente criação da diocese em 1921, elevada à arquidiocese em 1924, foi responsável direta por dar contornos mais fortes ao movimento católico na capital. A presença de um bispo na cidade tornou possível a organização do movimento leigo que, apesar da sua forte presença desde 1897, ainda ocorria de maneira dispersa. A figura de Dom Cabral e o seu discurso militante serviram para reunir os vários grupos leigos que atuavam em Belo Horizonte a partir de um interesse comum: o fortalecimento do catolicismo. Para tanto, os principais focos de atenção foram, além da formação de um pensamento católico trabalhado extensamente pela imprensa, a luta pelo ensino religioso nas escolas públicas mineiras e a busca por manter a influência das lideranças católicas junto às autoridades políticas, construindo a visão de Belo Horizonte como um território católico e, a partir dele, estabelecer um combate aos “inimigos da Igreja”.

A bandeira da caridade cristã colocada como essência do movimento leigo contribuiu muito para a agremiação dos grupos católicos leigos, sobretudo com as múltiplas ações empreendidas pelo vicentino Furtado de Menezes e a sua forte liderança leiga na cidade. As exortações realizadas por Dom Cabral à ação e à prática da caridade feitas frequentemente nas publicações da imprensa católica, além da defesa da religião “da maioria dos brasileiros”, deram contornos de verdadeira militância aos católicos de Belo Horizonte. Esse formato combativo de ação e mobilização foi grande responsável por incluir as demandas e ideologias católicas no seio das decisões e das políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Estado e pela prefeitura de Belo Horizonte.

Nessa linha de frente, a forte presença de Dom Cabral foi visivelmente responsável por algumas vitórias do catolicismo belorizontino. Entre elas destacam-se o retorno do ensino religioso nas escolas públicas em 1929, a construção do seminário do Coração Eucarístico em 1926 e da Cúria Metropolitana na Praça da Liberdade em 1937, incluindo a autoridade eclesiástica no centro do espaço simbólico de poder do governo de Minas Gerais, e, por fim, a realização do Segundo Congresso Eucarístico Nacional em 1936 e a própria construção da Cidade Ozanam em 1938 como grande marco da caridade e da militância católica em Minas Gerais.

Antes de analisar a maneira como o “chamado à caridade” serviu como elemento integrador das ações dos vários grupos católicos existentes na capital, é importante verificar o quanto o esforço de aproximação com os poderes políticos, feito

especialmente por Dom Cabral e pelos vicentinos, garantiu, a partir de várias formas, a execução das obras de caridade por parte dos católicos. Segundo Sérgio Ricardo da Mata, a posse do bispo em Belo Horizonte, nos anos 1920, ocorreu em um momento em que o país “fervilhava de patriotismo”¹⁴⁹ e, nesse contexto, a Igreja Católica e os intelectuais ligados a ela forçaram de maneira decisiva a identificação entre “pátria” e “fé católica”. Dom Cabral soube trabalhar com o forte apelo católico que ainda resistia nos habitantes de Belo Horizonte, cuja composição social, pouco diferente da que se desenhava no interior, ainda trazia uma compreensão do catolicismo como “religião oficial”.¹⁵⁰ Explorando assim essa “mineiridade católica”, o prelado pôde, sobretudo no jornal *O Horizonte*, construir de maneira enfática a visão do catolicismo como um “elemento central à vida dos mineiros:

“Como religião entendemos a religião católica romana, que presidirá aqui os nossos esforços. Havemos de sustentá-la e defendê-la com todo o denodo e sem desfalecimento algum. Neste terreno, concessão alguma teremos a fazer. A verdade não nos pertence, não podemos sacrificar uma parte dela, para salvar outra, nem atenuá-la para atrair quem quer que seja.”¹⁵¹

Para Sérgio da Mata, essa defesa da religião, aliada aos demais projetos dos católicos, ganhou maior possibilidade de execução a partir do governo de Melo Viana, presidente de Minas Gerais entre 1924 e 1926, no qual “os titulares do poder secular conscientizaram-se do quanto poderia ser benéfica a reaproximação entre Igreja e Estado”¹⁵². Na edição de 18 de julho de 1925, *O Horizonte* anunciou com grande júbilo a fala de Melo Viana na abertura da 3ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Mineiro: “A religião é outro fator importantíssimo da unidade nacional e, a despeito da separação do Estado e a Igreja, não pode nem deve ser desprezada pelos poderes públicos”¹⁵³. Ainda nessa fala, Melo Viana cita os exemplos da Polônia e da Irlanda nos quais o apego à religião constituía-se em um fator importante de coesão nacional nesses respectivos países:

¹⁴⁹ MATA, Sérgio Ricardo da.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **A fortaleza do catolicismo: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60**. 1996. p.96.

¹⁵⁰ De acordo com Sérgio Ricardo da Mata, a primeira Constituição republicana de Minas Gerais, ao contrário da Constituição Federal de 1891, trouxe em seu preâmbulo a invocação do “nome de Deus”. Para o autor, ao contrário de ser um mero “preciosismo”, tal fato era indicativo do nível de cristalização do catolicismo como um dos elementos fundamentais da cultura mineira. Para mais informações, ver em: MATA, **A fortaleza do catolicismo...** p.71.

¹⁵¹ “O nosso objetivo”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 08.abr.1923. p.1.

¹⁵² MATA, **A fortaleza do catolicismo...** p.99.

¹⁵³ A Mensagem do Presidente Melo Viana. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 18. Jul. 1925. p.1.

“Há na história moderna dois grandes exemplos de sua força vinculativa. Ao laço religioso e à sua situação entre a ortodoxia eslava e o luteranismo germânico, deve-se em grande parte, a Polônia católica a conservação da sua integridade nacional. A Irlanda é outro caso característico do valor das convicções religiosas como nexos e estímulo das aspirações nacionalistas. Importa conseqüentemente, dentro das fórmulas constitucionais, não desprezar esses e outros elementos da ordem histórica e moral que tanto contribuiu para apertar os laços de solidariedade entre as diversas circunscrições da República.”¹⁵⁴

Nesse discurso, o presidente Melo Viana expôs de maneira muito direta a sua anuência com o discurso do nacionalismo católico, ficando nítida a sua preocupação com a unidade nacional, diante de um contexto em que os movimentos urbanos como o Tenentismo e as Greves Operárias davam um forte tom de crise ao governo.

Essa influência do catolicismo na política pode ser visualizada, a partir daí, com a constante presença de Dom Cabral ao lado das autoridades políticas. Como exemplo, citamos a construção do Grupo Escolar “Pedro II” na capital. A arquitetura da escola foi construída com vistas ao movimento neocolonial que visava resgatar a tradição das formas construtivas do Brasil.¹⁵⁵ Inspirado por esse movimento, Carlos Santos, arquiteto responsável pelas obras, viajou pelo interior observando as igrejas, e foi a partir dessa forte influência que o prédio da escola foi desenhado. A homenagem ao monarca Dom Pedro II veio como um pedido direto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB¹⁵⁶, dado o centenário da sua morte, e também pode ser visualizada como algo inerente aos discursos políticos pela unidade nacional, conferidos naquele contexto. No dia 02 de janeiro de 1925, houve uma sessão na Academia Mineira de Letras em homenagem ao centenário do imperador e, ao fim da cerimônia, todos se dirigiram para o local onde a escola estava sendo construída para lançarem a pedra fundamental, a qual foi abençoada por Dom Cabral.¹⁵⁷ Na inauguração do Grupo Escolar “Pedro II”, esteve novamente o bispo belorizontino, ladeado pelo presidente Melo Viana e seus auxiliares. Durante a cerimônia, após a benção de Dom Cabral, ocorreu ainda a entronização da

¹⁵⁴ VIANA, 1925. p.1.

¹⁵⁵ Para mais informações, ver em: KESSEL, Carlos. **Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil**. História Social. Campinas-SP, nº6. 65-94. 1999. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/179/170>>> Acesso em 18.Jul.2017.

¹⁵⁶ “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveu apelar para o governo de todos os Estados, no sentido de ser dado o glorioso nome de D. Pedro II a um dos grupos escolares existentes nas respectivas capitais (...) o Sr. Presidente do Estado, correspondendo ao apelo, mandou construir um belo edifício, em estilo colonial que será situado em frente à Faculdade de Medicina, destinado a ser um novo grupo, que terá o nome de D. Pedro II (...)” Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 7. 04. Jul. 1925

¹⁵⁷ “O centenário de Pedro II”. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 03. Dez. 1925. p.12.

imagem de Cristo Crucificado, seguido pela inauguração dos retratos de Dom Pedro e da Imperatriz Teresa Cristina. Esses eventos demonstram, com efeito, essa boa disposição do governo do Estado com relação à influência católica nos meios políticos. Uma escola pública construída com uma arquitetura que remete, de certa forma, ao catolicismo, visto então historicamente como repositório da tradição brasileira, expressava uma vitória do avanço católico, liderado por Dom Cabral.

Com relação à luta pelo retorno do ensino religioso nas escolas mineiras, a vitória dos católicos veio em definitivo a partir do governo do Presidente Antônio Carlos. Em seu governo ficou ainda mais nítida a intenção de criação de uma aliança com a Igreja. Segundo Sérgio Ricardo da Mata, essa disposição política de Antônio Carlos pode ser entendida pelo fato de que a Igreja ainda era a principal mídia junto ao povo, daí a sua aproximação com os católicos como parte importante das suas estratégias políticas. Porém, como aliada, a Igreja não tardaria a exigir o cumprimento pelo governo das suas demandas¹⁵⁸. Em 1927 foi decretada pelo congresso mineiro a chamada “Reforma Francisco Campos”, criando um novo regulamento do ensino primário. Nele, o ensino passou a ser dividido em duas categorias: “Ensino Fundamental”, compreendido pela escola infantil, com duração de três anos e pela escola primária, com duração de mais três ou quatro anos; e o “Ensino Complementar”, que abarcaria o ensino técnico.¹⁵⁹ A introdução do ensino religioso como matéria na grade curricular foi um fator responsável por uma grande polêmica. No texto inicial de Francisco Campos, assim como na reforma de João Pinheiro de 1906, não estava contemplada a adição do ensino religioso, o que causou um grande desgosto por parte das autoridades religiosas. De acordo com Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria¹⁶⁰, a opção laicista de Francisco Campos trouxe sérios transtornos para Antônio Carlos que, para além de ser reconhecidamente católico, tinha plena consciência da força política da Igreja, não querendo de maneira alguma, por isso, entrar em confronto com as autoridades eclesiais. De acordo com essas autoras, para conseguir a adição do ensino religioso na reforma do ensino, Antônio Carlos precisou aproveitar-se da ausência de Francisco Campos, que estava em viagem, para aprovar a emenda com a assinatura de Mário de

¹⁵⁸ MATA, **A fortaleza do catolicismo...** p.100.

¹⁵⁹ Para mais informações, ver o capítulo “Reforma do Ensino” em: PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P.301-316.

¹⁶⁰ PEREIRA; FARIA, **Presidente Antônio Carlos...** p.314.

Lima, secretário interino no lugar de Campos.¹⁶¹ O Jornal *O Horizonte* dedicou um número especial para comemorar o que chamou de “vitória das Minas Católica” em 1929. A assinatura desse decreto foi feita no Palácio da Liberdade, pelo chefe de Estado, ao lado de várias autoridades, entre elas estavam Dom Cabral. A edição ainda prestou homenagens às ações dos católicos Mario de Lima e Furtado de Menezes, então senador estadual, ambos presentes naquela solenidade e vistos como os leigos mais combatentes do catolicismo mineiro. No discurso proferido por Dom Cabral, a maior gratidão foi encaminhada com mais afinco à figura do Presidente Antônio Carlos:

“[...]Sim, Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos, porque é V.Excia., sem possível contestação, o primeiro, entre os estadistas e homens públicos brasileiros que, após quarenta anos de esbulho, desde o início do regime republicano, ouve e acata os protestos e clamores da consciência católica, restituindo-nos o imprescritível e insofismável direito de ministrar aos nossos filhos nas escolas oficiais mantidas com extremo sacrifício do povo, o ensinamento vivificante da doutrina e da moral de N. Senhor Jesus Cristo.[...]”¹⁶²

Em seu discurso de agradecimento, o Presidente do Estado reafirmou sua visão do catolicismo e sua importância enquanto cerne de coesão social: ”

“Eu me rejubilo como católico, porque estou convencido de que, nas lições do catolicismo, está a fonte principal para a educação moral dos homens [...] não é possível erigir-se patrimônio moral de valor, se ele não repousar sobre a pedra angular da religião.”¹⁶³

Dessa maneira, a reaproximação entre elite política e hierarquia eclesiástica, realizada a nível nacional por Dom Leme e Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, foi antecipada em Minas Gerais por Dom Cabral e Antônio Carlos.¹⁶⁴

Como vimos no primeiro capítulo, a nova ordem imposta pelo movimento de 1930 foi seguida por um forte entusiasmo dos católicos, que presenciaram uma conjuntura muito favorável à sonhada proximidade entre Igreja e Estado e, com isso, a transformação das demandas da Igreja em legislações. Em Minas, Francisco Campos havia criado a “Legião de Outubro”, composta por uma organização paramilitar que

¹⁶¹ No entanto, segundo Henrique Cristiano José Matos, em 1931 ao assumir o Ministério da Educação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, Francisco Campos foi o responsável por estender o retorno do Ensino Religioso nas escolas públicas de todo território nacional. Para mais informações ver em: MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**, (tomo 3) São Paulo: Paulinas. 2ªed. 2011. p.67.

¹⁶² A Grande vitória do Catolicismo no Brasil republicano. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 16.Out.1929. p. 1

¹⁶³ Citado em: MATA, **A fortaleza do catolicismo...** p.101.

¹⁶⁴ MATA, Sérgio Ricardo da. **A Dialética do Aggiornamento**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2007. p. 145-157.

tinha o objetivo de combater três tipos de inimigos: os representantes da “República Velha”, os “falsos” revolucionários” e os portadores de “doutrinas exóticas”. Ao buscar o apoio da Igreja Católica, Francisco Campos, estrategicamente, se apresentou como um dos defensores das raízes do catolicismo, da tradição e da moral, recebendo por isso grandes elogios por parte do *O Horizonte*, que chegou a manifestar o desejo de que Campos seguisse os mesmos passos feitos por Mussolini na Itália:

“Apelaram primeiramente para o clero, em favor de tão nobre campanha de levantamento moral da nossa terra, seria muito de aplaudir e desejar que eles tivessem, claramente, se referido também aos irreprimíveis anseios da consciência católica da grande maioria do povo, fazendo o que Mussolini fez na Itália: alicerçando nas profundas e indestrutíveis bases do catolicismo, uma regeneração moral, que inscreveram no seu luminoso programa”¹⁶⁵

Em Belo Horizonte, o evento de maior expressão do catolicismo e da forte condução de Dom Cabral ocorreu de fato com o II Congresso Eucarístico Nacional em 1936, sediado na cidade. Segundo Cristiano José Matos¹⁶⁶, esse evento foi o primeiro de grande porte sediado na capital e, portanto, mobilizou a cidade inteira¹⁶⁷. Foram cinco dias de congresso, do qual participaram mais de 200 mil pessoas.¹⁶⁸ Considerado como um dos acontecimentos mais importantes realizados na cidade, o evento contou com a inauguração da Praça Raul Soares, que teve o término da sua construção acelerada com o objetivo de sediar o evento. No dia três de setembro de 1936, houve a abertura com uma missa pontifical, celebrada pelo núncio apostólico Dom Bento Aloisi Masella, com a presença de Dom Leme, grande figura do catolicismo nacional, Dom Cabral, dentre outras autoridades eclesiais brasileiras, e das autoridades políticas, Benedito Valadares, governador de Minas Gerais e Otacílio Negrão de Lima, prefeito de Belo Horizonte¹⁶⁹. Eduardo Alves de Souza afirma que a realização do congresso na capital foi uma grande demonstração de força do catolicismo mineiro e da administração de

¹⁶⁵ “O Manifesto da Legião de Outubro e o Catolicismo”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 07.Mar.1931. p.1.

¹⁶⁶ MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990. p.302.

¹⁶⁷ Segundo Otacílio Negrão de Lima, nos relatórios de sua gestão dos anos 1935 e 1936, “a expectativa dominante era de que a cidade não comportaria a excepcional afluência de visitantes, de modo, a proporcionar-lhes o necessário e dispensável e necessário conforto”. Porém, com o sucesso dos seus investimentos, ele concluiu que “Deus foi servido, que à frente do congresso estavam o zelo e a lúcida inteligência de V.Excia (o governador Benedito Valadares) e o esforço, a dedicação e o brilhante espírito de D. Antônio Cabral. Para mais informações, ver em: p.6.

¹⁶⁸ Para mais informações, ver em: << <http://arquiocesebh.org.br/noticias/congresso-eucaristico-nacional-em-bh-marca-historia-da-igreja-e-da-capital/>>> Acesso: 18.Jul.2017.

¹⁶⁹ O primeiro dia do Congresso Eucarístico o foi transmitido pela Rádio Inconfidência, em sua primeira transmissão radiofônica.

Dom Cabral. O evento contou com a mobilização de toda a cidade, dado o grande número de participantes. Na Praça Raul Soares foi construído um altar-capela de 27 metros de altura e 14 metros de base. O monumento, segundo Souza:

“A representação simbólica construída na praça para a celebração do evento transmitia a imagem de grandeza e superioridade. Com suas proporções, o altar passava aos fiéis a grandiosidade dos símbolos sagrados, proporcionando-lhes uma experiência religiosa. A Igreja marcava a sua importância na vida social da cidade nesse evento.”¹⁷⁰

No entanto, o ponto alto do congresso foi a procissão do *Triunfo Eucarístico*, saindo da Igreja da Boa Viagem e indo para a Praça Raul Soares. A edição de 8 de setembro de 1936 do *O Diário* narrou assim o episódio:

“A soleníssima procissão eucarística de encerramento pelo esplendor de que se revestiu e pela enormíssima multidão que arregimentou, constituiu, sob todos os sentidos, um espetáculo nunca visto em Belo Horizonte. Acontecimento sem precedentes nos anais de nossa capital, que jamais presenciou tamanha aglomeração humana. As ruas do enorme percurso da procissão, ornamentadas e floridas, se transformaram em rios de gente. Na Avenida Bias Fortes, quem observasse da Praça Raul Soares a procissão descendo se deslumbraria! Que lindíssimo espetáculo! As fileiras brancas das alunas dos colégios, agitando bandeirolas, davam uma nota esplêndida de graça e vivacidade. A apoteose final, na Praça do Congresso, não se poderá narrar. Não havia mais lugar para mais uma pessoa sequer. No grande logradouro público se aglomerava uma incalculável multidão que vibrava, uníssona, em vivas de aclamação ao Cristo Rei, a Jesus Eucarístico. À bênção, que foi dada ao som do hino nacional, todos que ali estavam presentes fremiam de santa emoção.”¹⁷¹

Ao sediar o II Congresso Eucarístico Nacional e por toda mobilização resultante, Belo Horizonte tornou-se de fato um território católico, como desejava Dom Cabral e os militantes leigos. Como consequência, o sucesso da realização do congresso estimulou muitas pessoas a ingressarem nos quadros da Ação Católica e engrossarem, assim, as fileiras da militância católica na cidade.

Militância Católica e a Caridade

Na encíclica *Quas Primas*, de 1925, o Papa Pio XI reiterou a condenação do laicismo dos Estados Modernos feita por Leão XIII em 1891, dizendo que ele era a

¹⁷⁰ SOUZA, Marco Antônio de. Caridade e Educação: assistencialismo e moralização dos pobres, 1930-1990. São Paulo: Annablume, 2012. p.70.

¹⁷¹ “II Congresso Eucarístico Nacional”. *O Diário*. Belo Horizonte. 08.Set.1936. p.1.

“peste de nosso tempo”¹⁷². Segundo o pontífice, Cristo havia sido banido da vida pública, tendo os sagrados direitos da igreja sido pisoteadas por ideologias antirreligiosas. Segundo o presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo em Belo Horizonte, o confrade Furtado de Menezes, essa situação exigia uma tomada de posição por parte dos católicos:

“Nesse estado de espírito, segundo a opinião corrente entre os católicos de então, delineava-se nitidamente os campos dos *bons* e dos *maus*. De um lado, comenta Furtado de Menezes, o exército de Lúcifer, aqueles que adotam como divisa o “não querer servir”, e, de outro, a milícia que obedece à voz do comando do Papa, arvorando o pendão do Arcanjo em que se lê: quem é com Deus? Não é lícito a neutralidade nessa luta universal. Quem o diz é a Verdade: quem não é ao meu favor, é contra mim. Não há, pois, lugar para os comodistas, porque a neutralidade é considerada hostilidade.”¹⁷³

Essa exortação feita por Pio XI, seguida de forma praticamente uníssona no Brasil pelas autoridades eclesiásticas, em suas várias esferas, convocou os católicos à ação, levando-os a assumir uma posição de militância dentro da Igreja. Essa ação militante, de certa forma, já era desenvolvida no Brasil por vários grupos desde o começo do século XX, ocorrendo, porém, de maneira desarticulada. A Carta de Dom Leme, em 1916, foi um dos mais importantes instrumentos de efeito mobilizante da Igreja católica naquele contexto. Porém, a militância católica ganhou um exército maior, com mais atuação, com a vitória da Revolução de 1930. Segundo Matos, o momento era dos “católicos integrais, daqueles que não se envergonhavam de seu mais alto título de honra: o de filhos militantes da Igreja.”¹⁷⁴ A estratégia da mobilização católica dirigiu-se preferencialmente à classe média urbana, com a qual o clero estabeleceu fortes laços. Essa aposta na ação dos leigos havia ganhado forte impulso com a criação da *Ação Católica*, feita pela Papa Pio XI em 1922. Essa instituição apenas foi oficializada e promulgada no Brasil em 1935, tendo a sua militância circunscrita, dessa maneira, na classe média brasileira. Na edição de *O Diário*, a presidenta da Liga Feminina do Rio de Janeiro explicou assim o significado da *Ação Católica* no Brasil:

A Ação católica é uma ação de conquista ou de reconquista das almas para o reinado social de Cristo na terra. Constitui a única força capaz de se opor às correntes avassaladoras do mal, que

¹⁷² Pio XI. Encíclica *Quas Primas*. 1925. Disponível em língua espanhola em: << http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_11121925_quas-primas.html>> Acesso: 19.Jul.2017.

¹⁷³ MENEZES, Furtado de. “O dever do voto”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 20. Out. 1925. p.1.

¹⁷⁴ MATOS, *Nossa História...* p.96.

preparam a ruína da civilização cristã. É, portanto, natural que a Hierarquia da Igreja pense na arregimentação das forças católicas, pela formação e cultura individual, que deve ser a base de toda a ação social.”¹⁷⁵

A *Ação Católica*, além de defender a doutrina católica e os seus preceitos nos meios políticos, intelectuais e educacionais, ainda apresentava também a caridade como carro-chefe, com a pauta da chamada *Questão Social*, tão em voga no Brasil naquele contexto. A enorme pobreza das massas e as várias revoltas sociais que sacudiram a República, foram assunto importante durante os anos da Era Vargas. Vista não mais como um caso de polícia e sim de política, a questão social abrangeu extensamente os discursos da nova ordem institucional. Nesse ínterim, os católicos procuraram estabelecer liderança nesse assunto, colocando o seu peso sobre essa pauta, a partir dos postulados da chamada “Doutrina Social da Igreja”.

De acordo com Marcos Gonçalves, a expansão de medidas políticas voltadas à assistência aos pobres na forma de caridade e/ou filantropia, desde a década de 1920, vinha sendo direta ou indiretamente realizada pela união de interesses entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, significando para esta última um aumento no número de instituições e no prestígio do discurso católico como fórmula central ao desenvolvimento da assistência social.¹⁷⁶ Segundo esse autor, no período delimitado entre 1930 e 1945, a Igreja e suas organizações puderam usufruir, legal e financeiramente, de benefícios direcionados ao desenvolvimento de seus projetos pastorais e administrativos no campo específico da caridade. O autor cita, como exemplo dessa proximidade de ações entre Igreja e Estado na qual a caridade apareceu como um termo chave, a edição do decreto nº 20.351 de 1931, que criou uma Caixa de Subvenções destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade e órgãos de natureza técnico-educacional.¹⁷⁷ Com o Estado Novo e sua remodelação constitucional seguindo um caráter expressivamente autoritário, a aliança do Estado com os católicos no que tange ao financiamento das instituições caritativas, permaneceu com a criação do “Estatuto da Família”, no artigo nº 30 do Decreto-Lei 3.200 de 1941, sobre as “famílias em situação de miséria”:

¹⁷⁵ Entrevista com D. Stella de Faro, na “Semana da Ação Católica em Belo Horizonte”. *O Diário*. Belo Horizonte, 03.Jul.1935. p.3.

¹⁷⁶ Para mais informações, ver em: GONCALVES, Marcos. **Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 317-336, Junho de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 19.jul. 2017.

¹⁷⁷ Para mais informações, ver em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20351-31-agosto-1931-508403-publicacaooriginal-1-pe.html> >> Acesso: 19.Jul. 2017.

“As instituições assistenciais, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria, seja qual fora extensão da prole, mediante a prestação de alimentos, internamento dos filhos menores para fins de educação e outras providências de natureza semelhante, serão, de modo especial, subvencionadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.”¹⁷⁸

Essas duas emendas espaçadas por uma década, 1931 e 1941, evidenciam além da boa disposição política da Era Vargas para a proximidade e formação de ações conjuntas entre Estado e Igreja, um verdadeiro reconhecimento por parte do governo da histórica preeminência das instituições religiosas em seu assistencialismo aos pobres e necessitados.

No entanto, a aliança entre Estado e Igreja com a finalidade de mover as obras assistências já estava bem encaminhadas, muito antes, em Belo Horizonte, graças às ações e a forte influência de Dom Cabral e de católicos leigos, especialmente de Furtado de Menezes, nos meios políticos. O exercício da caridade, realizado pelos vários movimentos leigos católicos da capital, além de servir como elemento de agremiação, deve ser entendido também como uma produção social responsável por estabelecer ações e desencadear discussões no interior da sociedade e dos grupos que a produzem, segundo Marco Antônio de Souza.¹⁷⁹ Nesse sentido, a caridade como produção social, naquele contexto, teve como elemento central uma determinada imagem da pobreza e das maneiras como os núcleos assistenciais deveriam agir, ambas concebidas a partir do prisma da Doutrina Social da Igreja. Dessa maneira, o tratamento dos assistidos das instituições católicas apresentou como cerne a estratégia da moralização e normalização da pobreza. É nesse ponto que ocorreu, de maneira mais nítida, uma forte aproximação com a ideologia que ganhou espaço durante o Estado Novo. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o ponto mais interessante do esforço de legitimação realizado pelos doutrinadores estadonovistas foi a identificação da necessidade de superação da pobreza como ponto fundamental para a construção nacional. O projeto central do Novo Estado Nacional vislumbrava a construção de uma justiça social ligada diretamente à superação da miséria pela valorização do trabalho e do trabalhador. As leis sociais foram tidas

¹⁷⁸ Para o texto completo, ver em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-norma-pe.html>>> Acesso: 19. Jul. 2017.

¹⁷⁹ SOUZA, **Caridade e educação...** p.65.

como o arranjo central para a construção da “Democracia Social”¹⁸⁰, na qual os trabalhadores teriam o Estado como o seu principal tutor e participariam dele pelo do fruto do seu trabalho. Desta maneira, estaria assegurada uma ordem social pacífica pela integração do capital e do trabalho como elementos centrais à prosperidade da Nação. O “homem novo” brasileiro seria aquele civilizado pelo trabalho e pelas tradições cristãs, “profundas na alma nacional”. Caracterizada pelo “não-trabalho”, a pobreza deveria assim ser moralizada através da conjunção de forças entre evangelização e incentivo à disciplina trabalhista pelas obras de assistência, o que colocava a caridade e a Doutrina Social da Igreja como uma das engrenagens mais importantes da Política Social do Estado Novo. Embora os clérigos ideólogos da *Ação Católica* a colocassem como algo “fora e acima da política”, a força do movimento leigo, ao invés de afastar-se da esfera governamental, colocaram-na como um elemento firme e presente na condução das políticas sociais da Era Vargas.

Segundo Sérgio Ricardo da Mata, havia em Belo Horizonte uma extensa rede de movimentos de apostolado leigo, todos eles de perfil tradicionalista: Congregados Marianos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Movimento Familiar Cristão e Círculos Operários, além das conferências da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP – , que mantiveram sua conduta pautada pelos preceitos da encíclica *Rerum Novarum*, no campo do assistencialismo e na ênfase evangelizadora, até a década de 1950.¹⁸¹ Sem dúvida, a presença da SSVP merece o nosso destaque, por ter sido a maior agremiação de leigos católicos imbuídos nessa prática da caridade e do assistencialismo, sobretudo em Belo Horizonte.

Surgida em Paris no ano de 1833, a Sociedade de São Vicente de Paulo foi desde o seu início uma força caracterizada essencialmente por ser um movimento leigo. Criada por Antônio Frederico Ozanam, estudante de direito da Sorbonne, junto com mais seis amigos, o grupo apresentou desde o começo a finalidade de oferecer ajuda material e religiosa às famílias pobres. Inicialmente, o grupo foi chamado de “conferência de caridade, mas logo o seu nome foi alterado para “conferência vicentina”, dado o grande peso da influência de São Vicente de Paulo nas ações desses confrades. De acordo com Marco Antônio de Souza, há uma ligação umbilical entre a obra de São Vicente de Paulo

¹⁸⁰ GOMES, Ângela de Castro. **O Redescobrimento do Brasil**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: 1982. p. 109-166.

¹⁸¹ MATA, **A fortaleza do catolicismo...** p.145-157

(1581-1660) e a obra da SSVP¹⁸². Esse santo ficou conhecido na História da Igreja Católica por ter sido um grande incentivador da prática da caridade entre os fiéis. Durante a sua vida, São Vicente foi criador de várias confrarias de assistência aos doentes e encarcerados, tendo as suas ações ganhado muita repercussão naquele contexto. As suas exortações influenciaram, por exemplo, Luiza de Marillac, pertencente à alta sociedade francesa, que criou um grupo de senhoras com o objetivo de promover a caridade entre os pobres, chamadas de “Damas da Caridade”. Após a morte de seu marido, Antônio Legras que era secretário da rainha Maria de Médici¹⁸³, e de seu único filho, Luiza de Marillac passou a receber mais diretamente os conselhos de São Vicente e, em 1629, foi convidada para assumir a Confraria de Paris no papel de "visitadora e zeladora da caridade”, funções que foram estabelecidas nas cidades vizinhas, por onde além de supervisionar as obras de Caridade, Marillac se tornou responsável pela fundação de outras. De acordo com Maria Itayra Coelho de Souza Padilha, o auxílio material dado aos pobres serviu para penetrar em suas casas e ali pregar a catequese, tornando-a assim, de certa maneira, uma precursora do trabalho de assistência social entre os pobres e em seus domicílios.¹⁸⁴

Logo em seus primeiros anos, a SSVP encontrou um rápido crescimento em cidades como Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse. Para Claudia Neves da Silva e Fábio Lanza, isso pode ser explicado, naquele contexto, pelas características do quadro econômico e político francês, responsável por gerar uma intensa onda de empobrecimento entre a população. O avanço do pauperismo na França trouxe consigo uma onda de agitações populares, responsáveis por disseminar um grande temor entre as classes ricas¹⁸⁵. Assim, o aparecimento de um movimento católico leigo, que não apresentava críticas diretas ao sistema capitalista e que era voltado para o atendimento às necessidades materiais daqueles que se encontravam na miséria, acabou colocando a ideologia da caridade como uma ferramenta para desmobilizar e pacificar os pobres.¹⁸⁶

¹⁸² SOUZA, **Caridade e educação...** p.67.

¹⁸³ “Luiza de Marillac”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 25.Mar.1934.p.3.

¹⁸⁴ PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. **Do cuidado da alma ao cuidado do corpo: uma nova compreensão da história da enfermagem**. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 51, n. 3, p. 431-446, set. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671998000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 22 jul. 2017.

¹⁸⁵ A fundação da SSVP e o seu rápido crescimento guardam ainda uma grande proximidade com a análise feita por Foucault sobre como o surto de cólera de 1832 e as agitações populares foram responsáveis pela qualificação dos pobres como sujeitos perigosos. Ver em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.94

¹⁸⁶ SILVA, Cláudia Neves da; LANZA, Fábio. **Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?**. História, Franca, v. 29, n. 1, p. 40-55, 2010. Disponível em:

Frederico Ozanam defendeu radicalmente a caridade como elemento central à solução da questão social. Em sua época de estudante, ele foi responsável por criar um grupo de debates em torno dos temas da religião e da política, chamado de “conferência de História”, a partir do qual realizou muitos debates contra os estudantes socialistas, defendendo sempre a beneficência como solução e como o maior compromisso social dos católicos.¹⁸⁷ Sobre o seu momento histórico, Ozanam afirmou:

“A questão que agita hoje o mundo não é uma questão política, mas é uma questão social. É a luta dos que nada têm contra os que têm muito. [...] Entre essas duas classes de homens, uma luta se prepara e promete ser terrível. De um lado, o poder do ouro; do outro, o poder do desespero. Entre os dois inimigos devemos precipitar-nos, se não para impedir, pelo menos para amortecer o choque. Nossa juventude e nossa condição humilde nos tornam mais fácil o papel de mediador que o dever de cristão nos impõe [...] A caridade, paralisando o egoísmo dos dois partidos, diminuindo as antipatias, fará que os dois inimigos se levantem, deixem as armas, e marchem ao encontro um do outro, não para se combater, mas se abraçar e fazer do mundo “*unum ovile et unus pastor*”¹⁸⁸

Dessa maneira, Ozanam expressou como desejo uma grande vontade de “abraçar o mundo numa rede de caridade”¹⁸⁹.

A SSVP foi fundada no Brasil em 1872 e sua primeira conferência foi realizada no morro do Castelo no Rio de Janeiro como sua primeira conferência.¹⁹⁰ Em seu livro, *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*, Furtado de Menezes aponta que o primeiro conselho central da SSVP de Minas Gerais, reunindo e organizando várias confrarias, foi criado na cidade de Mariana em 1902.¹⁹¹

Furtado de Menezes

Dado à variedade de ações e esferas, bem como dos múltiplos projetos realizados, podemos dizer que o confrade vicentino Joaquim Furtado de Menezes é uma das figuras mais importantes do catolicismo mineiro entre as décadas de 1920 e 1930.

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso: 22 Jul. 2017.

¹⁸⁷ Ver em: RIVIÈRES, Madeleine des. **Ozanam, um sábio entre os pobres**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.38.

¹⁸⁸ OZANAM, Frederico. Citado em: ZICO, José Tobias. **Ozanam e o leigo na Igreja**. Edição do autor: Belo Horizonte, 1971. p.48-49.

¹⁸⁹ Ver em: << <http://pt.ssvpglobal.org/200-anos-de-historia/Frederico-Ozanam>>> Acesso: 22.Jul.2017.

¹⁹⁰ SOUZA, **Caridade e educação...** p.54.

¹⁹¹ Grande parte das informações sobre a vida de Furtado de Menezes e suas obras encontram-se em: MENEZES, Joaquim Furtado de. **Igrejas e irmandades de Ouro Preto: a religião em Ouro Preto**. Belo Horizonte: IEPHA, 1975. p.113-114. (O texto original é de 1911).

De acordo com as informações concedidas pelo Frei Alano Porto de Menezes O.P.¹⁹²., um dos seus 15 filhos, Furtado Menezes nasceu no Rio de Janeiro em 1875 e ficando orfão de pai e de mãe logo na infância, foi morar com o seu tio, Balduino Joaquim de Menezes – o Barão de Menezes –, na fazenda São Fidelis, de sua propriedade. Aos 12 anos, foi para o Ginásio mineiro de Barbacena, onde realizou os seus estudos básicos e aos 17 anos, mudou-se para Ouro Preto, onde ingressou como estudante universitário da Escola de Minas. Concluiu os seus estudos em 1901, tendo uma tríplice formação: engenharias civil e de minas e farmácia. No mesmo ano, mudou-se para Belo Horizonte, à procura de emprego na recém-inaugurada capital. No entanto, não demorou a voltar para Ouro Preto, recebendo um convite para lecionar sociologia na Escola de Minas, como professor substituto no início e empossado como catedrático em 1907. Com 20 anos, alistou-se como vicentino na Conferência de Nossa Senhora do Pilar, chegando a ocupar vários níveis da hierarquia dentro da SSVP em Ouro Preto, chegando a presidi-lo em 1906. Foi ainda o redator do Boletim Mensal da SSVP, fundou em 1897 um jornal católico chamado *O Discípulo* e, por fim, se aproximou muito de Dom Silvério, bispo de Mariana. Furtado de Menezes, como uma liderança leiga, acabou se tornando um braço direito do bispo, que viu nele uma grande promessa para militância católica. Em sua juventude, assim como Frederico Ozanam, Furtado de Menezes convivia na universidade com uma grande propagação das ideias do laicismo e do anticlericalismo. Com o pseudônimo de “Marcelo”, em seu livro *Contos Vicentinos*¹⁹³, ele narra alguns episódios em que havia sofrido com a zombaria dos colegas de moradia, devido ao seu catolicismo, sendo chamado constantemente de “papa-hóstias”. Porém, perseverante em sua fé, a proximidade com os padres e sua enorme frequência nas igrejas, foi o que o manteve salvo das ameaças anticlericais. A sua entrada na SSVP, segundo as suas memórias, foi o ponto central da sua vida:

“Eu penso, senhores, que não obstante a minha pouca idade, posso ter alguma autoridade no assunto, por mais de doze anos conto nesta milícia sublime. [...] Bendito mil vezes bendito, o dia em que me alistei vicentino.”¹⁹⁴

Além de sua vida como professor catedrático, Furtado de Menezes, sob a forte influência de dom Silvério, também ingressou na vida pública, como candidato à deputado federal em 1909, perdendo o pleito; fundou um partido político, chamado

¹⁹² MENEZES, Frei Alano Porto de. **Furtado de Menezes, Servidor do Pobre**. Uberaba, MG: Editora Vitória, 1994. p.15-30.

¹⁹³ Citado por MENEZES, **Furtado de Menezes...** p. 22-27.

¹⁹⁴ MENEZES, **Furtado de Menezes...** p.41.

“Partido Regenerador” em 1909, em cujo manifesto realizou uma denúncia contra a “candidatura maçônica de Hermes da Fonseca à Presidência da República, aderindo assim à Campanha Civilista de Rui Barbosa nas eleições de 1910; foi prefeito de Águas virtuosas em 1921 e de Araxá em 1924; elegeu-se senador estadual entre 1927 e 1930; deputado federal constituinte em 1933 e deputado federal de 1935 a 1938. Como líder vicentino, além de ter assumido a chefia da SSVP em Ouro Preto, ele também foi o responsável por criar o Conselho Central da SSVP em Belo Horizonte, no ano de 1916, dividindo então o seu tempo, naquele contexto, como professor da escola de Minas e como líder vicentino na Capital. A *Figura 1*, além de ser a foto de capa da biografia de Furtado de Menezes, escrita por Frei Alano, um dos seus filhos, também consta, em tamanho ampliado, no acervo de quadros dos presidentes do Conselho Metropolitano da SSVP em Belo Horizonte.



Figura 2: Joaquim Furtado de Menezes. Fonte: Foto de capa do livro "Furtado de Menezes, servidor do Pobre", de Frei Alano Porto de Menezes O.P.

No entanto, o que nos interessa mais de perto, dentre os vários feitos de da biografia de Furtado de Menezes, foram as suas realizações como líder religioso leigo e filantropo. De fato, foram extensas as dimensões do seu apostolado social. Na capital, ele foi responsável por criar obras de assistência aos presos, associações de assistência à pobreza, aos mendigos, construir moradia para os pobres, criar caixas de subvenção para seminaristas pobres e fundar várias corporações católicas, como a dos médicos,

engenheiros, advogados, dentistas, contabilistas, viajantes, todas com o objetivo comum de prestar às unidades vicentinas e aos seus assistidos os seus serviços profissionais.¹⁹⁵ Como vicentino, as ações empreendidas em Belo Horizonte foram nitidamente notáveis e de grande importância para efervescente militância católica desenvolvida na capital durante os anos 1920 e 1930.

Os pobres e o crescimento urbano em Belo Horizonte

O crescimento populacional ocorrido em Belo Horizonte, no período que tange as décadas de 1910, 1920 e 1930, foi responsável pela intensa ocupação nas áreas suburbanas e coloniais, causando o loteamento dessas regiões e a consequente urbanização desses espaços. Originalmente, o plano da cidade para essas áreas tinha um objetivo centrado em promover a ocupação dos seus arredores com uma população “produtiva e ordeira”, assegurando assim o desenvolvimento dessa região em bases agrárias. Porém, o progressivo crescimento dos subúrbios, com a frequente subdivisão das terras e a construção de habitações que não seguiam os padrões desejados pela Prefeitura e seus urbanistas, acabou por constituir-se como uma desobediência frontal ao traçado implantado pela CCNC em 1894, no início da construção de Belo Horizonte. No entanto, as moradias que iam sendo construídas pelos pobres não representavam um risco apenas no campo estético. Segundo Tito Flávio, as residências operárias foram apontadas pelos administradores públicos e pela imprensa, durante o período de 1895 a 1930, como um risco sanitário devido a fatores como as péssimas condições de ventilação dos cômodos, insuficiente incidência direta de luz solar, ausência de proteção contra a umidade vinda do solo, falta de instalações sanitárias, abastecimento de água precário, entre outros problemas¹⁹⁶Essa situação foi paulatinamente se tornando uma ameaça maior ao modelo urbano da cidade na medida em que o índice populacional se tornava mais elevado. Segundo Berenice Martins Guimarães¹⁹⁷, o crescimento populacional conferido em Belo Horizonte durante as primeiras décadas do século XX resultou em uma evolução de 33.472, em 1910, para 116.981 habitantes, em 1930. Esse

¹⁹⁵ MENEZES, Furtado de Menezes... p.46.

¹⁹⁶ Para mais informações, ver em: AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. 445 f., enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p.181.

¹⁹⁷ GUIMARÃES, Berenice Martins; VALLADARES, Lícia do Prado. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Tese (doutorado) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991. p.130.

alto índice de crescimento populacional veio como algo resultante a dois fatores, segundo Otávio Soares Dulci: a expansão econômica e a consolidação de Belo Horizonte como um centro comercial e industrial, bem como as ligações ferroviárias ligando a capital às regiões do interior do estado e ao Rio de Janeiro, além da abertura de estradas realizadas pelo governo mineiro durante o auge da produção e exportação de café. Além de ser responsável por aumentar a circulação de pessoas e do comércio, essa ampliação das estradas e ferrovias contribuíram de modo determinante para esse crescimento da imigração, com pessoas vindas da região interior de Minas Gerais para a capital¹⁹⁸. Esse processo de êxodo rural foi condicionado pelas constantes secas na região norte de Minas, além do empobrecimento das cidades próximas a Belo Horizonte verificadas naquele contexto, bem como pela simples vinda de pessoas que buscavam tratamento médico na capital ou mesmo que desejam fugir do isolamento do interior. Somando-se a isso, o processo de industrialização pela qual Belo Horizonte passou foi responsável pelo aumento da oferta de postos de trabalho, sobretudo após os anos 1930 nos quais, a partir dos fortes efeitos Crise de 1929, foi efetivado o modelo da “substituição de importações” que colocou as indústrias no centro das intenções da política econômica nacional.

Em uma publicação de 1921, Oliveira Vianna afirmou que Belo Horizonte era uma cidade “vazia”, que estava necessitada de moradores:

“Belo Horizonte é uma admirável cidade do ponto de vista da arquitetura. No meio dessas soberbas edificações, desses belos palácios, dessas avenidas tão amplas, tão claras, tão alegres, tão lindamente arborizadas, não se vê, porém, o homem. É uma cidade deserta: está reclamando transeuntes.”¹⁹⁹

Provavelmente, essa afirmação feita por Oliveira Vianna tenha vindo de sua observação apenas da área circunscrita à zona urbana da cidade, ou no mínimo ele não imaginava que o crescimento populacional, a partir daquele contexto, seria concentrado na borda exterior à Avenida do Contorno. A intensa imigração vinda do interior de Minas para a capital, de acordo com Berenice Martins Guimarães, foi conseqüentemente acompanhada pelo surgimento das companhias imobiliárias que foram responsáveis pelo grande aumento no valor dos terrenos, que tendiam a ficar ainda mais caros na região interna da Avenida do Contorno ou próximo a ela. Essa grave crise de especulação, junto ao notável interesse das autoridades municipais em manter distante da área central da

¹⁹⁸ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.62-63. Citado em: Aguiar, 2006. p.311.

¹⁹⁹ VIANNA, José de Oliveira. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p.42 (O texto original é de 1921). Disponível em: <<
<http://www.brasiliana.com.br/obras/pequenos-estudos-de-psicologia-social>>> Acesso: 24.Jul.2017.

cidade a população pobre e trabalhadora, foi responsável por gerar uma verdadeira batalha pelo espaço urbano entre os trabalhadores e a Prefeitura. De acordo com Berenice Martins Guimarães, os trabalhadores e a sua demanda por moradia contaram com o apoio dos católicos ligados ao Jornal *O Operário* – órgão da Confederação Católica do Trabalho – que se dispuseram a lutar pelos direitos à moradia. Sobre os trabalhadores residentes no Bairro Preto, o jornal escreveu:

“A Prefeitura tem de resolver o magno problema da população desse futuro bairro. Sua população constituída por uma massa de trabalhadores está inquieta porque a sua situação não é definitiva quanto à habitação”²⁰⁰

Como a região central de Belo Horizonte era a que possuía uma maior infraestrutura, com acesso ao saneamento básico e com sistemas de transporte público, acabou se tornando o local preferido pelas elites. Da mesma forma, como os trabalhadores precisam morar próximo aos seus locais de trabalho para evitar gastos com transporte e assim baratear os custos de sobrevivência, tornou-se também necessário estabelecer a sua moradia próxima à área urbana. Durante as obras da cidade, muitos barracões eram improvisados próximos ou junto às edificações e eram alugados para os trabalhadores. Como muitos desses barracões permaneciam funcionando mesmo após os termos das obras, a prefeitura passou a promover frequentes fiscalizações sanitárias e a estabelecer pesados impostos para evitar a proliferação dessas moradias. Diante desse quadro, muitos operários passaram a construir suas residências nas regiões mais próximas à área central, dando origem às ocupações clandestinas e, conseqüentemente, ao surgimento das favelas com suas “cafuas, barracos e barracões”, localizadas principalmente na região do Barroca e da Pedreira Prado Lopes²⁰¹. Essas construções irregulares, construídas sem planejamento, com a ausência de instalações sanitárias e, na maioria dos casos, em lugares não apropriados para a construção de residências, levantaram fortes preocupações nos urbanistas da capital, que reagiram frequentemente exercendo pressões para que a Prefeitura intervisse frente a essa situação.

Todo o processo de ocupação da cidade que ia sendo composto por uma urbanização desordenada, foi se tornando progressivamente um grave problema para as autoridades municipais, estaduais, bem como para os urbanistas mineiros, que temiam uma verdadeira “descaracterização da Cidade Moderna”. Entre 1922 e 1925, a Prefeitura

²⁰⁰ “Pelo Barro Preto”. *O Operário*. Belo Horizonte, 31.Jul.1920.p.1). Citado em: GUIMARÃES, 1991. p.142.

²⁰¹ GUIMARÃES, *Cafuas, barracos e barracões...* p.141.

de Belo Horizonte, junto com o governo do Estado, já havia buscado formas normatizar o processo de subdivisões dos lotes e o surgimento de vilas operárias, procurando estabelecer como critério para as construções a adoção de condições adequadas de higiene e salubridade para todas as moradias, a partir da retomada dos planos da CCNC e do conseqüente desejo de segui-los com mais rigor. As autoridades municipais estabeleceram a Lei n.284, em 10 de outubro de 1924, estabelecendo que todos os projetos de subdivisões de lotes deveriam ser elaborados pela prefeitura, o que tornava bastante oneroso o processo de parcelamento, segundo Tito Flávio.²⁰² Porém, essa estratégia não obteve muito sucesso, dado o descontentamento causado pelos donos das áreas e do corpo técnico de engenheiros, arquitetos e agrimensores que foram prejudicados pelo fechamento desse mercado de trabalho. Em 29 de outubro de 1925, o Conselho Deliberativo alterou essas regras de subdivisão dos terrenos, criando a Lei Municipal n.293:

“Art. 1º A subdivisão em lotes, de terrenos suburbanos, pode ser executadas por profissionais escolhidos pela parte, uma vez que se tenham matriculados na Primeira Diretoria de Obras, mediante apresentação do título legal de habitação e o pagamento da taxa de 20\$000 de matrícula, além do imposto de indústria e profissão.

Art. 2º A Prefeitura cobrará a taxa de \$005 por metro quadrado, pelo estudo e verificação das subdivisões apresentadas à sua aprovação, e a de \$500 por metro corrente pelo serviço de estudo e confecções de plantas para abertura de novas ruas, quando os pedidos dos interessados se refiram exclusivamente a este fim.”²⁰³

Com relação ao problema da moradia dos pobres, o prefeito Flávio dos Santos se dispôs a ceder lotes para a construção de vilas proletárias:

“A prefeitura tem se sentido impotente para impedir que seus terrenos, de vários pontos da cidade, sejam ocupados por cafuas e barracões construídos clandestinamente pela pobreza da cidade. Torna-se pois indispensável a criação de vilas proletárias onde serão definitivamente localizados esses ocupantes atuais de lotes, dos quais, muitos, os da 8ª, 9ª e 12ª seções urbanas (Barroca e Barro Preto), nunca deverão ser concedidos definitivamente para tais habitações. [...] poderá a Prefeitura criar em terreno que possui, denominado “pasto da Prefeitura”, uma grande vila proletária. Em terrenos de sua propriedade, situados atrás do cemitério municipal, fez a Prefeitura, cerca de

²⁰² AGUIAR, **Vastos subúrbios da Nova Capital...** p.361.

²⁰³ Disponível em: << <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1925/30/293/lei-ordinaria-n-293-1925-contem-disposicoes-sobre-a-subdivisao-de-lotes-de-terrenos-suburbanos-e-outros-e-sobre-numeracao-de-casas?q=293>>>. Acesso em 23.Jul.2017.

300 lotes que serão cedidos nas condições que ficarem definitivamente assentadas as vilas proletárias.”²⁰⁴

Em 1924, algumas áreas ocupadas pela população pobre, no caso os quarteirões nº 14 e 15 da VIII seção urbana, foram regularizadas e incluídas na “área operária”²⁰⁵.

A partir dos anos 1930, a Prefeitura manteve maior proximidade sobre as áreas que estavam sendo loteadas, com objetivo de normatizar os padrões de construção que iam sendo empregados. Porém, as preocupações do Município não ocorriam apenas no sentido de manter as suas projeções estéticas sobre a cidade moderna. A questão sanitária e, conseqüentemente, a questão da saúde pública também foi um forte componente ligado às questões sobre como o crescimento urbano deveria ser ordenado²⁰⁶. O decreto 62 de 1930 baixou a seguinte ordem:

“Art. 1º. Nenhuma construção ou reconstrução de obras se fará nas subdivisões denominadas vilas, fora do perímetro da cidade e já aprovadas, sem previa licença da Prefeitura. Parágrafo Único. A licença será dada pela Diretoria de Obras, gratuitamente, à parte interessada mediante pedido verbal e apresentação do título de propriedade, provando o seu domínio ou posse, visado pela Diretoria do Patrimônio, ou então com uma autorização do proprietário do terreno, com firma reconhecida, autorizando gravar o imóvel com benfeitorias. [...]

Art. 7º As construções destinadas a habitação particular deverão ter, pelo menos, um aposento, uma cozinha e um compartimento destinado a instalações sanitárias, este último podendo constituir cômodo isolado.

Art. 8º As construções deverão obedecer aos seguintes dispositivos essenciais:

a) O pé direito mínimo será de três (3) metros, devendo todos os compartimentos possuir abertura para o exterior, que lhes assegurem iluminação conveniente;

b) As paredes internas e externas das habitações, podendo ser construídas de adobos, deverão ser rebocadas e livres de frestas;

c) A cobertura deverá ser de material incombustível;

d) As construções serão assentadas em terreno seco ou artificialmente enxuto, rodeados sempre de terrenos livres.

Art. 9º Quando houver rede de esgoto a instalação sanitária deverá ser feita em cômodo a parte em construção distante pelo menos cinco (5) metros da moradia, e com o mesmo acabamento previsto no art. 8, letras b, c, e d, deste Regulamento.

a) O pé direito poderá ser de dois (2) metros.

²⁰⁴ SANTOS, Flávio Fernandes. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p.51. Disponível em: <<
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>>.
Acesso: 24. Jul. 2017.

²⁰⁵ GUIMARÃES, Cafuas, **barracos e barracões...** p.147.

²⁰⁶ LIMA, Jose Martins de Lima. **Urbanismo em Minas Gerais: olhares de engenheiros, arquitetos, geógrafos e outros planejadores**. (1930-1980). Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de estudos sobre a Cidade.). v. 5, n. 6, 2013. p.170-200.

b) A fossa, feita para tal fim, deverá ser afastada no mínimo, 10 metros da cisterna, poço ou cozinha de onde é retirada a água necessária à moradia. ”²⁰⁷

Paralelamente, a Prefeitura ainda criou em 1930 a Lei nº 363 que estabeleceu um novo zoneamento da cidade: zona central, urbana, suburbana e rural. No entanto, as regiões para as quais a expansão urbana apontava, em sua maioria, eram regiões que ainda não contavam com o atendimento em termos de infraestrutura, saneamento básico e transporte, o que criava um constante ônus para a Prefeitura.

Durante o governo de Otacílio Negrão de Lima na Prefeitura de Belo Horizonte, a cidade entrou em um ritmo maior de modernização. Foram realizadas diversas obras de saneamento, calçamento, canalização dos córregos Arrudas e do Leitão²⁰⁸, além do estímulo dado à ocupação da área central da cidade. Além disso, ocorreu ainda um intenso processo de arborização e de ajardinamento, bem como de uma maior cobertura da limpeza pública, do saneamento (esgoto sanitário e esgoto de águas pluviais) e das obras de calçamento das vias. Foi neste período que o trabalho de reformulação do Plano Urbano de Belo Horizonte se tornou mais abrangente e funcional. Lincoln Continentino, urbanista, professor da Universidade de Minas Gerais – UMG – e integrante da Comissão Técnica e Consultiva da Cidade²⁰⁹, apresentou o seu *Plano de Urbanismo de Belo Horizonte*, em 1935. Sua proposta incidiu sobre a necessidade de reformular o planejamento urbano da cidade, no sentido de sistematizar racionalmente a expansão urbana, com a criação de um novo zoneamento para Belo Horizonte. De acordo com Continentino, “*os planos bem concebidos, orientados em seus princípios econômicos e em altas finalidades de ordem social podem evitar gastos inúteis e impedir que as habitações sejam circundadas por ambientes insalubres*”²¹⁰ Para o urbanista, um plano geral de remodelação e extensão da cidade devia ser concebido a partir de uma sistematização e coordenação de todas as funções municipais, abrangendo assim os

²⁰⁷ Disponível em: << <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1930/7/62/decreto-n-62-1930-regula-as-construcoes-nas-villas-approvadas-pela-prefeitura-fora-do-perimetro-da-cidade?q=62>>> Acesso: 24.Jul.2017.

²⁰⁸ Segundo Berenice Martins Guimarães, às margens desses córregos residiam muitas lavadeiras pobres que reagiram com protestos contra a decisão da Prefeitura de transferi-las para outro local. Ver em: GUIMARÃES, **Cafuas, barracos e barracões...** p.196.

²⁰⁹ De acordo com Berenice Martins Guimarães, essa Comissão foi estabelecida em 1934 com “a função de intermediar a relação entre o povo e a Prefeitura de Belo Horizonte”. Ver em: GUIMARÃES, 1991. p.181.

²¹⁰ CONTINENTINO, 1937, p.222. Citado por: CURY, Paula Balli. Paisagem mental e urbana: a singularidade do bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte. 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto – desafios e perspectivas. Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/183/paisagem-mental-e-urbana-a-singularidade-do-bairro-cidade-jardim-em-belo-horizonte>>> Acesso: 21.Ago.2017.

serviços públicos e todas as atividades urbanas, orientadas pelo progresso material e social da comunidade.²¹¹ Com relação ao problema de ligação entre as áreas que se desenvolveram dentro e fora dos limites estabelecidos pela Avenida do Contorno, Continentino sugeriu a modificação da forma dos quarteirões e o sistema de arruamento das áreas urbanas não utilizadas até então, definindo um sistema de avenidas e artérias de grande tráfego destinadas a ligar o centro urbano às zonas suburbanas, bem como às cidades circunvizinhas e às estradas interestaduais. Segundo Monte-Mór e Paula, embora suas ideias não tenham sido implantadas na sua totalidade, esse retorno do planejamento urbano proposto por Lincoln Continentino foi a mais importante e ampla intervenção urbana realizada em Belo Horizonte depois de sua construção, marcando um novo tempo de planejamento depois de longa dominância do *laissez-faire* que havia produzido um tal quadro de precariedade urbana nas áreas externas à avenida do Contorno.²¹²

Uma Cidade para os Pobres

Vimos assim que a Prefeitura buscou dar uma solução moderna à questão da moradia dos pobres, reorganizando o planejamento urbano e visando garantir as condições de higiene das habitações que eram construídas. No entanto, a situação problemática daqueles que vagavam pelas ruas da região central à procura de esmolas ainda era uma questão importante a ser resolvida, como afirmavam os católicos através do *O Horizonte*. Para os mendigos, a resposta da prefeitura vinha mais frequentemente em duas frentes: o emprego da repressão policial, sobretudo para aqueles que eram acusados de “falsa mendicância”, e à recorrência ao auxílio prestado pelas associações de assistência, afim de cuidar da situação a partir da caridade. Desde 1921, a Prefeitura realizou doações de lotes e áreas, além de ceder subvenções às associações de beneficência que demonstrassem o objetivo de construir casas populares para abrigar a

²¹¹ GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.p.41.

²¹² MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo; PAULA, João Antônio de. **As três invenções de Belo Horizonte**. (texto publicado no endereço eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte) Para mais informações, [ver em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19468&chPlc=19468&viewbusca=s>>](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19468&chPlc=19468&viewbusca=s)

população mendicante, entrando em sintonia com o Decreto 14.813 do Governo Federal do mesmo ano²¹³.

O crescimento populacional ocorrido na capital durante os anos 1920 e 1930, como pode ser visualizado pelas constantes publicações de notícias realizadas pelo jornal *O Horizonte*, também resultaram em um aumento considerável da presença de mendigos em Belo Horizonte. Uma publicação feita em março de 1923, por exemplo, fez a seguinte afirmação:

“Belo Horizonte, façamos justiça, tinha, até bem pouco tempo, um limitado número de pobres, porém, ultimamente o número dos pedintes cresceu de modo a reclamar providencias”²¹⁴.

Os noticiários realizados por essa folha católica, além das reclamações publicadas pelos seus redatores sobre a grande quantidade de miseráveis nas ruas, também realizou incitações às autoridades para que repreendessem a falsa mendicância, assim como dedicou aplausos quando tais medidas eram tomadas pela polícia:

“Providências, sim, porque o negócio já estava passando do uso ao abuso. Qualquer indivíduo punha um rótulo de indigente e saía de sacola em punho a recolher o gotejar os níqueis que derramava a caridade popular. [...] o chefe de polícia ordenou a perseguição dos *voadores*, e promoveu abrigo e conforto para os carcomidos pelas doenças, como estavam a reclamar os sentimentos humanos. Muito bem!”²¹⁵

O jornal também publicou textos que debatiam sobre a natureza da miséria e a necessidade de promover a caridade cristã como forma de dar solução a este caso que frequentemente terminava com exortação encaminhadas aos leitores para que contribuam com as obras de caridade, visando o fim deste cenário na capital. É interessante ressaltar o emprego de uma linguagem excludente por grande parte dos jornalistas que escreveram nesse periódico. Existem muitas sentenças, como “os mendigos enchem nossas ruas”, revelando um determinado lugar de onde se emite esse tipo de fala, cuja defesa parte do pressuposto de que a cidade pertence a um grupo específico de pessoas com suas regras de convivência e de valores, com certos padrões religiosos e materiais. Dentro dessa visão, os pobres e mendigos não teriam assim direito à cidade e sua presença era colocada como uma verdadeira ameaça à família mineira:

“A mendicância como está sendo feita em nossa cidade, põe em perigo a saúde pública. Um número enorme de morféticos,

²¹³ Para mais informações, ver em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14813-20-maio-1921-512353-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 24.Jul.2017.

²¹⁴ “Os mendigos e a polícia”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 03.Mai.1923. p.1

²¹⁵ *O Horizonte*, 03.Mai.1923. p.1. (Os grifos são do autor)

segundo nos informou um ilustre facultativo cerca de 70, estão perambulando pelas ruas, sentando-se nas escadas das casas e das igrejas, em lugares que, momentos depois, serão ocupados por crianças, pedem água e resto de alimentos nas casas, e servem-se de pratos e colheres, canecas, ou copos, que pouco depois irão servir a pessoas da família caridosa, talvez sem a conveniente desinfecção; recebem esmolas em moedas e notas que minutos depois irão às mãos de pessoas sãs, contaminando-as, etc.”²¹⁶

Como maneira de resolver a questão da mendicância em Belo Horizonte, a imprensa católica colocou a Igreja e suas obras de beneficência, bem como as ações caritativas empreendidas pelos leigos, como a principal ferramenta para lidar com “o problema”. Os católicos insistiam para que as autoridades governamentais abrissem espaços e cedessem condições financeiras para que eles desenvolvessem os seus projetos de assistência, colocando-se como ponta de flecha nesse processo. Não havia, de maneira direta, uma cobrança para que a Prefeitura, através dos seus poderes, resolvesse a situação a partir de políticas públicas, mas sim que as autoridades vissem o movimento dos leigos católicos e a caridade cristã como parceiros, colocando em suas mãos às condições para cuidar dos indigentes.

Da outra ponta, a Prefeitura também caminhou na mesma direção, entendendo que o tratamento dos “verdadeiros mendigos” deveria ser empreendido pelas obras de beneficência. Como os vicentinos atuavam com um grupo forte e bem consolidado na cidade, eles receberam muito incentivos financeiros e doações de terrenos para cumprir com esse papel de cuidar dos pobres. Como o número cada vez maior de mendigos circulando pelas ruas do centro da capital, a SSVP acabou se tornando protagonista, naquele contexto, no seu projeto de promover a caridade e com ela dar fim à questão da mendicância, o que também atendia diretamente os interesses municipais. Sobre as dimensões do apostolado social naquele período, Frei Alano Porto de Menezes O.P. concluiu que:

“Em um país ou uma região em que as carências e as necessidades se torna socialmente gritantes, é normal que as demandas e exigências para a prática da caridade cristã se multipliquem, pelo menos, no mesmo ritmo e até mesmo com o desejo de superar esses problemas”²¹⁷

Como veremos, o objetivo traçado pelos vicentinos de superar o problema da mendicância na capital, na medida em que o número de mendigos se tornava cada vez

²¹⁶ “A mendicância”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 03.Mar.1926. p.1.

²¹⁷ MENEZES, *Furtado de Menezes...* p.46.

maior, evoluiu nos anos 1930 para a construção da Cidade Ozanam, obra que foi o maior feito do grupo na capital e muito possivelmente a maior instituição desse gênero no país. Porém, os vicentinos lançaram mão de vários caminhos para tentar conter a presença dos mendigos no centro da capital. A primeira tentativa se deu durante os anos 1920, quando a SSVP resolveu recolher donativos para atender os mendigos em suas casas, evitando que eles saíssem para as ruas:

“A Sociedade de S. Vicente, de acordo com a polícia, está providenciando para que os pobres, que atualmente percorrem a cidade esmolando, recebam em seus domicílios todo o necessário, ficando por isso suprimida da mendicância nas ruas.”²¹⁸

A partir desse projeto, foi criada então por Furtado de Menezes, presidente do Conselho Central da SSVP, a “Comissão de Assistência aos Mendigos”. Segundo Frei Alano Porto de Menezes O.P., essa comissão foi criada por solicitação do então chefe de polícia da capital, Alencar Araripe e se destinava tanto a socorrer os pobres, como de cobrar do governo a repressão da falsa mendicância, combate que era comentado nas reuniões dos vicentinos: “*Fala sobre a obra de Assistência aos Mendigos, dizendo ter agora a polícia resolvido a agir, expulsando da capital todos aqueles pobres que já estão viciados a esmolarem*”²¹⁹. Além de levar mantimento e donativos para os pobres, a Assistência aos Mendigos também se envolveu com a questão da moradia. Segundo Frei Alano,

“[...] era uma questão palpitante, porque o número de famílias que pagavam aluguel, morando em choupanas abomináveis, era enorme e a Assistência aos Mendigos teve de arcar com vários desses compromissos. Cerca de dois mil contos de réis eram gastos, mensalmente, com pagamento de aluguéis para os pobres”²²⁰

Como forma de solucionar mais essa questão, a Prefeitura doou alguns lotes de terra no Floresta para que fossem construídas casas populares. Porém, essas concessões, assim como outras, eram constantemente feitas a título precário. O terreno doado no Floresta veio com a condição de que fossem construídas 12 “casinhas” por ano, até chegarem a um total de 99. A partir desse número, a Associação teria definitivamente a posse dessa área.

Embora as campanhas por donativos percorressem as reuniões e as páginas do *O Horizonte*, a SSVP não conseguiu cumprir o acordo, construindo apenas 20 casas e mais

²¹⁸ “A mendicância”. *O Horizonte*. Belo Horizonte, 17.Fev.1926. p.2.

²¹⁹ Ata da 4ª Sessão Ordinária do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. 13 de março de 1927. (Arquivo do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte).

²²⁰ MENEZES, **Furtado de Menezes...** p.48-49.

duas, uma para servir de escola e outra para residência das professoras. Segundo Frei Alano, ocorreu também a valorização desse terreno, “crescendo na capital os prédios mais luxuosos que começaram a aparecer junto às casinhas”²²¹. A Prefeitura então resolveu trocar o terreno do Floresta por outros, em lugares mais distantes do centro: “*Já foram redigidos pelo prefeito projetos para a construção do terreno que a prefeitura vai doar ao conselho em troca das casas dos pobres no floresta*”²²². A SSVP recebeu um valor de indenização da Prefeitura, além de outros que vieram como donativos, e terrenos na Vila Concórdia²²³, na Pedreira Prado Lopes, no Morro das Pedras e na região do córrego Piteiras.

Além das obras vicentinas, foram construídas na capital, durante os anos 1920 e 1930, obras de outros grupos católicos que também tiveram o objetivo de resolver o problema da mendicância a partir do seu isolamento. O exemplo que mais ganhou repercussão nesse período foi o da construção do chamado “Asilo do Bom Pastor”²²⁴. De acordo com uma publicação do Minas Gerais, em 15 de setembro de 1923:

“Com a presença dos srs. Dom Antônio Cabral, bispo diocesano, Dr. Flávio dos Santos, prefeito da Capital, representantes das Congregações dos Redentoristas, Coração Imaculado de Maria, Verbo Divino, Coração de Jesus, e muitas pessoas gradas entre as quais numerosas senhoras e senhorinhas, inaugurou-se ontem, às 8 e meia, o Asilo do Bom Pastor, no aprazível bairro do Floresta, em dois prédios adaptados provisoriamente ao aludido fim.”²²⁵

Em 1931, a obra foi construída de modo permanente na região do Bairro Nova Suíça²²⁶, tornando-se uma instituição de grande envergadura e foi considerada como “um monumento de arte e de caridade”²²⁷ pela imprensa católica.

²²¹ Segundo Frei Alano, a região das casinhas no Floresta ficou conhecida como “Vila das Viúvas” pela população, devido ao grande número de mulheres que moravam ali com os seus filhos. Porém, o nome oficial dado pela SSVP era o de “Vila Vicentina”. Ver em: MENEZES, 1994. P.48.

²²² Ata da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. 12 de outubro de 1927. (Arquivo do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte).

²²³ Segundo Frei Alano, nos terrenos doados na Vila Concórdia, além da construção das casas para os pobres, que ficaram chamadas em seu conjunto como “Vila Santa Luzia”, também foi construído uma creche chamada “Menino Jesus”, onde foram construídos 60 quatinhos para “abrigar as viúvas e mulheres abandonadas pelos maridos”. Posteriormente, o prédio foi ampliado e foi dividido em duas partes, uma para a creche e a outra passou para o controle da “Corporação de Médicos Católicos”, que construíram ali o Hospital São Francisco de Assis. Ver em: MENEZES, 1994. p.49.

²²⁴ A denominação de “Bom Pastor” para asilos de mendigos feitos por associações católicas é uma característica muito comum entre a criação de obras desse perfil. Existem várias instituições com esse nome em Minas Gerais, bem como em todo Brasil.

²²⁵ “Asilo do Bom Pastor”. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 15.Set.1923. p.3.

²²⁶ No local funciona hoje o colégio Santa Maria, no Bairro Nova Suíça.

²²⁷ “Um monumento de arte e de caridade”. *O Diário*. Belo Horizonte, 09.Out.1935. p.3.

A oportunidade de construir uma grande obra de caridade, adquirida pelos vicentinos, veio durante a década de 1930, sobretudo a partir da prefeitura de Otacílio Negrão de Lima. Diante da crise de habitação promovida pela alta valorização dos terrenos em razão da especulação promovida pelas imobiliárias, junto com as legislações feitas pela Prefeitura com o objetivo de normatizar o crescimento urbano da cidade, a situação dos pobres sem moradia ou daqueles que viviam em suas simples construções, ficavam cada vez mais difícil. Nesse ponto, a SSVP procurou realizar às suas construções de casas para os pobres atendendo tanto a demanda das próprias autoridades municipais, que desejam alocar essas pessoas em lugares distantes do centro da cidade, mas sem perder o padrão das construções, mesmo nos bairros distantes. Furtado de Menezes, com a sua formação em engenharia civil, fazia parte do grupo de técnicos que palpitavam sobre a maneira como o município dever gerir o seu crescimento urbano. Em 1935 ele fundou a “Corporação dos Engenheiros Católicos”, que veiculou como notícia no *O Diário*:

“Fundou-se ontem nesta capital a Corporação de Engenheiros Católicos que se propõe, sob a orientação da Sociedade de São Vicente de Paulo, a desenvolver entre os pobres um movimento de caridade que se ligue mais à sua profissão. A iniciativa do empreendimento teve o Conselho Diocesano da S.S.V. de P. tendo à sua frente o gênio empreendedor do dr. Furtado de Menezes.”²²⁸

A solenidade de fundação contou com nomes como o do engenheiro Júlio Malta, representando o prefeito Otacílio Negrão de Lima; Aníbal Gontijo, pelo Conselho Consultivo da Cidade; Monsenhor João Rodrigues de Oliveira, vigário geral da Arquidiocese, o próprio Furtado de Menezes, que na época era deputado federal; entre inúmeros engenheiros. O objetivo da corporação, além de “criar um laço de amizade entre os profissionais a partir do exercício da caridade”, visava também atender as necessidades técnicas da SSVP na edificação das suas obras, bem como cumprir as exigências sobre as construções civis feitas pela Prefeitura.

De acordo com Frei Alano, com o aumento do número de pobres e das suas necessidades, que eram múltiplas naquele contexto, os vicentinos, tendo a frente Furtado de Menezes, passaram a sonhar com a criação de um bairro à parte da cidade, feito inteiramente para o cuidado com os pobres:

“Para onde seriam transferidas essas famílias. Criar ali uma creche que recebesse as crianças de menos de 7 anos de modo

²²⁸ “Corporação dos Engenheiros Católicos”. *O Diário*. Belo Horizonte, 16.Nov.1935.p.1.

que, pela manhã, as mães entregassem seus filhos e os procurassem à noite, podendo trabalhar durante o dia. Estabelecer ali oficinas de várias profissões que preparassem as crianças para serem amanhã úteis a si mesmas, à Pátria e humanidade. Dar-lhes instrução, educação, conforto, ocupação, sem afastá-las do lar”²²⁹

O sonho vicentino ganhou realidade em 1936, quando o prefeito Otacílio Negrão de Lima, após ter realizado uma viagem à Bahia e de ter conhecido o “Abrigo Redentor”, feito pelos vicentinos baianos para abrigar os mendigos de Salvador, retornou à Belo Horizonte dando declarações sobre a “inatividade dos vicentinos mineiros”. Nessa ocasião, Furtado de Menezes cobrou da Prefeitura que contribuísse então com a doação de terrenos para a construção de uma obra similar²³⁰. No dia 25 de fevereiro de 1937, Furtado de Menezes convocou uma reunião da SSVP belorizontina para dar as boas novas:

“Pelo confrade-presidente foi dito que convocou essa reunião extraordinária para comunicar aos Srs. membros desse Conselho que foi assinado no meio da maior alegria e entusiasmo a escritura da doação por parte da Prefeitura dos terrenos para a Construção da Cidade Ozanam na Vila Manacá. Falando longamente sobre esse acontecimento, o sr. Presidente diz que a construção da Cidade Ozanam vem preencher uma lacuna existente nos serviços da Assistência aos Mendigos dotando-a de habitações confortáveis para a residência de seus pobres e das conferências. Para este consentimento muito concorreu os esforços e a boa vontade do dr. Otacílio Negrão de Lima que, acolhendo com todo o carinho o nosso apelo, vem promovendo os meios para que em breve seja uma realidade a construção da Cidade Ozanam.”²³¹

No pavilhão central onde atualmente funcionam a administração da Cidade Ozanam e o Conselho Metropolitano da SSVP em Belo Horizonte foi encontrado, organizadas em um álbum, um valioso acervo de fotos onde constam os primeiros registros da construção da Cidade Ozanam.

²²⁹ MENEZES, **Furtado de Menezes**... p. 54-55.

²³⁰ MENEZES, Ivo Porto de. Entrevista cedida ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em 31 de agosto de 2012.

²³¹ Ata da reunião extraordinária do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. 25 de fevereiro de 1937. (Arquivo do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte).

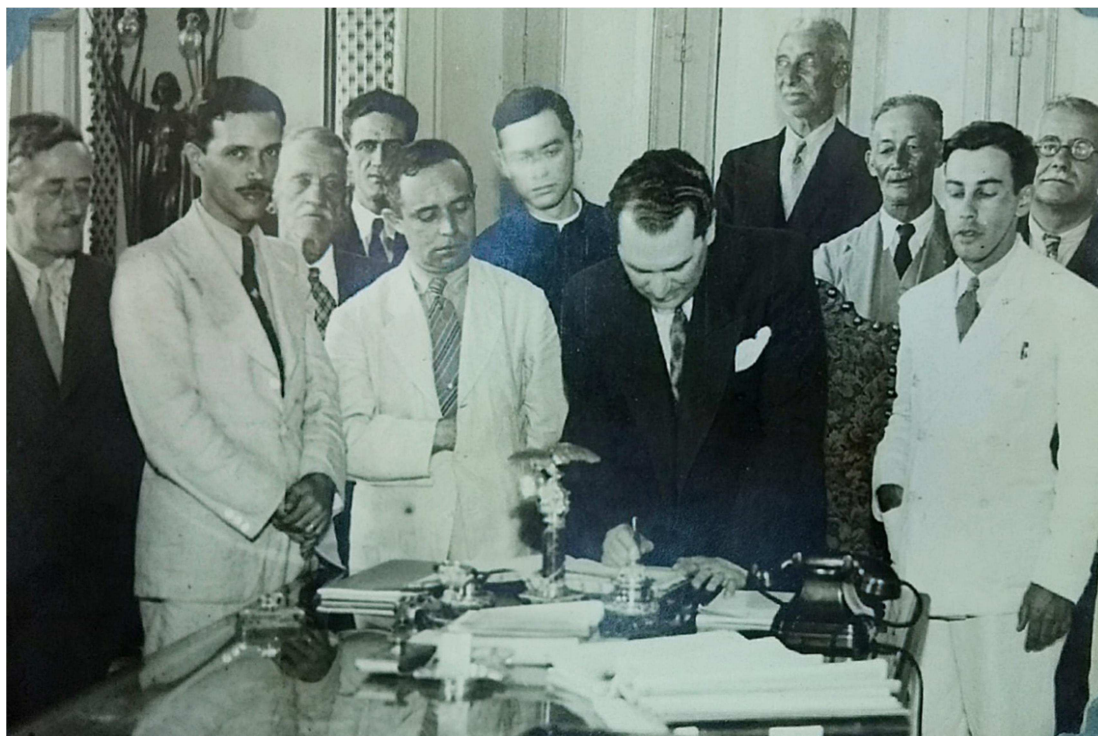


Figura 3. Assinatura do termo de doação do terreno. (Arquivo Fotográfico da Cidade Ozanam).

A *figura 2* identifica o momento da assinatura feita pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima da doação do terreno, rodeado pelos confrades vicentinos que demonstram ampla satisfação pelo momento, assim como foi descrito na Ata de reunião da SSVP em 25 de fevereiro de 1937. Furtado de Menezes, apesar de ter sido o agente principal nas negociações com a Prefeitura, não esteve presente nessa reunião, sendo substituído por Custódio Pinto Coelho²³², então vice-presidente da SSVP belorizontina.

Esse registro marcou uma nova fase na história da SSVP em Belo Horizonte, bem como das fortes relações entre o poder público, o movimento leigo e Igreja Católica, cuja junção de esforços e das suas ideologias comuns deram origem à construção da Cidade Ozanam.

O “fim da mendicância” em Belo Horizonte

O governo de Otacílio Negrão de Lima na Prefeitura de Belo Horizonte foi marcado por dois grandes acontecimentos para a Igreja Católica em Minas Gerais: o Segundo Congresso Eucarístico, sediando em Belo Horizonte em 1936 e a construção da

²³² Apesar de ter sido um integrante importante na hierarquia vicentina de Belo Horizonte, não foi possível encontrar referências fotográficas de Custódio Pinto Coelho, afim de identifica-lo no conjunto fotográfico da Cidade Ozanam.

Cidade Ozanam, inaugurada em 1938. No relatório de sua gestão²³³, referente ao período de 1935 e 1936 e enviado para apreciação de Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, Otacílio Negrão de Lima afirma que todo o esforço da sua administração consistiu em acompanhar os surtos de desenvolvimento “*que animou excepcionalmente a cidade*”. Assim, ele aponta os vários melhoramentos que foram feitos em sua gestão, cujas obras, segundo ele, foram realizadas a partir de uma tríplice orientação de “*conforto, embelezamento e utilidade mediata ou imediata*”, com o objetivo de “*dotar a cidade daqueles recursos de bem-estar individual ou coletivo*”. Afirma, assim, que a sua administração cobriu melhorias com obras de natureza ornamental, de saneamento básico, abertura de estradas, canalização de cursos d’água, entre outros melhoramentos. Porém, com relação aos pobres e demais necessitados, Otacílio Negrão de Lima aponta que a participação da Prefeitura se fez a partir do auxílio material dado às instituições beneméritas, “*estimulando as iniciativas particulares*”. Várias entidades receberam, de fato, ajuda do Município, como a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital São Lucas, para qual foram concedidos lotes na 9ª seção urbana para sua construção, além de prestar auxílios a outros hospitais da capital, bem como várias associações como o Centro das Chauffeurs, a União Síria, a Sociedade Beneficente de Belo Horizonte, a Sociedade Mineira de Proteção aos Lázarus, entre outras.²³⁴ Dentre os “favores” concedidos pela Prefeitura às instituições de beneficência, Otacílio Negrão de Lima destacou em seu relatório o apoio dado à SSVP para a construção da Cidade Ozanam:

“Como auxílio à Sociedade São Vicente de Paulo, a Prefeitura vem amparando e patrocinando à construção da Cidade Ozanam, colônia de mendigos, nas proximidades da Vila Renascença. Realizou-se concorrência pública para a edificação de uma parte do projeto, no valor aproximado de 700 contos de réis. Como fiadora, a Prefeitura assistiu à concorrência a assinou o contrato”²³⁵

De acordo com os dados existentes no “1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte”, foram doados:

“209 lotes de terras, situados na “Vila Manacá”, sendo os seguintes: 03, 04, 06, 07 e 09 do quarteirão 01; 04 a 09 do quarteirão 02; 01 a 10 do quarteirão 03; 01 a 10 do quarteirão

²³³ Relatório apresentado ao S. Ex. o Sr. Governador Benedito Valadares Ribeiro pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais. 1937. Disponível em: <<
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>>
Acesso: 26.Jul.2017.

²³⁴ LIMA, Otacílio Negrão. Relatórios do Prefeito: 1935-1936. p.21.

²³⁵ LIMA, Otacílio Negrão. Relatórios do Prefeito: 1935-1936. p.23.

04; 01 a 09 do quarteirão 05; 01 a 09 do quarteirão 06; 02 e 11 a 23 do quarteirão 07; 01 a 10, 12 a 17, 19, 20, 21, 23, 26 e 27 do quarteirão 08; 06 a 10, 22 e 23 do quarteirão 09; 01 a 24 do quarteirão 10; 01 a 21 do quarteirão 11; 01 a 25 do quarteirão 12; 01 a 30 do quarteirão 13; e 01 a 07 do quarteirão 14, tendo cada um dos lotes referidos, área, limites e confrontações constantes da planta respectiva; e um barracão edificado em um lote do quarteirão 07.”²³⁶

Como pode ser visualizado, a extensão da área cedida para a construção da Cidade Ozanam tem dimensões de um bairro, com as condições sonhadas pelos vicentinos para realizarem o seu grande projeto.²³⁷ Porém, a cessão do terreno, assim como no caso de várias doações de lotes feitos pela Prefeitura às associações, ocorreu novamente à título precário:

“Condições do Contrato: O imóvel cedido é para que nele se construa a cidade dos pobres, denominada “Cidade Ozanam”, não podendo ser-lhe dado destino diferente. No caso de ser desvirtuada de qualquer maneira, a finalidade desta cessão, todo o terreno cedido, com as bemfeitorias, instalações e dependências, que houver, reverterá de pleno direito ao domínio da outorgante, independente de qualquer interpelação. [...]”²³⁸

Além da doação dos terrenos, o Município ainda contribuiu com auxílio em apólices, no valor de 200 contos de réis, e com a cessão dos serviços iniciais da obra, como a terraplanagem das ruas, calçamentos e serviços de água e esgoto, instalação da iluminação pública, além da preparação de terras para o pomar e horticultura.²³⁹

²³⁶ 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte: Registro: 7.169; Livro: 3-G; Folha; 309; Ficha: 01F.

²³⁷ De acordo com Custódio Pinto Coelho, vice-presidente da SSVP de Belo Horizonte no período: “Finalmente, pois, que enche de entusiasmo, a todos quantos se vêem entregado à sua realização (Cidade Ozanam) porque, atingindo a mesma, serão concentrados em uma única zona estes pobres infelizes que andam, por aí, ao léu da sorte. COELHO, Custódio Pinto. Entrevista ao *O Diário*. Belo Horizonte, 24.Jan.1937. p.9.

²³⁸ 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

²³⁹ LIMA, Otacílio Negrão. Relatórios do Prefeito: 1935-1936. p.23.



Figura 4. Serviço de terraplanagem e abertura de ruas. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)



Figura 5. Instalação da rede de esgoto. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

As figuras 3 e 4 que identificam a condução desses serviços pela Prefeitura são imagens que constam tanto no acervo fotográfico da Cidade Ozanam, quanto no relatório do prefeito Otacílio Negrão de Lima, enviado para apreciação do então governador Benedito Valadares. Como fotografias “oficiais” e como base na maneira como elas foram apresentadas no texto do relatório da prefeitura, as obras da Cidade

Ozanam foram alocadas dentro do conjunto de melhoramentos realizados pela Prefeitura durante a gestão de Otacílio Negrão de Lima. Assim, as figuras 3 e 4 apresentam como linguagem fotográfica o objetivo de identificar os progressos realizados pelo Prefeito, assim como a identificação da obra vicentina como a de um serviço essencial dentre outros exercidos pelo Município com o propósito da modernização da cidade.

Otacílio Negrão de Lima, ainda em seus os relatórios, afirmou que a construção da Cidade Ozanam contou também com uma grande mobilização da sociedade belorizontina, como a população em geral, os bancos, associações diversas como rádios e jornais, contribuindo com “valerosos donativos”. Destaca ainda que “*a esse movimento não ficou indiferente toda a classe estudantil dos ginásios e grupos escolares, que, na medida do possível, emprestou o seu pequeno, mas confortados auxílios*”. Apesar de não conter a identificação sobre os doadores, a figura n.5, dentre o acervo fotográfico, representa o intenso envolvimento da sociedade mineira no esforço de construção da Cidade Ozanam. Houve de fato uma grande campanha, lideradas pelo *O Diário* e pelo protagonismo de Geny Negrão de Lima²⁴⁰ para arrecadar desde donativos até materiais de construção para o empreendimento da obra vicentina.

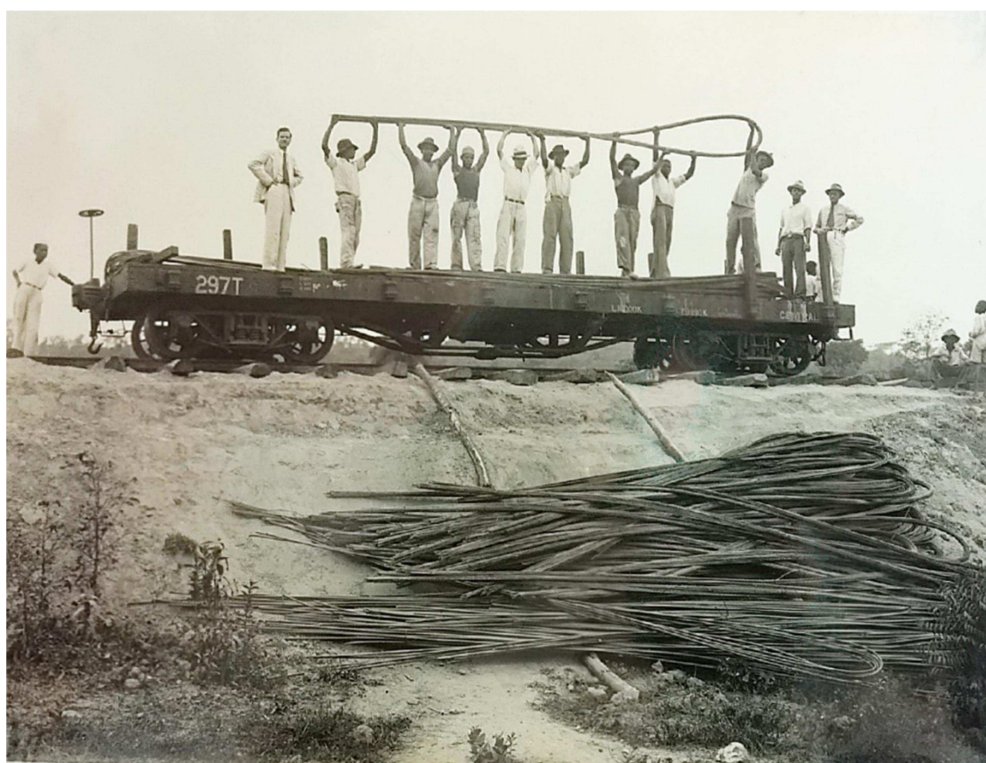


Figura 6. Primeiro vagão: doação de ferros. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

²⁴⁰ Segundo informações disponibilizadas no site da Cidade Ozanam: <<http://www.cidadeozanam.org.br>>. Acesso: 25. Ago. 2017.

O Jornal católico *O Diário* foi sem dúvidas um grande divulgador e entusiasta da construção da cidade dos pobres. A partir das primeiras notícias sobre a instalação da Cidade Ozanam, os esforços para a construção da obra apareceram com frequência nas páginas do jornal, com constantes elogios e exortações para que os católicos leitores se interessassem e contribuíssem para a edificação “*da mais magnífica das obras*”. As expectativas geradas pelo jornal, bem como dos confrades vicentinos, eram de que a obra resolvesse o problema da mendicância exclusivamente na Capital e, para isso, eram necessárias as ações da polícia e da sociedade, assim como era importante também evitar a vinda de indigentes das cidades do interior. De acordo com Custódio Pinto Coelho, em entrevista ao *O Diário*:

“Um assunto puxa o outro. Daí perguntamos ao dr. Custódio Pinto Coelho: – Que pensa o senhor sobre a mendicância? – Em que pese a opinião contrária da imprensa, sempre solícita às reclamações que lhes são levadas, tenho para mim, através do trato quotidiano com o pobre, que o problema da mendicância em nosso meio, ainda muito precisa ser expurgado pela polícia.[...]Se todos os habitantes de Belo Horizonte negarem aos pedintes sistematicamente esmolas em suas portas, encaminhando-os à Sociedade São Vicente de Paulo, e a polícia cumprisse, rigorosamente, as ordens emanadas das autoridades superiores, o problema da mendicância não floresceria tão exuberantemente como aqui se constata. Mas, a generosidade mal compreendida de uns e o não cumprimento do dever por parte de outros, concorre para fomentar a malandragem e a vinda de pobres do interior, de outros municípios, cujos prefeitos e delegados de polícia, são de uma solicitude ímpar, para darem um passe da estrada de ferro a um indigente, com o intuito de se ver livre deles.”²⁴¹

Ainda sobre essa problemática da vinda de mendigos das cidades do interior, Custódio Pinto Coelho afirmou que a Cidade Ozanam deveria abrigar apenas os mendigos que comprovassem o mínimo dois anos de residência em Belo Horizonte, sugerindo ainda que era dever dos prefeitos do interior imitarem o feito de Belo Horizonte, criando suas próprias versões da Cidade Ozanam.

Várias solenidades marcaram as etapas de construção e instalação da grande obra vicentina. A primeira delas ocorreu no dia 31 de março de 1938, quando chegaram à Belo Horizonte, vindas do “noturno carioca”, as irmãs de Cristo Crucificado, a quem foi entregue a administração da Cidade Ozanam²⁴². Foi organizada uma comitiva para

²⁴¹ COELHO. Custódio Pinto, 1937. p.9.

²⁴² “Pelo noturno carioca chegam hoje à Belo Horizonte as irmãs que dirigiram a Cidade Ozanam”. *O Diário*. Belo Horizonte, 31.Mar.1938. p.1.

receber às irmãs e levá-las para conhecer às instalações da *Cidadinha*, composta por Furtado de Menezes e Geny Negrão de Lima, dentre outras pessoas. A maquete da Cidade Ozanam, figura n. 6²⁴³, ficou em exposição na “Feira de amostra”, onde foi visitada pela população e pelas autoridades mineiras, dentre as quais é possível identificar, no centro da imagem, rodeado por assessores e por pessoas que visitavam a maquete naquele instante, a presença de Benedito Valadares.



Figura 7. Exposição da maquete da Cidade Ozanam. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

A Cidade Ozanam foi instalada em 08 de abril de 1938, em um “Domingo da Paixão” e, por isso, segundo *O Diário*, não teve cunho festivo. No entanto, a Prefeitura forneceu transporte para a população ir à Cidade Ozanam, onde foi celebrada uma missa pelo Arcebispo Dom Cabral, figura n.8, e foram abençoados o pavilhão central, o armazém e 35 casinhas, das quais a construção foi doada por várias personalidades das esferas política, empresarial e religiosa, e da sociedade em geral, como Benedito Valadares, Otacílio Negrão de Lima, Israel Pinheiro, Cristiano Machado, Furtado de Menezes, Empresa “Melhoramentos Municipais”, “Barbosa Melo & Scarpeli”, “Barbará S.A.”, Colégio Arnaldo”, “Caixa Económica Federal”, Berenice Martins Prates, Pe. Álvaro Negromonte, várias conferências vicentinas²⁴⁴ como a de Santo Antônio, Sagrada

²⁴³ A figura n.6 foi recentemente utilizada em uma publicação avulsa de aniversário da Cidade Ozanam, em agosto de 2014, como um dos marcos de nascimento dessa obra vicentina

²⁴⁴ Houve um pedido direto feito por Furtado de Menezes, na condição de presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, para cada conferência tivesse na Cidade Ozanam ao menos uma

Família, Jesus Eucarístico, Jesus Ressuscitado, entre outros. Para cada um desses nomes, foi colocada uma placa, tendo cada uma sido abençoada por Dom Cabral.



Figura 8. Casa doada pelo dr. Joaquim Furtado de Menezes. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)



Figura 9. Bênção das Casas. (Arquivo Fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

A figura n. 7, que identifica a casinha doada por Furtado de Menezes, é a única, dentre as demais casas doadas, que possui um registro no acervo fotográfico da Cidade

habitação construída à sua custa. Ver em: Ata da sessão extraordinária do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. 25 de fevereiro 1937. (Arquivo do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte).

Ozanam. Em destaque, acima da janela, é possível visualizar a plaquinha identificando o nome do confrade Menezes. Esse dispositivo de identificação dos doadores, afixado em cada uma das 35 casinhas, sinalizam, de certa forma, para o objetivo de identificar a Cidade Ozanam como uma obra realizada pela sociedade mineira, na qual os vicentinos se colocaram como ponto de encontro para o espírito de caridade que estaria então presente entre a população de Belo Horizonte. Algo que é reforçado pela figura n.8, cujo registro apresenta a nata da militância católica na cidade, tendo do lado direito, Dom Cabral, a esquerda o grupo de vicentinos liderado por Furtado de Menezes, e no centro as esposas do prefeito Otacílio Negrão de Lima e do Governador Benedito Valadares, Geny Negrão de Lima e Odete Valadares, respectivamente. Na figura n.8 pode ainda ser visualizado, com base no posicionamento dos integrantes da imagem, o objetivo de identificar a liderança católica de Belo Horizonte, tendo ao fundo a Cidade Ozanam como a sua grande realização e como um marco do catolicismo mineiro.

No dia 29 de junho de 1937, outra solenidade marcou o lançamento e a benção da Pedra fundamental da Cidade Ozanam, contando com a participação das diversas autoridades que contribuíram para o desenvolvimento da obra de Caridade. Sob uma tolda armada nos terrenos da Vila Manacá, com a presença do Arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral, de Furtado de Menezes, das esposas do governador do estado e do prefeito de Belo Horizonte, Odete Valadares e Geny Negrão de Lima, respectivamente, além de várias autoridades municipais, estaduais, e policiais, além de outras,

“Teve lugar a benção pelo Exmo. Sr. Arcebispo da pedra fundamental da Cidade Ozanam, na qual foi incluída uma urna contendo um exemplar desta ata, jornais do dia, fotografias e mais documentos relativos à Cidade Ozanam. Após a benção e fechamento da urna, esta pedra seria lançada no lugar próprio e fechada com cimento pelas principais autoridades presentes”²⁴⁵

A figura n.9 registra o momento em que as primeiras pás de cimento são colocadas para fixar a pedra fundamental da Cidade Ozanam. Segundo as legendas presentes no álbum fotográfico, o Arcebispo Dom Cabral foi o primeiro a colocar a pá de cimento e Odete Valadares foi a segunda. No entanto, o ponto mais importante é o fato de que a pedra fundamental abriga uma urna contendo registros fotográficos, jornalísticos, assim como a ata original que documentou aquele episódio. Com base nessas informações é possível perceber, novamente, que a Cidade Ozanam foi concebida a partir de uma grande expectativa por parte da militância católica daquele contexto. A linguagem fotográfica

²⁴⁵ Cópia da Ata da benção e lançamento da pedra fundamental do pavilhão central da “Cidade Ozanam”. 29 de Junho de 1937. (Arquivo do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte).

contida nessas imagens revela uma intenção que, de certa forma, aponta para um futuro imaginado, no qual a questão da mendicância teria sido resolvida com a caridade e através da presença marcante do catolicismo em Belo Horizonte.²⁴⁶



Figura 10. Dom Cabral e Odete Valares colocam as primeiras pás de cimento. (Arquivo Fotográfico da Cidade Ozanam - 1937).

Finalmente, a festa de inauguração da Cidade Ozanam ocorreu no dia 24 de julho de 1938, na presença de mais de duas mil pessoas, transportadas para lá por ônibus e trens especiais.²⁴⁷ A solenidade contou com uma missa campal, realizada por Dom Cabral no espaço onde seria construído o Santuário de São Vicente de Paulo, que também teve a sua pedra fundamental abençoada pelo bispo. A grande cobertura dada pelo jornal *O Diário* tratou o evento como o da elevação “do grandioso monumento cristão da assistência social, que o espírito da gente mineira edificou às portas de sua metrópole como expressão excelsa de sua bondade”²⁴⁸. Segundo o jornal, vieram vicentinos do Brasil inteiro para participar da solenidade de inauguração da *Vila Vicentina*. A figura n.10 apresenta o registro da chegada do grande contingente de

²⁴⁶ As informações sobre a urna enterrada junto a pedra fundamental da construção da Cidade Ozanam, encontradas por este pesquisador durante a leitura do acervo de atas da SSVP, não eram conhecidas pelos administradores da instituição.

²⁴⁷ MENEZES, **Furtado de Menezes**... p.56.

²⁴⁸ “A Cidade Ozanam, monumento de caridade do povo mineiro, será hoje inaugurada”. *O Diário*. Belo Horizonte, 24.Jul.1938.

vicentinos que vieram prestigiar a solenidade de inauguração da Cidade Ozanam. Nessa fotografia é possível visualizar que o público, após desembarcar do trem na estação, era ainda levado em carrocerias de caminhões para a festa de inauguração.



Figura 11. Trem trazendo pessoas para a festa de inauguração. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

Após a festa de inauguração, aconteceu ainda, segundo *O Diário*, uma grande assembleia vicentina na Escola Normal, contando com a presença de Alfredo Russel, presidente do Conselho Supremo da SSVP. A sessão foi aberta por Furtado de Menezes, que deu boas-vindas aos confrades presentes, “*vindos de todos os pontos do país compartilhar das alegrias vicentinas que embalam a nossa cidade*”. Segundo o jornal, o assunto primordial que pairou sob essa grande reunião, motivo central da assembleia, foi o “*eterno problema da mendicância e o problema das crianças desamparadas*”. Foram feitos vários comentários, porém o grande destaque foi o discurso de Furtado de Menezes e sua tese de que era possível resolver o problema da indigência, colocando os pobres ao abrigo da miséria:

“Nesse trabalho magistral, completo, o problema da mendicância é tratado nas suas mais sutis particularidades e encarado com objetividade prática, dentro do espírito vicentino, que traçará as diretrizes à assistência na cidade dos pobres.”²⁴⁹

²⁴⁹ MENEZES, Furtado de. Assembleia Geral dos vicentinos. *O Diário*. Belo Horizonte, 24.Jul.1938. p.1.

Nesse discurso proferido por Furtado de Menezes, podem ser visualizados tanto o norte das estratégias dos vicentinos em promover a assistência aos pobres, fator que dá concretude às razões mais essenciais postas pela SSVV sobre ela mesma, quanto a posição das autoridades públicas que sob os auspícios do liberalismo, delegaram a responsabilidade de cuidar da situação dos miseráveis urbanos às iniciativas particulares, cedendo condições materiais para assim cumprirem com a sua doutrina de caridade cristã. Através dessas ações caritativas, as instituições fortaleceram o seu discurso ideológico, como no caso da *Ação Católica* e de sua imagem perante a sociedade, da qual ela desejava conquistar as mentes e os corações, causando o “crescimento do seu rebanho”.



Figura 12. Visita de Getúlio Vargas. (Arquivo fotográfico da Cidade Ozanam - 1937)

A figura n.11 também é uma das fotografias que compõem o acervo presente na Cidade Ozanam. Porém, diferente das outras, ela não possui nenhuma legenda ou informação através qual seja seguro construir, de maneira precisa, qualquer afirmação sobre ela. A imagem, no entanto, apresenta uma possível visita feita por Getúlio Vargas, que pode ser visualizado no centro da fotografia, às instalações da Cidade Ozanam, acompanhado por Benedito Valadares e por Otacílio Negrão de Lima, em sua

passagem por Belo Horizonte em julho de 1938, de onde ele seguiu posteriormente para Ouro Preto, para a solenidade de transladação das cinzas dos Inconfidentes.²⁵⁰

Belo Horizonte e o seu corpo administrativo, naquele contexto, encontraram na Cidade Ozanam uma ferramenta essencial para prosseguir no projeto de modernidade, dando aos mendigos um espaço a parte, com moradias confortáveis e higiênicas, onde eles teriam a possibilidade de tornarem seres “limpos e produtivos”. A mendicância, categorizada frequentemente pela imprensa católica como um poluente na área nobre da cidade e, nesse sentido, como “sujeira”, condicionavam, dentro dessa visão, um aspecto de desordem nesse espaço urbano. Eliminar a presença dos indigentes não representaria, portanto, um esforço negativo, mas positivo, considerando que o objetivo era a organização. Para Bauman, essa própria distinção entre pureza e imundice é que cria a própria possibilidade de uma determinada parte do mundo natural ser “limpa” ou “suja”. Assim, o sonho da pureza parte da visão de que os lugares das coisas obedecem a uma determinada ordem, sendo que o seu oposto – o sujo, o imundo, o mendigo etc. – são as coisas “fora do lugar”. Não seriam então as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas” ou “limpas”, mas “tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza”²⁵¹.

Em *Solidão dos moribundos*, Nibert Elias²⁵² aponta, por sua vez, que as sociedades modernas apresentam, como fraqueza, uma grande dificuldade entre as pessoas de se relacionar com os doentes e velhos, característica predominante também em relação aos mendigos. Enquanto nas sociedades antigas as multidões de mendigos, aleijados e doentes de toda natureza eram paisagens comuns, o avanço do “surto civilizador” foi o responsável pela mudança de comportamento das sociedades modernas em relação aos necessitados, enfermos e idosos, reverberando, em grande medida, na dificuldade que as pessoas apresentam em lidar com a morte. O infortúnio do outro representa o perigo imediato de sermos também atingidos pelo mesmo mal. Por isso, o desconforto, “o bloqueio de palavras”. Dessa maneira, os hospitais e asilos se tornam uma ferramenta, com rotinas institucionalizadas, importante para distanciar e isolar os moribundos. Tornando assim distante dos olhos da comunidade dos “vivos e saudáveis”

²⁵⁰ “Desde ontem Minas hospeda o Presidente da República”. *O Diário*. Belo Horizonte, 15.Jul.1938. p.1.

²⁵¹ BAUMAN, Zygmunt. *O sonho da Pureza*. In: *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 14.

²⁵² ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos; seguido de, Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 23.

a visão antecipada de sua própria morte, sofrimento ou miséria. Michel Foucault aponta outra importante mudança entre as sociedades antigas e modernas: enquanto naquelas os hospitais e asilos eram tidos como “morredouros”, ou seja, espaços destinados à assistência espiritual dos pobres e desvalidos, cujo serviço estava em garantir à salvação destas almas, as instituições hospitalares modernas, a partir do século XVIII, passam a conceber-se como instrumentos de cura²⁵³, com o sentido de retornar os indivíduos ao seu estado de saúde, e as suas funções dentro da sociedade. Assim essas instituições asilares, possuem como fortes componentes, segundo Foucault, a disciplina como forma de organizar o espaço físico e o corpo dos assistidos, que devem assim passar por procedimentos técnicos como o controle dos gestos, hábitos e do tempo, visando gerir a vida dos homens com o objetivo de corrigir e aperfeiçoá-los, tornando-os dóceis social e politicamente. Em amplo sentido, a Cidade Ozanam apresentou como orientação do seu funcionamento a ideia em torno da recuperação dos mendigos com base no seu distanciamento para um bairro próprio e de uma assistência social baseada no disciplinamento dos costumes. A caridade oferecida aos pobres foi assim baseada numa economia moral, cujos valores estiveram assentados tanto nos princípios regrados pela doutrina católica, quanto no mundo do trabalho. Com base nessa ideologia, a civilização do mendigo passava então, necessariamente, pela sua higienização, catolicização e aquisição de um corpo disciplinado para o trabalho produtivo, passando assim de uma situação de “desvalido” para uma de valor, segundo os interesses e valores da sociedade burguesa.

Completando o funcionamento da Cidade Ozanam, uma engrenagem importante foi, sem dúvidas, localizada na polícia e o seu objetivo de recolher os mendigos e realizar sua triagem entre os “falsos” e os “verdadeiros” necessitados. O prefeito Otacílio Negrão de Lima deu instruções à polícia sobre o encaminhamento dos mendigos para a Cidade Ozanam. Nesse sentido, foi publicado, no *Minas Gerais*, o ofício do Chefe de Polícia, Ernesto Dornelles, respondendo a solicitação do prefeito:

“Tenho o prazer de levar ao conhecimento de v. Excia. que, em data de 22 do corrente, expedi uma portaria organizando nesta Chefia os serviços de Assistência, Fiscalização e Repressão à Mendicância e Vadiagem e Encaminhamento de Menores Abandonados. De conformidade com a mencionada portaria, o serviço compreenderá o fichamento e identificação de indigentes, mendigos, vadios e menores abandonados. Para o serviço de fichamento de mendigo foi estabelecido a ficha sob n. 1, na qual é investigada a sua vida anterior até o momento de sua

²⁵³ Ver em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 109.

reclusão. O mesmo processo é adotado em relação a menores vadios[...]"

A portaria baixada pela chefia de polícia foi a seguinte:

"[...]O chefe de polícia do estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições: considerando a necessidade de auxiliar com eficiência os órgãos encarregados de ampliar a legislação referente à assistência, fiscalização e repressão a mendicância, vadiagem e encaminhamento, de menores abandonados, resolve: I – Fica organizado, na chefia de polícia, o serviço de Assistência, Fiscaliza[...]. II – O serviço, até que seja privativo de uma delegacia especializada será superintendido pela delegacia auxiliar; III – O serviço compreenderá – fichamento e identificação de indigentes, mendigos e menores abandonados, e o encaminhamento dos mesmos a asilos, hospitais e institutos de regeneração e profissionais; IV – A delegacia iniciará imediatamente o fichamento de todo aquele que for encontrado mendigando e verificará se não se trata de falso mendigo; V – Em se tratando de pessoa incapaz para o trabalho e sem parentes que possa prover a sua subsistência, a delegacia promoverá a internação em asilo ou hospital; VI – Se o incapaz menor tiver parentes ou recursos fora da capital, a delegacia providenciará o transporte para a localidades da residência daqueles ou para onde possuam recursos; VII – Anexo a delegacia encarregada deste serviço, ficará a de transporte de indigentes, sujeitos a fichamento; VIII – A delegacia manterá em dia e ordem o arquivamento das fichas e demais papéis. Regula-se e cumpre-se, Belo Horizonte, 22 de maio de 1937. O chefe de polícia Ernesto Dorneles."²⁵⁴

Para o cumprimento dessa portaria foi feito, ainda, um contrato entre a Prefeitura e o Hospital São Vicente no qual foram contratados 200 leitos "*a razão de 3\$000 por doente-dia*"²⁵⁵ que foram colocados à disposição da polícia. Segundo Otacílio Negrão de Lima, em seus relatórios, esse serviço ficou nomeado como "tratamento de indigentes" e foi complementado com a criação de um albergue noturno, por iniciativa de Ernesto Dorneles, para onde seriam levados os mendigos que fossem apanhados "perambulando" pelas ruas.

²⁵⁴ "A chefia de polícia vai prestigiar as finalidades da Cidade Ozanam". O Diário. Belo Horizonte, 22 Mai. 1937. p.1

²⁵⁵ LIMA, Otacílio Negrão. Relatórios do Prefeito: 1935-1936. p.24.

O líter humano e a fábrica de “transformar mendigos em gente”

Em um artigo publicado em 1938, no dia 25 de janeiro, texto que inspirou originalmente essa dissertação, Monteiro Lobato através do seu elogio à construção da Cidade Ozanam, elaborou conjuntamente um leque de adjetivações sobre a figura do mendigo. Entre os termos usados pelo autor estão o de “mendicalha”, “não-humanizado”, “ferida social”, “sujeira”, “resíduo demográfico”, “lixo das grandes cidades”, “não higiênico”, “líter humano” etc. esse conjunto de derivações sobre um único termo – o mendigo – foram empregados, no entanto, com base no seu objetivo central de evocar o sentido funcional da Cidade Ozanam: ser uma fábrica de “transformar mendigos em gente”. Todas essas figuras de linguagem usadas por Monteiro Lobato demonstram tanto a sua visão sobre os mendigos, quanto a sua satisfação em reconhecer que a questão da mendicância poderia ser revolvida “de modo inteligente”:

“O mendigo é um produto residual das cidades. Assim, como na indústria do algodão sobeja o líter, resto último da matéria prima trabalhada, assim os agrupamentos humanos produzem a mendicalha, líter demográfico. Mas por que motivo não proceder com a mendicalha com o modo inteligente com que os industriais procedem com o líter? Se as fábricas industrializam o líter, por que não hão as cidades de “humanizar” a mendicalha [...] o líter humano será retirado da cidade e localizado na verdadeira usina de transformar mendigos em gente, que é a Cidade Ozanam.”²⁵⁶

Para Monteiro Lobato, a Cidade Ozanam era um vivo desdobramento do espírito moderno dos cidadãos de Belo Horizonte – *cidade tão linda e tão certa* – que buscou através da *maneira mais inteligente* solucionar à questão da mendicância. Para o escritor, todas as grandes cidades, acostumadas a *deixar que os seus mendigos sigam com o seu destino residual*, deveriam seguir o exemplo mineiro, dando humanidade à mendicância:

No dia em que a lição mineira for meditada e todas as nossas cidades tiverem como apêndice a cidadezinha dos pobres, humaníssimo disfarce de usina recuperadora de resíduos demográficos, a terrível e dolorosa chaga gemebunda da mendicância estará curada. Minas docet”²⁵⁷

²⁵⁶ LOBATO, Monteiro. “Ozanam, a cidade dos pobres”. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 25.Jan.1938. p.4.

²⁵⁷ LOBATO, 1938. p.4.

Assim, ao contrário de manter os indigentes em asilos, a novidade mineira residiria na estratégia de erguer uma cidade a parte para tratar os pobres e assim reintegrá-los, sadios e humanizados, ao convívio dos cidadãos da “cidade normal”.

De acordo com Sandra Lencioni²⁵⁸, dentre as principais definições contidas no conceito de “cidade” está o significado de aglomeração de pessoas e de habitações advindas como um produto social das relações humanas. Como base nessa leitura, podemos visualizar que a escolha do termo “Cidade” ao invés de “Vila”, elemento mais comum em Belo Horizonte para designar habitações de pobres, foi antes de tudo uma parte essencial do projeto da Ozanam, cujo planejamento esteve além de empreender o asilamento dos mendigos.

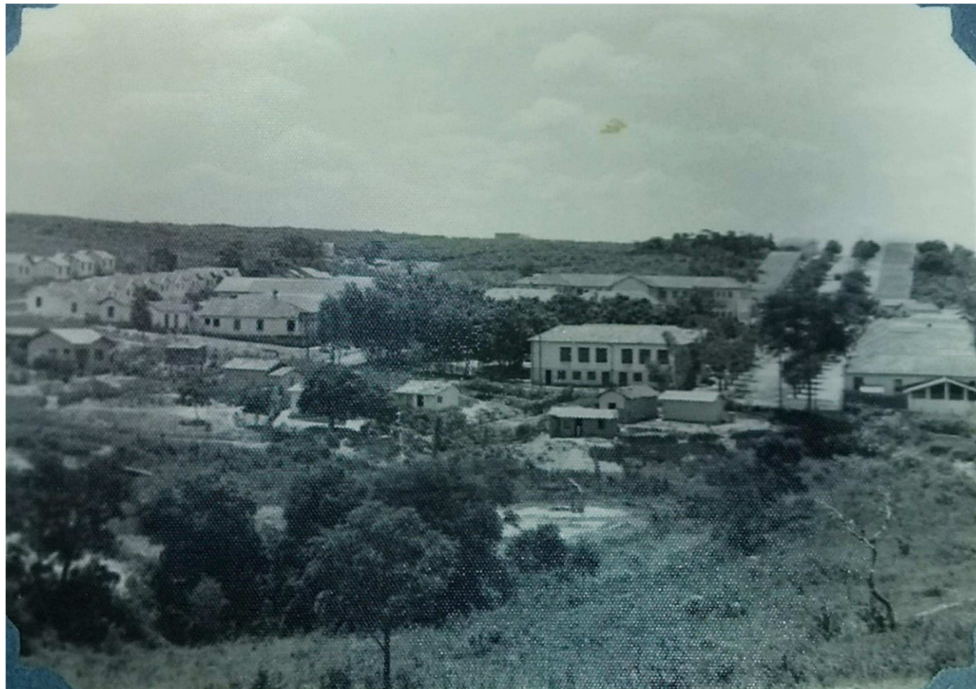


Figura 13. Vista da Cidade Ozanam. *Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.*

Como pode ser visualizado na figura n.12, a “vista da Cidade Ozanam” podia ser de fato, naquele contexto, percebida como uma “cidade a parte” de Belo Horizonte, tendo o seu conjunto de casinhas e de prédios administrativos formando um núcleo urbano rodeado por uma região que ainda não havia passado pelo processo de ocupação e de urbanização. Em um texto escrito em 1954²⁵⁹, pela Irmã Margarida Schimidt

²⁵⁸ LENCIONI. Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 24, pp. 109 - 123, 2008. Disponível em: << <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>>> Acesso: 27.Jul.2017.

²⁵⁹ Trata-se de um trabalho de conclusão de curso, através do qual a Irmã Margarida concluiu a sua formação em serviço social. O texto foi encontrado em estado de deterioração entre os livros de ata,

Monteiro de Castro²⁶⁰, missionária de Jesus Crucificado, foi disponibilizado o seguinte comentário feito por Furtado de Menezes sobre a Cidade Ozanam:

“[...] e o dr. Menezes dá a razão de preferir o nome de cidade: diz que desejava ver os pobres num ambiente onde encontrassem todo o conforto da vida social; uma cidade onde tenham as alegrias do lar, as convivências da amizade entre às famílias que se visitem, que se frequentem, onde encontrem jogo lícitos, bibliotecas, cessão recreativa, palestras instrutivas sobre religião, moral, higiene. E, querendo homenagear a memória do fundador das conferências de S. Vicente de Paulo, deu-lhe o nome de Cidade Ozanam. Mentalidade esclarecida de um homem que vive a plenitude de sua fé”²⁶¹.

Assim, o funcionamento da Cidade Ozanam previa a formação de uma sociabilidade entre os assistidos, como também em sua relação com os assistentes. Esses últimos, composto por vicentinos, irmãs de caridade e o padre capelão, seriam então os responsáveis por colocar a Igreja e a Catequese como elemento central ao cotidiano das pessoas abrigadas pela instituição. Com o término de sua construção, a Cidade Ozanam contava com uma capela, onde foi construído posteriormente o “Santuário de São Vicente de Paulo”; um pavilhão central, para irmãs, mendigos e indigentes, um pavilhão de isolamento para observações; grupo escolar; edifício do armazém; ambulatório e farmácia; oficinas industriais; teatro e cinema; açougue e padaria; barbearia, lavanderia e passandaria; e 72 casas para moradia²⁶².

De acordo com a irmã Margarida Schimidt Monteiro de Castro, a Cidade Ozanam foi dividida em quatro setores, sendo eles o departamento administrativo, contendo o serviço pessoal, secretaria e o serviço social; o departamento financeiro, com tesouraria e contabilidade, o departamento médico, dotado de uma clínica e de serviços de odontologia e enfermagem; e por fim o departamento industrial, contendo uma gráfica, carpintaria, cartonagem, padaria, fábrica de móveis de vime e fibra, sapataria e vassouraria. Através do anexo fotográfico disponibilizado pela Irmã Margarida nas

registros financeiros, dentre outros no arquivo da SSVP. Os vicentinos que administram o complexo da Cidade Ozanam não tinham nenhum conhecimento sobre esse trabalho, demonstrando um entusiasmo pelo achado.

²⁶⁰ O texto foi encontrado nos arquivos do Conselho Metropolitano da SSVP em Belo Horizonte, tratando-se de um trabalho de conclusão de curso – TCC –, apresentado à Escola de Serviço Social, para obtenção do título de Assistente Social, intitulado: “Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam”, na qual a irmã fez um levantamento sobre o funcionamento da instituição e dos cuidados dirigidos aos assistidos.

²⁶¹ (Arquivo da família Porto de Menezes). CASTRO, Irmã Margarida Schimidt Monteiro de. **Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam**. Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954, p.7.

²⁶² O projeto original previa a construção de 108 casinhas.

páginas finais do seu texto de conclusão de curso, foi possível encontrar algumas imagens sobre o funcionamento da Cidade Ozanam, após a sua consolidação. Entre as imagens disponibilizadas, encontra-se a figura n.13, que destaca o atendimento médico oferecido aos assistidos na Cidade Ozanam, que era realizado por clínico de adultos e um pediatra mantidos pela Prefeitura²⁶³. Em todo o conjunto fotográfico concedido pelo trabalho de conclusão do curso de serviço social pela Irmã Margarida, sendo provavelmente ela a autora dos registros, é possível visualizar, de certa maneira, a intenção da autora em demonstrar o bom funcionamento da Cidade Ozanam, focando as diversas atividades exercidas pelos internos em ambientes limpos, organizados e arejados: as fotografias revelam que as instalações eram muito bem iluminadas pela luz solar. O que demonstra, através da narrativa construída pela autora em seu texto e pela composição das imagens, o determinado sucesso alcançado pelos vicentinos em seu propósito de assistir e evangelizar os indigentes e famílias mendicantes acolhidas na instituição.

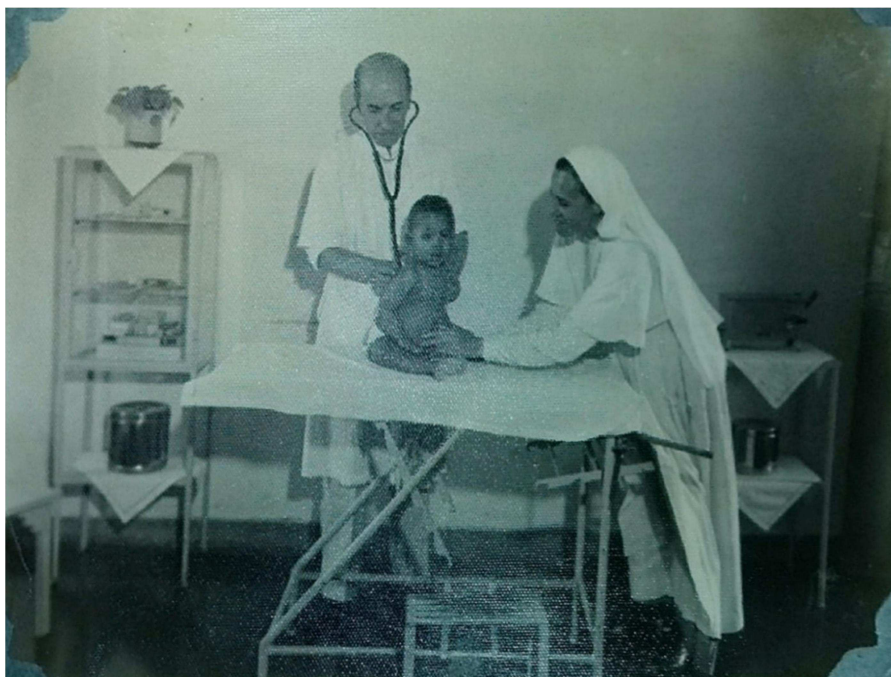


Figura 14. Serviço médico. *Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.*

Além dos serviços citados anteriormente, haviam ainda os serviços de assistência educacional, como uma creche, para crianças de 0 a 6 anos, o grupo escolar para jovens de 07 a 16 anos, o serviço de assistência às famílias e o serviço religioso.²⁶⁴

²⁶³ CASTRO, *Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam...* p.14.

²⁶⁴ CASTRO, 1954. p.11-28.



Figura 15. Refeitório das crianças. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.



Figura 16. Levando marmitas. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

Segundo a Irmã Margarida, a creche estava composta por dois dormitórios pequenos, um salão-refeitório e por um jardim de infância, responsável por receber as crianças nos períodos da manhã, de 8h às 10h, e da tarde, de 14h30min às 16h. As crianças passavam boa parte do dia no salão-refeitório, figura n.14, onde recebiam os cuidados das irmãs

assistentes. Segundo o regulamento interno da Cidade Ozanam, todas as mães que estavam trabalhando deveriam deixar seus filhos, com idade abaixo de 7 anos, aos cuidados das irmãs na creche, pela manhã às 7h30min voltando a busca-las no período da tarde, às 17h. de acordo com a Irmã Margarida, algumas “mocinhas” abrigadas também ajudavam no cuidado das crianças²⁶⁵. A figura n.15, demonstra que também havia o objetivo de dar uma ocupação às crianças, trazendo além do ensino escolar e de religião, uma proximidade com o mundo do trabalho, no qual após o cumprimento do período do jardim de infância, elas seriam então inseridas.



Figura 17. Cozinha. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. **Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam**. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

²⁶⁵ CASTRO, *Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam...* p.16.



Figura 18. Passanderia. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.



Figura 19. Padaria. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

No que tange à rotina de trabalho na Cidade Ozanam, ponto considerado fundamental para a recuperação dos assistidos, o demonstrativo de fotografias produzido pela Irmã Margarida demonstra uma clara divisão sexual no exercício das diversas atividades. As mães de família, por exemplo, ficaram responsáveis pelos chamados trabalhos maiores: cozinha, padaria, lavanderia e passandaria, sendo escaladas por um sistema de rodízio: cada uma delas assumia a função durante uma semana por vez.

As figuras n. 16, 17 e 18 demonstram, através da sua linguagem fotográfica, o cuidado com a higiene, apresentando sempre os ambientes bem limpos e arejados. No entanto, o foco dessas imagens são as trabalhadoras, que posam para as fotografias estado todas uniformizadas²⁶⁶ e bem posicionadas em suas funções dentre da Cidade Ozanam.



Figura 20. Corte e Costura. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

²⁶⁶ Todo o conjunto fotográfico sobre a rotina de trabalho, disponibilizados pela Irmã Margarida, dos assistidos apresentam o uso da cor branca nos uniformes.



Figura 21. Oficina de Cartonagem. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

O departamento industrial e outras atividades como corte e costura, oficina de cartonagem eram mais direcionadas aos jovens assistidos. É nesse setor que a divisão sexual do trabalho pode ser mais visualizada, com definições bem mais demarcadas dos espaços a serem ocupados futuramente pelos meninos e pelas meninas²⁶⁷, após a sua estadia na Cidade Ozanam. As meninas de 07 a 16 anos, por exemplo, dividiam o seu tempo entre os estudos no Grupo Escolar, pela manhã, e recebiam diariamente das irmãs, durante as tardes, aulas de formação moral, catequística e social, bem como aulas de bordado, corte e costura, serviços domésticos e participavam, por fim, da oficina de cartonagem.

As figuras n.19 e 20 trazem as jovens, uniformizadas com vestidos brancos, como foco central. No caso das oficinas de corte e costura, no entanto, a supervisão feita pelas irmãs assistentes era ainda acompanhada pelas instruções acerca do trabalho doméstico, para o qual, segundo as definições sobre o formato de família indicado pela Doutrina Social da Igreja, as moças deveriam ser diretamente encaminhadas.

Os rapazes, também cobrindo a faixa etária de 07 a 16 anos, após os estudos escolares, iam direto para o trabalho no departamento industrial, que funcionava como

²⁶⁷ Esses jovens de 07 a 16 anos, entre meninos e meninas, eram na maioria órfãos.

uma fábrica-escola, onde os jovens eram ensinados por um técnico-educar, com o objetivo traçado de aprender rapidamente algum ofício e se tornar, com isso, um cidadão-trabalhador. No entanto, segundo a avaliação feita pela Irmã Margarida, os meninos eram os que apresentam uma maior dificuldade com relação à sua assistência e educação:

“A maioria dos meninos abrigados na Cidade Ozanam é de difícil recuperação. Acostumados à vadiagem, muitos à mendicância, não são capazes de um esforço, não conhecem o valor de uma conquista e não alimentam um ideal de futuro. Ao deparar-se com elementos assim difíceis, o técnico se dedica mais aos que se aplicam com mais boa vontade ao aprendizado, sendo estes em pequeno número”²⁶⁸



Figura 22. Vassouraria. Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

²⁶⁸ CASTRO, *Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam...* p.34.



Figura 23. Fábrica de móveis. Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

As figuras n. 21 e 22 trazem ao centro esses jovens, novamente uniformizados com roupas brancas, com os ambientes das oficinas bem organizadas e arejadas e cumprindo as tarefas como modo de aprendizagem industrial. Segundo o documento *“Ligeiras anotações sobre as atividades da Cidade Ozanam”*, encontrado nos arquivos da Cidade Ozanam e prefaciando um conjunto de atas, cujo início corresponde ao mês de abril de 1939, além da educação tecnológica direcionada aos jovens, o setor industrial, unido ao serviço de alimentação que estava em fase de construção, também possuía o objetivo de tornar a Cidade Ozanam autossuficiente:

“O objetivo é conseguir uma eficiência industrial a serviço da Ozanam e, por isso, o trabalho é dirigido eficientemente no interesse dos compradores, ou dos consumidores e em quantidade suficiente para a Ozanam bastar-se a si própria, levando-se em conta tanto quanto possível o gosto e a intenção, afim de que surjam, naturalmente, a aptidão e sobretudo a vocação. Assim no setor industrial, como no da horticultura, para que tenham os alimentos que melhor possam produzir, tanto desses alimentos quanto seja possível, visando, ou supervisionando o futuro “serviço de alimentação.”²⁶⁹

²⁶⁹ “Ligeiras anotações sobre as atividades da Cidade Ozanam”. (Arquivo da Cidade Ozanam) .

Além da aprendizagem no setor industrial, conferidos aos rapazes; as oficinas de cartonagem, de bordado, corte e costura, além das aulas de serviços domésticos, dirigidos às moças; bem como as funções exercidas pelas mães de família na cozinha, padaria, lavanderia e passanderia, segundo a Irmã Margarida, todos os assistidos eram remunerados pelo seu trabalho, sendo que o salário correspondia diretamente à produtividade de cada assistido.²⁷⁰

A rotina religiosa era, no entanto, a referência mais essencial dentre as atividades produtoras e de manutenção da Cidade Ozanam. Esse aspecto da assistência vicentina era coordenado pelos confrades, pelas missionárias de Cristo Crucificado e pelo padre capelão. O funcionamento dessa assistência religiosa foi baseado na utilização de uma estação de rádio interna. Pelo microfone, todos eram chamados para irem, às 9h para a missa, às 15h havia palestra sobre dogmática feita pelas irmãs, às 19h30min, como fechamento, ocorria ainda uma ladainha do terço na capela e, intercalando todas essas atividades, eram feitas três vezes ao dia a oração do “Angelus”. Dentro dos planos de ação incorporados pela SSVP, desde a sua origem, a assistência material aos pobres deve vir acompanhada, como regra, da assistência religiosa vinda diretamente da visita domiciliar feita pelos vicentinos aos assistidos. De acordo com Furtado de Menezes, no conjunto de regras redigidas em suas “cartas vicentinas” escritas em 1939:

Lembrem-se de que o nosso fim não é apenas matar a fome do pobre, cobrir-lhe a nudez ou dar-lhe abrigo, é principalmente procurar melhorá-lo espiritual e moralmente, é regenerá-lo, encaminhá-lo para a vida de trabalho e de virtude, estabelecer a paz no lar, a harmonia da família, auxiliá-lo na educação dos filhos etc.”²⁷¹

Nesse ponto da assistência religiosa dirigida aos pobres, segundo as instruções dadas por Furtado de Menezes, seria então imprescindível a proximidade entre os vicentinos e os pobres assistidos no território de ação coberto pela SSVP e, sobretudo, na Cidade Ozanam:

“O papel do confrade visitante junto a todas as pessoas da família (assistida), já o disse, é o de mentor; ele tem o dever de procurar melhorar, não só o chefe da família, mas todas as pessoas que a compõem, e sobre todos os pontos de vista. Para isso, é preciso que as veja a todas e a miúdo, que as converse, que se relacione com elas a ponto de merecer-lhe confiança para que com ele, como um amigo íntimo, sejam francas e lhe deixem conhecer os seus sentimentos.”²⁷²

²⁷⁰ CASTRO, **Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam...** p.18

²⁷¹ MENEZES, Furtado de. **Cartas vicentinas**. Edições Menezes: Belo Horizonte, 1951. p.12.

²⁷² MENEZES, **Cartas vicentinas...** p.39.



Figura 24. Casa de Residência. Fonte: Castro, Irmã Margarida Schimid Monteiro de. Atividades de uma assistente social na Cidade Ozanam. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

A figura n.23 traz a identificação de que as visitas realizadas aos assistidos também eram função das missionárias, que se tornaram as grandes responsáveis pela administração e pela assistência e educação religiosa direcionada a todos os abrigados pela Cidade Ozanam, junto com os vicentinos. De acordo com a publicação de *O Diário*:

“As irmãs fazem o papel de cicerone (...) De passagem de uma série de habitações para as do outro lado, salta-nos à vista um pelotão de rapazinhos trabalhadores. Estão empenhados em remover a terra de uma das ruas (...) Esses meninos, todos filhos de famílias recolhidas na Cidade Ozanam, são excelentes trabalhadores. Sabem capinar, plantar e colher, como experimentados agricultores. É a eles são incumbidos o ajardinamento das ruas e o plantio das hortas. São úteis à sua cidade!”²⁷³

Complementado o funcionamento da Cidade Ozanam, ainda havia o setor destinado à recreação dos internos. Segundo a Irmã Margarida, em todos os domingos eram oferecidos uma *matiné*: havia uma sessão noturna de cinema e a escolha dos filmes eram feitas pelos vicentinos e todos os assistidos pagavam um valor de entrada,

272

²⁷³ “Pegando o pesado”. *O Diário*. Belo Horizonte, 22 out. 1944. p.1.

conseguidos ao longo da semana em suas atividades laborais²⁷⁴. A prática esportiva também era incentivada nos domingos. No entanto, ela era realizada unicamente pelos rapazes, sem a intervenção direta de um assistente. Segundo a Irmã Margarida, um time de futebol formado pelos jovens assistidos disputava partidas nos vários bairros da capital.

Diante desse formato de funcionamento adotado pelos vicentinos na Cidade Ozanam, é possível visualizar o entroncamento entre o ideal de sociedade emitido pelo pensamento católico e pelo ordenamento social elaborado pelos ideólogos do Estado Novo. Esse somatório de forças, tendo como objetivo o tratamento da questão da mendicância, se tornou possível, de certo modo, a partir da conjunção de visões ideológicas comuns entre religiosos e políticos. O discurso comum entre estas duas esferas de poder foi fortemente baseado na tradição católica e demarcado pela valorização do trabalho como elemento civilizador, construtor da identidade nacional e central à riqueza a nação e, portanto, do fortalecimento do Estado. Dessa maneira, a Cidade Ozanam funcionou praticamente como uma engrenagem das formulações ideológicas do Estado Novo e do seu encontro com a Doutrina Social da Igreja. Nas atas encontradas no arquivo da Cidade Ozanam, há claras referências a estratégias vinculadas à disciplina pelo trabalho:

“Uma vez fichados e abrigados pela Ozanam, individualmente, ou em família, os indigentes recebem roupa limpa, são distribuídos pelos pavilhões adequados, ou pelas casas, tomam as refeições em comum – divididos os refeitórios em quatro grupos – e, no combate à ociosidade, são aproveitados, durante o dia, em trabalho compatível com as suas forças. Para tanto, criou-se oficinas, instalou-se uma olaria e uma saboaria; desenvolveu-se a horticultura, enfim, deu-se a maior atenção possível a toda espécie de serviço, colimando o mesmo fim”²⁷⁵

Dessa maneira, a Cidade Ozanam pode ser compreendida como uma instituição representativa do momento político vivido pelo país durante o Estado Novo, com o desenvolvimento de uma democracia social baseada na valorização do trabalho e do trabalhador e, assim, no exercício da cidadania. Simultaneamente, a construção da “cidade dos pobres” também é característica do processo de crescimento e reordenamento urbano vivido por Belo Horizonte durante os anos 1930. Porém, em sentido mais amplo, a Cidade Ozanam é uma obra que evoca, de modo completo, a força

²⁷⁴ Segundo a Irmã Margarida, as sessões não eram bem frequentadas. Ver em: CASTRO, 1954. p.22.

²⁷⁵ “Ligeiras anotações sobre as atividades da Cidade Ozanam”. (Arquivo da Cidade Ozanam)

da militância católica em Belo Horizonte durante os anos 1920 e 1930, a qual, através da assistência e da caridade, buscou solucionar a situação de miséria vivida pela população pobre e mendicante da cidade, concedendo habitações, saúde e alimentação, postos de trabalho e catequese. Arranjo tal que, seguindo a cartilha ideológica proposta pelo Estado Novo, teve como objetivo o “enriquecimento da nação” e a expansão do catolicismo, que, em tal posição de importante aliado do Estado, caminhou rumo à sua afirmação como “a verdadeira religião do povo brasileiro”.

Assim, a Cidade Ozanam, construída a partir dos esforços comuns ente as autoridades públicas e a militância católica, contribuiu de modo direto para a projeção, efetiva e simbólica, de Belo Horizonte como uma cidade “moderna e católica”.

Considerações finais

Segundo Marco Antônio de Souza, a Cidade Ozanam foi a obra mais importante e a mais imponente organizada pela SSVP em Belo Horizonte até a inauguração da Cidade dos Meninos São Vicente de Paulo em 1998²⁷⁶. Apesar de ter perdido parte do seu prestígio inicial e de ter caído, de certo modo, no esquecimento coletivo da atual sociedade belorizontina, a Cidade Ozanam continua em funcionamento, sobrevivendo a partir das doações e da renda obtida através da locação de alguns dos seus imóveis.²⁷⁷ Atualmente, essa obra vicentina atende um número de 200 moradores abrigados nas casinhas, cujas famílias assinam um contrato de comodato, e de 80 idosos, assistidos pelo asilo “Casa do Ancião Chichico Azevedo”. No entanto, segundo a reportagem de fevereiro de 2012 do jornal *Estado de Minas*²⁷⁸, sua situação atual é permeada por um grave impasse: com a progressiva valorização dos terrenos situados no bairro Ipiranga, junto com o processo de verticalização vivido atualmente pelos bairros, sobretudo os próximos à área central, a Cidade Ozanam vem sofrendo assédios por parte das construtoras, que anseiam pela destruição das casinhas e pela construção de um conjunto de prédios em seu lugar. Tal situação é responsável por deixar os moradores incertos sobre o futuro e de sua permanência na Cidade Ozanam.

Essa grande obra construída pelos vicentinos com o fim de acolher, sanear e evangelizar os pobres é, no entanto, um marco histórico determinante para a formação do bairro Ipiranga, que cresceu ao redor da Cidade Ozanam. As ruas que cortam o bairro Ipiranga²⁷⁹ trazem a memória do movimento católico fundador, de certo modo, daquela aglomeração urbana, homenageando os grandes nomes da militância católica e da Igreja, como a Rua Furtado de Menezes, Rua Ozanam, Rua Dom Cabral, Rua Pio XI etc. No entanto, tratando-se de um terreno doado pela Prefeitura com a condição de manter o funcionamento da assistência aos pobres, é intensa e frequente a pressão colocada sobre os vicentinos para que a obra seja encerrada e, com isso, o terreno seja comercializado.

Dessa forma, o tombamento da Cidade Ozanam como patrimônio histórico de Belo Horizonte seria um mecanismo ideal para afastar a ganância imobiliária e

²⁷⁶ SOUZA, p. 2001. p.144.

²⁷⁷ Segundo informações fornecidas por Marília Cunha, presidenta da Cidade Ozanam durante o período de 2012-2016.

²⁷⁸ “Uma cidade com medo do futuro dentro de BH”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11.Fev.2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/11/interna_gerais,277396/uma-cidade-com-medo-do-futuro-dentro-de-bh.shtml>> Acesso: 26.Ago.2017.

²⁷⁹ Para maiores detalhes, ver o documento anexado na página 153 dessa dissertação.

contribuir, mesmo de modo não determinante, para uma possível continuidade da obra assistencial, garantindo a moradia e os demais cuidados aos moradores das casinhas e da Casa do Ancião.

Quanto a isso, foi criado um projeto de lei, sob o número 2147/12, que tramitou na câmara dos vereadores, com o fim de tomba o conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade Ozanam e, assim, preservá-la. No entanto, o projeto foi rejeitado pela casa, sob a afirmação de que o ato do tombamento só pode ser feito através do ato político e não do legislativo.

Em outubro de 2012, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais desenvolveu um parecer técnico, a partir de um relatório de vistoria, através do qual foi afirmado o valor patrimonial da Cidade Ozanam, assim como a sua relevância como obra social e que uma pesquisa histórica seria muito importante para a preservação e continuidade da obra vicentina.

Assim, desejamos fortemente que o levantamento histórico desenvolvido ao longo dessa pesquisa atenda, de forma eficiente, aos interesses daqueles que defendem ou que venham defender a continuidade da assistência aos pobres promovida pela Cidade Ozanam, assim como a sua memória e historicidade que certamente a definem como um monumento de grande importância para a história de Belo Horizonte.

Fontes e Arquivos

Arquivos da Cidade Ozanam.

Acervo fotográfico do arquivo da Cidade Ozanam:1937 - 1945;

Atas de reunião do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula, entre os anos de1939 à 1993.

Hemeroteca Histórica da Superintendência de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais.

Setor de Obras Raras – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Periódicos:

O HORIZONTE:

08/04/1923; 21/04/1923; 28/04/1923; 05/05/1923; 12/05/1923; 26/05/1923; 02/06/1923; 01/09/1923; 08/09/1923; 15/09/1923; 29/09/1923; 10/11/1923; 15/12/1923; 15/03/1924; 22/03/1924; 03/05/1924; 18/06/1924; 21/06/1924; 05/07/1924; 20/08/1924; 27/08/1924; 07/12/1924; 17/01/1925;31/01/1925; 21/02/1925; 21/03/1925; 01/04/1925; 29/04/1925; 27/06/1925; 01/07/1925; 18/07/1925; 29/07/1925; 15/07/1925; 05/09/1925; 30/09/1925; 07/11/1925; 05/12/1925; 17/02/1926; 03/03/1926; 24/04/1926; 07/07/1926; 07/08/1926; 16/10/1926; 17/11/1926; 08/12/1926; 01/01/1927; 19/01/1927; 05/03/1927; 02/04/1927; 03/09/1927; 07/09/1927; 01/02/1928; 18/02/1928; 07/11/1928; 29/12/1928; 09/01/1929; 24/07/1929; 02/11/1929; 16/11/1929; 23/11/1929; 22/02/1930; 01/03/1930; 02/04/1930; 17/05/1930; 18/06/1930; 06/07/1930; 10/07/1930; 23/07/1930; 30/07/1930; 09/07/1930; 09/08/1930; 16/08/1930; 11/11/1930; 18/11/1930; 25/11/1930; 04/02/1931; 07/03/1931; 11/03/1931; 05/09/1931; 24/11/1931; 10/12/1931; 18/06/1932; 18/08/1932; 04/09/1932; 01/11/1932; 16/06/1933; 14/12/1933; 29/03/1934.

O DIÁRIO:

02/08/1935; 03/08/1935; 04/08/1935; 14/08/1935; 15/08/1935; 20/08/1935; 21/08/1935; 23/05/1935; 24/08/1935; 21/09/1935 03/12/1935; 04/06/1937; 12/07/1938; 23/07/1938; 24/07/1938; 26/07/1938; 27/11/1941; 21/10/1944; 22/10/1944; 16/11/1944; 23/11/1944; 24/11/1944; 09/01/1945; 25/01/1945; 10/02/1945; 22/07/1947; 23/07/1947;

MINAS GERAIS:

04/07/1925; 22/05/1937; 25/01/1938.

Publicações:

MENEZES, Furtado. **Cartas Vicentinas**. Edições Menezes, 1951.

MENEZES O. P., Frei Alano Porto de. **Furtado de Menezes: Servidor do Pobre**. Uberaba, MG: Editora Vitória, 1994

Legislações:

Regulamento sobre mendigos. Decreto nº 1435 de 27 de dezembro de 1900. Prefeitura da Cidade de Minas.

Lei municipal nº 293 de 29 de outubro de 1925. Contém disposições sobre a subdivisão de lotes de terrenos suburbanos e outros, e sobre numeração das casas.

Lei estadual nº 1092 de 12 de outubro de 1920. Permite a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantido pelo Estado.

Projeto de lei municipal 2147/12, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, sobre a análise de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade Ozanam.²⁸⁰

Relatórios dos prefeitos:

Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905

Relatório apresentado aos Srs. membros do Conselho Deliberativo pelo prefeito interino Dr. Antônio Carlos Ribeiro e Andrada [dois relatórios encadernados juntos: 1905 e 1906]

²⁸⁰ O citado projeto de lei foi julgado inconstitucional. Segundo o desembargador responsável, o ato administrativo é próprio da função executiva, e, como tal, somente pelo prefeito pode ser praticado.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1906

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assuntos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olinto Meirelles em setembro de 1910

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olinto Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olinto Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1915

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1916

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1917

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em outubro de 1918

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1919

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1920

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1921

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1924

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1925

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1926

Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926

Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928

Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1928. Relatórios Anexos

Relatórios apresentados ao prefeito pelos diretores e chefes de serviço da Prefeitura de Belo Horizonte em outubro de 1930

Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços.

Relatório da Diretoria Geral de Obras, relativo ao ano de 1931 apresentado ao prefeito Luiz Penna

Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedito Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936

Mensagem à Câmara Municipal em 7 de agosto de 1936. Prefeito de Belo Horizonte Octacílio Negrão de Lima

Relatório sobre a situação econômico-financeira do Município de Belo Horizonte, referente ao exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Octacílio Negrão de Lima. [15 de janeiro de 1937]

Relatório de 1937. Apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedito Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte

Decretos-Lei:

- Decreto nº 119, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o Padroado e estabelece outras providencias.

- Decreto nº 20.351, de 31 de Agosto de 1931. Cria a Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino.

- Decreto lei n. 1764 de 10 de Novembro de 1939 – Cria a Comissão Nacional de Proteção à Família.

- Decreto lei 3.200, de 19 de Abril de 1941 – Dispõe sobre a organização e proteção da Família.

Documentos da Igreja.

- Carta Encíclica “*Rerum Novarum*” do sumo pontífice Papa Leão XIII a todos os veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos do orbe católico em graça e comunhão com a Sé Apostólica. Sobre a condição dos Operários. 1891.

- Carta Pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos. Vozes, Petrópolis (a original é de 16 de julho de 1916).

- Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. 1890.

- Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. 1900.

Bibliografia

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. 445 f., enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ALVES, Maria Franklin de Queiroz. **Pintando uma imagem - Nossa Senhora Aparecida – 1931: Igreja e Estado na construção de um símbolo Nacional**. Tese de doutorado (História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 2005.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientações para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Horizonte: Belo Horizonte, v.5,n.10,p. 56-74, Jun. 2007.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUCMINAS: C/Arte, 2004.

ANTOINE, C. Church; ALVES, M. Igreja; BRUNEAU, T. Catolicismo; DELLA CAVA, R. Igreja; GABAGLIA, L. Cardeal; *Jornal do Brasil* (28/12/63); KADT, E. Catholic; LIMA, A. Elementos; LIMA, A. Memórias; ROSSI, A. Formação; TODARO, M. Integralism.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)**. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

ASSEMB. LEGISL. MG. Dicionário biográfico; *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes; CONSULT. RAMOS, P.; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. Constituintes; Personalidades; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76).

ASSEMB. NAC. CONST. 1934. Anais; AZEVEDO, J. Elaborando; BOMENY, H. Estratégia; CABRAL, J. Código; CARNEIRO, L. Pela; CASTRO, M. Rio; CAVALCANTI, T. Margem; GOMES, A. Assembléia; GOMES, A. Representação; GOMES, A. Revolução; MANGABEIRA, J. Torno; MORAIS FILHO, E. Experiência; PANDOLFI, D. Assembléia.

AUMONT, J. *A imagem*. 16ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. *Estud. av.*, São Paulo, v.18, n.52, Dec. 2004.

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **O episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930**. Síntese – *Revista de Filosofia*. Faculdade Jesuíta – FAJE. V.5, nº12, 1978.

_____. **O Movimento Brasileiro de Reforma Católica.** Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v.34. n.135. 1974.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva.** ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BARRETO, Jonas Mendes. **O metodismo em Belo Horizonte: inserção e desenvolvimento.** Revista de Educação do Cogeime. Ano 14 – nº 26 – junho / 2005.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia.* Lisboa: Edições 70, 2006.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República.* 3. ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BAUMAN, Zygmunt. **O sonho da Pureza.** In: **O mal-estar da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização:** In. FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII.** São Paulo: Companhias das Letras, 2010.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia.** 2.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo, Loyola, 1974. p.74 (col. Temas brasileiros, n. 3).

CANNADINE, David. **Contexto, execução e significado do ritual: a Monarquia britânica e a “invenção da tradição”.** In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CARDEAL LEME. **A Carta Pastoral quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos.** Vozes, Petrópolis, 1916.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo: (1937-1945).** Rio de Janeiro: DIFEL, 1976

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2004.

CASSIA MARQUES, Rita de. **A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) - séculos XVIII-XX.** Dynamis, Granada, Barcelona, v. 31, n. 1, 2011.

CASTRO, Irmã Margarida Schimidt Monteiro de. **Atividades de uma Assistente Social na Cidade Ozanam.** Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social, 1954.

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil.** Coimbra: Almedina, 2006.

CHACON, Vamireh. **Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937-1964.** Rio [De Janeiro]: J. Olympio; Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 8. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CURY, Paula Balli. **Paisagem mental e urbana: a singularidade do bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte.** 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto – desafios e perspectivas. Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro de 2014.

DIAS, Roberto Barros. **Deus e Pátria: Igreja e Estado no processo de Romanização da Paraíba (1894-1930)** Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, 2008.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: **estruturas de poder e relações de classes.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960-1984 (1986).

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República.** São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

_____. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos; seguido de, Envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. **Getúlio Vargas e sua época.** 8. ed. São Paulo: Global, 1997.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano, livro 2: o tempo do nacional-estatismo : do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Jackson. “**A Reação do bom senso contra o demagogismo e a anarquia militar** – artigos publicanos no “O Jornal”, do Rio de Janeiro, 1921-1922. Edição do Anuário do Brasil. Rio de Janeiro.

FILHO, Walter Fraga. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1994.

FLORA, Marilene Cabello Di. **Mendigos – porque surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis: Editora Vozes. 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia; 1400-1700**. São Paulo: 1995

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

_____. **O Redescobrimento do Brasil**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: 1982.

_____. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GONCALVES, Marcos. **Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937**. Varia história., Belo Horizonte , v. 27, n. 45, p. 317-336, June 2011.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis.** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: Letra Capital. 1996.

_____; VALLADARES, Lícia do Prado. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada.** Tese (doutorado) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

HAHNER, June Edith. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOLSTON, James. CARINA, Claudio; VALENTINI, Luísa. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2013

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas, SP: Papirus: Ed. da UNICAMP, 1986.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Jose Martins de Lima. **Urbanismo em Minas Gerais: olhares de engenheiros, arquitetos, geógrafos e outros planejadores.** (1930-1980). Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de estudos sobre a Cidade.). v. 5, n. 6 , 2013.

LIMA, Mário de. **O Bom Combate.** Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1929.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** 2. ed. revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAINWARING, SCOTT. A Igreja da Neocristandade. In: A Igreja católica e a política no Brasil. Editora Brasiliense.1989.

MATA, Sérgio Ricardo da; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **A fortaleza do catolicismo: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60.**

Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja católica no Brasil. Período republicano e atualidade.** São Paulo, Edições Paulinas, 2011.

_____. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte: O Lutador, 1990

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira; COSTA, Adriane Aparecida Vidal.; COSTA, Antonio Carlos Figueiredo.; TAVARES, Betzaida Mata Machado; BARBO, Daniel; **Culturas políticas na história: novos estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2007.

MENDONÇA, Lúcio. **A caminho (propaganda republicana).** Rio de Janeiro, Laemmert &C. 1905

MENEZES O. P., Frei Alano Porto de. **Furtado de Menezes Servidor do Pobre.** Uberaba, MG: Editora Vitória, 1994.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo; PAULA, João Antônio de. **As três invenções de Belo Horizonte.** (texto publicado no endereço eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte)

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAHES, Semiramis. **Revista Fon Fon: a imagem da mulher no Estado Novo 1937/1945.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: 1982.

PANDOLFI, DULCE CHAVES. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PARADA, Mauricio. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.** Rio de Janeiro: Apicuri: PUC Rio, 2009.

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários**. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. [2.ed.]. Rio de Janeiro. Elsevier: Campus, 2000.

PONDÉ, Jayme. Levy Miranda: **Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977

REIS, José Carlos. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: EDUEL, 2009.

RIVIÈRES, Madeleine des. **Ozanam, um sábio entre os pobres**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo: 1919-1925**. São Paulo: FAPESP; Campinas, (SP): Mercado de Letras, 2003.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: FAPESP, 2005.

ROWBOTHAM, Judith. **Criminal conversations: victorian crimes, social panic, & moral** (Parliaments & Legislatures). Ohio State University Press, 2005.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **As misericórdias portuguesas: séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um auto-retrato**: (arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación MAPFRE, 2011-.

SILVA, Regina Helena Alves da; FENELON, Déa Ribeiro. **A cidade de Minas**. 1991. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOUZA, Eduardo Alves de. **Dom Antônio dos Santos Cabral e o Catolicismo em Belo Horizonte, de 1922 a 1936**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação

em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves**. Tese (doutorado em demografia). Cedeplar – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2008.

SOUZA, Marco Antônio de. **Caridade e Educação: assistencialismo e moralização dos pobres, 1930-1990**. São Paulo: Annablume, 2012.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Cidadania e modernidade no Brasil (1930-1945): uma crítica a um discurso hegemônico**. São Paulo: Annablume, 2011.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto**. In: _____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VIANNA, José de Oliveira. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil, 1889-1945: volume II**. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2016.

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. **A Família na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo**. *Psicologia-USP*, São Paulo, 3(1/2) p.45-57. 1992.

ZICO, José Tobias. **Ozanam e o leigo na Igreja**. Edição do autor: Belo Horizonte, 1971.

Anexos

CP 124 - 007 - M

DOCUMENTO OBTIDO EM SISTEMA DE REPRODUÇÃO DIGITAL, DEVENDO-SE OBSERVAR SUA ESCALA. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 22/11/2017

3-12

BAIRRO VILA IPIRANGA

DENOMINAÇÃO DADA PELO DECRETO 3611 DE 08/11/79.

PELO DECRETO 2708 DE 06-02-1975, A CIDADE OZANAM PASSOU A DENOMINAR-SE VILA IPIRANGA.

ESCALA = 1:1000

APROVO
JUSCELINO KUBITSCHKE
GOVERNADOR
04 DE NOVEMBRO DE 1941
ÁREA SUBDIVIDIDA: 116.53006

CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS NÚM DOS ANTIOS QUARTERÕES DA CIDADE OZANAM E OS ATUAIS QUARTERÕES DA VILA IPIRANGA.

OZANAM	V. IPIRANGA
1	71
2	72
3	73
4	74
5	75
6	76
7	77
8	78
9	79
10	80
11	81
12	82
13	83
14	84
15	85
16	86
17	87
18	88

CORRESPONDÊNCIA ENTRE LOTES E QUARTERÕES DA CIDADE OZANAM E LOTES E QUARTERÕES DA VILA IPIRANGA.

C. OZANAM	V. IPIRANGA
LOTES 1 A 9 - QUART. 10	LOTES 13 A 21 - QUART. 10
11 11A B - 11 11	11 13 A 22 - 11 11
11 12 A B - 11 12	11 13 A 23 - 11 12

RETIFICADA A NUMERAÇÃO DOS QUARTERÕES 45, 46, 47 E 80 PARA ELIMINAR AS DUPLICATAS DE LOTES.

NESSA DATA, FOR ATRIBUÍDA A DENOMINAÇÃO DE LOTES PARA O LOTE ÚNICO DO QUARTERÃO 020, PARA A CORRETA IDENTIFICAÇÃO COM O MESMO Q. 020 / 02 / 2003.

NOTA 1: OS LOTES APROVADOS NESTA PLANTA INTERVENIENTES DOS QUARTERÕES 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

NOTA 2: NESTA DATA, POR SOLICITAÇÃO DO GABINETE SMARU, FORAM ORFADAS AS DESTINAÇÕES DOS LOTES DOS QUARTERÕES 45, 46, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

NOTA 4: NESTA DATA FOI DESCARACTERIZADO O LOTE 098 DO QUARTERÃO 045 POR TER SIDO CONSTATADA SOBREPORAÇÃO COM LOTE E VIA (RUA PRINCESA SABEL) APROVADOS PELO CP 124/04, CONFORME VERIFICADO NO PROCESSO 01-000-988-15-83 EM 24/02/2017. GEPSO / DIJU, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOTA 5: EM 13/11/2017 NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 01-000-88015-83 VERIFICOU-SE QUE AS ÁREAS REMANESCENTES DOS LOTES 007A, 008 E 030 QUARTERÃO 045, BAIRRO IPIRANGA, CP 124/04M FORAM INCORPORADAS AO LOTE 008A, QUARTERÃO 044, BAIRRO IPIRANGA, CP 124/04F, AS QUAIS FORAM ALIENADAS POR FORÇA DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA LAVRADA AS FOLHAS 071 A 073 DO LIVRO 2777V DO 2º TABELIONATO DE NOTAS, NÃO TENDO SIDO UTILIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO URBANO E COMUNITÁRIO PREVISTO INICIALMENTE PARA A FINALIDADE DESCRITA NO REGISTRO Nº 31.703 LAVRADO À FL. 290 DO LIVRO Nº 3-AA, DO CARTORIO DO 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, CONFORME NOTA 2 DESTA PLANTA. GEPSO, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOTA 6: OS LOTES 13 A 21 DO QUARTERÃO 10, 13 A 22 DO QUARTERÃO 11, 13 A 21 DO QUARTERÃO 12, 01 A 09 DO QUARTERÃO 30, 01 A 10 DO QUARTERÃO 31 E 01 A 09 DO QUARTERÃO 32 DO BAIRRO IPIRANGA FORAM REPRESENTADOS EM CONTRA PLANTA PARTICULAR NÃO APROVADA, NÃO SUBMETIDA À APROVAÇÃO COMO, RESPECTIVAMENTE, LOTES 01 A 09 DO QUARTERÃO 05, 01 A 10 DO QUARTERÃO 05, 01 A 09 DO QUARTERÃO 01, 01 A 09 DO QUARTERÃO 02, 01 A 09 DO QUARTERÃO 04 E 01 A 09 DO QUARTERÃO 06 DA VILA MANAUS, PRÓXIMA À VILA CONCÓRDIA. BELO HORIZONTE, 01/07/2002. GEPSO, 13 DE MARÇO DE 2017.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte - MG

Rua Rio de Janeiro, 1611, Bairro Lourdes

CEP.: 30160-042 - Tel./Fax (31) 3207-6400

Fernando Pereira do Nascimento

Oficial



REGISTRO: 7.169

LIVRO: 3 - G FOLHA: 309

FICHA: 01F

DATA: 25/02/1937

REGISTRO ANTERIOR: (Não Consta).

FREGUESIA DO IMÓVEL: Belo Hte.

DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL: Suburbano terreno.

CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL: 209 lotes de terras, situados na "Vila Manacá", desta cidade e que são os seguintes: 03, 04, 06, 07 e 09 do quarteirão 01; 04 a 09 do quarteirão 02; 01 a 10 do quarteirão 03; 01 a 10 do quarteirão 04; 01 a 09 do quarteirão 05; 01 a 09 do quarteirão 06; 02 e 11 a 23 do quarteirão 07; 01 a 10, 12 a 17, 19, 20, 21, 23, 26 e 27 do quarteirão 08; 06 a 20, 22 e 23 do quarteirão 09; 01 a 24 do quarteirão 10; 01 a 21 do quarteirão 11; 01 a 25 do quarteirão 12; 01 a 30 do quarteirão 13; e 01 a 07 do quarteirão 14, tendo cada um dos lotes referidos, área, limites e confrontações constantes da planta respectiva; e um barracão edificado em um lote do quarteirão 07.

NOME E DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE: CONSELHO CENTRAL METROPOLITANO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, desta Capital, Sociedade Civil, representada pelo seu vice-presidente em pleno exercício Sr. CUSTÓDIO PINTO COELHO.

NOME E DOMICÍLIO DO TRANSMITENTE: Prefeitura de Belo Horizonte.

TÍTULO: Cessão gratuita.

FORMULA DO TÍTULO TABELIÃO QUE O FEZ: Público de 24/02/1937, 3º Ofício.

VALOR DO CONTRATO: 100:000\$000 para efeitos fiscais.

CONDIÇÕES DO CONTRATO: O imóvel cedido é para que nele se construa a Cidade dos Pobres, denominada "Cidade Ozanam", não podendo ser-lhe dado destino diferente. No caso de ser desvirtuada de qualquer maneira, a finalidade desta cessão, todo o terreno cedido, com as benfeitorias, instalações e dependências, que houver, reverterá de pleno direito ao domínio da outorgante, independente de qualquer interpelação.

AVERBAÇÕES:

Nº1: Prot. 296.911 - 19/11/2007 - Conforme certidão datada de 20/11/1973, que fica arquivada, extraída do registro 25.051, Lº A-21, fls. 261 do Serviço Registral Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca, o Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo passou a denominar-se Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, da Sociedade São Vicente de Paulo. Dou fé. sss. Emol. R\$7,68 - RC: R\$0,46 - TFJ: R\$2,56. O Oficial: (a.a.).

Nº2: Prot. 348.591 de 03/06/2011 - **REMISSÃO** - Certifico que, em virtude de transmissão, os lotes 01 a 24 do quarteirão 10; 01 a 21 do quarteirão 11; 01 a 25 do quarteirão 12; 01 a 30 do quarteirão 13; e 01 a 07 do quarteirão 14 da Vila Manacá, passaram a pertencer ao registro 31.703, Lº 3-AA, fls. 294 do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte. Dou

Continua na ficha 01

20/07/2017 12:41:01



393.418

continua

REGISTRO:7.169

LIVRO: 3 - G FOLHA: 309

FICHA: 01V

fé. sss. Nihil. Belo Horizonte, 28 de junho de 2011. O Oficial



Nº3: Prot. 348.591 de 03/06/2011 - **SANEAMENTO** - Conforme planta CP 124-007-M, aprovada em 06/02/1975, e com planta particular não aprovada da Cidade Ozanam (antiga Vila Manacá), datada de julho de 1963, os lotes constantes desta transcrição, após a cessão gratuita, passaram a constituir a Cidade Ozanam, denominação esta não aprovada pelo Município. Com a aprovação da citada CP 124-007-M, a Cidade Ozanam foi aprovada como Vila Ipiranga, atualmente denominada Bairro Ipiranga. Assim, os lotes da antiga Vila Manacá, constantes desta transcrição, possuem as seguintes correlações com os lotes do atual Bairro Ipiranga:

<u>DENOMINAÇÕES ANTIGAS</u>				<u>DENOMINAÇÃO ATUAL</u>	
<u>VILA MANACÁ</u>		<u>CIDADE OZANAM</u>		<u>BAIRRO IPIRANGA</u>	
<u>QUART.</u>	<u>LOTE</u>	<u>QUART.</u>	<u>LOTE</u>	<u>QUART.</u>	<u>LOTE</u>
01	03	12	03	12	15
01	04	12	04	12	16
01	06	12	06	12	18
01	07	12	07	12	19
01	09	12	09	12	21
02	04	18	04	82	04
02	05	18	05	82	05
02	06	18	06	82	06
02	07	18	07	82	07
02	08	18	08	82	08
02	09	18	09	82	09
03	01 a 10	11	01 a 10	11	13 a 22
04	01 a 10	17	01 a 10	81	01 a 10
05	01 a 09	10	01 a 09	10	13 a 21
06	01 a 09	13	01 a 09	80	01 a 09
07	02	02	02	72	02
07	11	02	06	72	06
07	12	02	08	72	08
07	13	02	10	72	10
07	14	02	12	72	12
07	15	02	14	72	14
07	16	02	16	72	16

Continua na ficha 02

20/07/2017 12:41:01



393.418



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte - MG

Rua Rio de Janeiro, 1611, Bairro Lourdes

CEP.: 30160-042 - Tel./Fax (31) 3207-6400

Fernando Pereira do Nascimento

Oficial



REGISTRO: 7.169

LIVRO: 3 - G FOLHA: 309

FICHA: 02F

07	17	02	17	72	17
07	18	02	15	72	15
07*	19 a 23	02	07, 09, 11, 13	72	07, 09, 11, 13
08	01 a 10	03	01 a 10	73	01 a 10
08	12 a 17	03	12 a 17	73	12 a 17
08	19 a 21	03	19 a 21	73	19 a 21
08	23	03	23	73	23
08	26 e 27	03	26 e 27	73	26 e 27
09	06 a 20	04	06 a 20	74	06 a 20
09	22 e 23	04	22 e 23	74	22 a 23

Para os lotes 19 a 23 do quarteirão 07 da Vila Manacá não é possível precisar a correlação exata com a Cidade Ozanam e conseqüentemente com o Bairro Ipiranga, haja vista a configuração dos lotes não ser a mesma, face à abertura de trecho da Rua Matos da Silveira. Dou fé. sss. Nihil. Belo Horizonte, 28 de junho de 2011. O Oficial

Nº4: Prot. 348.591 de 03/06/2011 - ORIGEM - Conforme certidão datada de 10/05/2011, expedida pelo Município de Belo Horizonte, que fica arquivada, o lote 15 do quarteirão 73 do Bairro Ipiranga, com área de 300,00m², de forma retangular, com 10,00m em segmento retilíneo de frente para a Rua Ozanam; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral direita confrontando-se com o lote 13; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral esquerda confrontando-se com o lote 17; 7,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 14; 3,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 16 de acordo com a planta CP 124-007-M, aprovada em 04/11/1941, o lote em questão originou-se de lastreamento do levantamento da situação existente de fato, foi aprovado inicialmente como lote 15 do quarteirão 03 da Vila Cidade Ozanam, denominação esta mudada para lote 15 do quarteirão 73 da Vila Ipiranga, pelo Decreto nº 2708 de 06/02/1975 que, por sua vez teve a sua denominação mudada para a atual pelo Decreto nº 3611 de 08/11/1979. Dou fé. shs. Emol: R\$10,39. TFF: R\$3,27. Total: R\$13,66. Belo Horizonte, 29 de junho de 2011. O Oficial

Nº5: Prot. 348.591 de 03/06/2011 - ORIGEM - Conforme certidão datada de 10/05/2011, expedida pelo Município de Belo Horizonte, que fica arquivada, o lote 19 do quarteirão 73 do Bairro Ipiranga, com área de 300,00m², de forma retangular, com 10,00m em segmento retilíneo de frente para a Rua Ozanam; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral direita confrontando-se com o lote 17; 30,00m em segmento retilíneo de divisa

Continua na ficha 02

20/07/2017 12:41:01



393.418

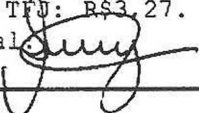
pag. 3

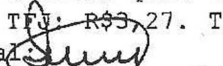
Continua na página 04

REGISTRO:7.169

LIVRO: 3 - G FOLHA: 309

FICHA: 02V

lateral esquerda confrontando-se com o lote 21; 3,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 20; 7,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 18; de acordo com a planta CP 124-007-M, aprovada em 04/11/1941 o lote em questão originou-se de lastreamento do levantamento da situação existente de fato, foi aprovado inicialmente como lote 19 do quarteirão 03 da Vila Cidade Ozanam, denominação esta mudada para lote 19 do quarteirão 73 da Vila Ipiranga pelo Decreto nº 2708 de 06/02/1975, que por sua vez, teve a sua denominação mudada para a atual pelo Decreto nº 3611 de 08/11/1979. Dou fé. shs. Emol: R\$10,39. TFF: R\$3,27. Total: R\$13,66. Belo Horizonte, 29 de junho de 2011. O Oficial 

Nº6: Prot. 348.591 de 03/06/2011 - **ORIGEM** - Conforme certidão datada de 10/05/2011, expedida pelo Município de Belo Horizonte, que fica arquivada, o lote 21 do quarteirão 73 do Bairro Ipiranga, com área de 300,00m², de forma retangular, com 10,00m em segmento retilíneo de frente para a Ozanam; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral esquerda confrontando-se com o lote 23; 3,00m em segmento retilíneo de divisa fundos confrontando-se com o lote 22; 7,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 20; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral direita confrontando-se com o lote 19; de acordo com a planta CP 124-007-M, aprovada em 04/11/1941, o lote em questão originou-se de lastreamento do levantamento da situação existente de fato, foi aprovado inicialmente como lote 21 do quarteirão 03 da Vila Cidade Ozanam, denominação esta mudada para o lote 21 do quarteirão 73 da Vila Ipiranga pelo Decreto nº 2708 de 06/02/1975, que por sua vez, teve a sua denominação mudada para a atual pelo Decreto nº 3611 de 08/11/1979. Dou fé. shs. Emol: R\$10,39. TFF: R\$3,27. Total: R\$13,66. Belo Horizonte, 29 de junho de 2011. O Oficial 

Nº7: Prot. 357.712 de 12/01/2012 - **ORIGEM** - Conforme certidão datada de 24/10/2011, expedida pelo Município de Belo Horizonte, que fica arquivada, o lote 20 do quarteirão 73 do Bairro Ipiranga, com área de 290,00m², de forma retangular, com 10,00m em segmento retilíneo de frente para a Rua Dezoito de Julho; 29,00m em segmento retilíneo de divisa lateral direita confrontando-se com o lote 22; 29,00m em segmento retilíneo de divisa lateral esquerda confrontando-se com o lote 18; 3,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 19; 7,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 21, de acordo com a planta CP 124-007-M, aprovada em 04/11/1941, o lote em questão originou-se de lastreamento do levantamento da situação existente de fato, foi aprovado inicialmente como lote 20, do quarteirão

Continua na ficha 03

20/07/2017 12:41:01



393.418



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte - MG

Rua Rio de Janeiro, 1611, Bairro Lourdes

CEP.: 30160-042 - Tel./Fax (31) 3207-6400

Fernando Pereira do Nascimento

Oficial



REGISTRO: 7.169

LIVRO: 3 - G FOLHA: 309

FICHA: 03F

03, da Cidade Ozanam, denominação esta mudada para lote 20, do quarteirão 73, da Vila Ipiranga, pelo Decreto nº 2708, de 06/02/1975, que, por sua vez, teve a denominação mudada para a atual pelo Decreto nº 3611, de 08/11/1979. Dou fé. gabm. Emol: R\$11,10. TFI: R\$3,49. Total: R\$14,59. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2012. O Oficial: *[Assinatura]*

Nº8: Prot. 357.712 de 12/01/2012 - ORIGEM - Conforme certidão datada de 24/10/2011, expedida pelo Município de Belo Horizonte, que fica arquivada, o lote 23 do quarteirão 73 do Bairro Ipiranga, com área de 315,00m², de forma retangular, com 10,50m em segmento retilíneo de frente para a Rua Ozanam; 2,50m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 26; 30,00m em segmento retilíneo de divisa lateral direita confrontando-se com o lote 21; 8,00m em segmento retilíneo de divisa de fundos confrontando-se com o lote 22; 3,00m em segmento retilíneo de divisa lateral esquerda confrontando-se com o lote 25; 27,00 em segmento retilíneo de divisa lateral esquerda confrontando-se com o lote 24, de acordo com a planta CP 124-007-M, aprovada em 04/11/1941, o lote em questão originou-se de lastreamento do levantamento da situação existente de fato, foi aprovado inicialmente como lote 23 do quarteirão 03 da Cidade Ozanam, denominação esta mudada para lote 23 do quarteirão 73 da Vila Ipiranga, pelo Decreto nº 2708, de 06/02/1975. Dou fé. gabm. Emol: R\$11,10. TFI: R\$3,49. Total: R\$14,59. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2012. O Oficial: *[Assinatura]*

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE-MG CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico, nos termos do art 19 § 1º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que a presente cópia é reprodução fiel do registro nº 7169, 3-G, a que se refere. Certifico que a presente certidão faz prova somente ao registro feito pelo transmitente mencionado nesta transcrição, podendo o imóvel nela descrito já ter sido alienado a terceiros ou onerado em outro registro. Portanto, não faz prova de propriedade e de inexistência de ônus. É o que tenho a certificar, pelo que dou fé. Belo Horizonte, 20 de julho de 2017.

[Assinatura]
Fernando Pereira do Nascimento - Oficial / Emerson Rodrigues Neiva - Substituto
Claudio Pereira do Nascimento - Substituto / Stanley Savoretti de Souza - Substituto
Miriane Silva Rezende - Esc. Aut. / Clarice Cotta de Souza - Esc. Aut.
Guilherme Tófani Carvalho - Esc. Aut. / Marina Alves da Costa - Esc. Aut.
Leonardo Schneider - Esc. Aut.

Emol: R\$16,08 / Recivil: R\$0,97 / Tx. Fiscal: R\$6,02 / Total: R\$ 23,07
393.418
dktf

REGISTRO DE IMÓVEIS FILIADO AO CORI-MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício do 1º Registro de Imóveis
de Belo Horizonte - CNS:03.212-8

Selo Eletrônico Nº **BNU57371**
Cód. Seg.: **0157.1395.4618.8939**

Quantidade de Atos Praticados: **00001**
Emolumentos: R\$17,05 - TFI: R\$6,02
Valor Final: R\$23,07

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE - MG

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>.



20/07/2017 12:41:02

393.418